



Marcus Odilon Ribeiro Coutinho

PODER, ALEGRIA DOS HOMENS

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

332

SENADO FEDERAL



Neste livro, *Poder, alegria dos homens*, do autor paraibano Marcus Odilon Coutinho, reeditado pelo Conselho Editorial do Senado Federal, somos convidados a visitar uma obra que, desde sua primeira publicação, tem desafiado e inspirado leitores com sua profunda reflexão sobre o poder e sua influência em nossas vidas.

Conhecido por seu olhar crítico e sua vasta experiência no campo político, Coutinho foi autor de grande importância literária na história política e cultural do Brasil e da Paraíba, tendo publicado, ao longo de sua vida, dezoito obras de grande repercussão sobre a cultura brasileira, de caráter social, político e histórico. No mundo político, foi prefeito do município paraibano de Juarez Távora por dois mandatos, prefeito do município de Santa Rita por quatro mandatos e deputado estadual da Paraíba.

Em um mundo marcado por crises globais, como a pandemia de covid-19, mudanças climáticas e instabilidade política, o estudo do poder torna-se ainda mais relevante. Este livro, ao explorar a natureza multifacetada do poder, com abordagem filosófica e sociológica, oferece *insights* valiosos para compreendermos como ele molda nossas ações, nossas decisões e, em última instância, nossas sociedades.

EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Publicada desde 2003, a série *Edições do Senado Federal* apresenta títulos de interesse público sobre os mais variados temas, tais como História, Literatura, Ciência Política e Direito. Com mais de trezentos títulos lançados, reúne autores de prestígio, incluindo Otto Maria Carpeaux, Luís Edmundo, Francisco Adolfo Varnhagen, Machado de Assis e Juscelino Kubitschek.

As obras são editadas pelo Conselho Editorial do Senado Federal, órgão instituído pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, com o objetivo de definir e implementar a política editorial da Casa. O CEDIT avalia, tanto editorial quanto tecnicamente, propostas de publicação que estejam alinhadas às diretrizes de seu regimento interno.

Autores interessados em publicar por meio do Conselho Editorial devem encaminhar o manuscrito e a proposta de publicação para o e-mail: cedit@senado.leg.br

A presente obra é fruto do trabalho de servidores e colaboradores do Senado Federal, que se empenharam para assegurar ao leitor uma publicação de qualidade. O objetivo é proporcionar uma experiência enriquecedora, promovendo a valorização da leitura, o incentivo à formação cultural e intelectual, e a ampliação do acesso a livros que contribuam para a educação e o desenvolvimento do pensamento crítico. Assim, esperamos que esta obra inspire, informe e fortaleça o hábito de ler, contribuindo para uma sociedade mais instruída e culturalmente rica.

Para saber mais, visite:
[www12.senado.leg.br/publicacoes/
conselho-editorial-1](http://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1)
livraria.senado.leg.br

Poder,
alegria dos homens

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alexandre de Souza Santini Rodrigues

Ana Cláudia Farranha

Ana Flávia Magalhães Pinto

Ana Maria Veiga

Alcinéa Cavalcante

Bruno Lunardi Gonçalves

Carlos Ricardo Cachiollo

Eduardo Rômulo Bueno

Esmeraldina dos Santos

Fernando Pimentel Canto

Heloisa Maria Murgel Starling

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Marco Américo Lucchesi

Nathalia Henrich

Rafael André Chervenski da Silva

Victorino Coutinho Chermont de

Miranda

Marcus Odilon Ribeiro Coutinho

Poder, alegria dos homens

Edições do Senado Federal
vol. 332

Brasília, 2024

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 332

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização: Cristiano Ferreira

Revisão: Cristiano Ferreira e Anderson Gonçalves

Capa: Thomas Gonçalves e Rodrigo Corrêa

Projeto gráfico: Eduardo Franco

Diagramação: Cintia Barbosa

© Senado Federal, 2024

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Coutinho, Marcus Odilon Ribeiro.

Poder, alegria dos homens / Marcus Odilon Ribeiro Coutinho.

— Brasília : Senado Federal, 2024.

150 p. : il., fots. — (Edições do Senado Federal ; v. 332)

Inclui notas explicativas

ISBN: 978-65-5676-548-8

1. Poder (ciências sociais).
2. Partido político, história.
3. Liderança política . I. Título. II. Série.

CDD 320

À memória de Geraldo Emílio Porto e a toda a Universidade da
Ladeira da Carioca, 49.

PARA:
ANA LÚCIA,
ARMANDO PEDROSA,
JORDÃO EMERENCIANO,
MANUEL BATISTA DE MEDEIROS,
ODILON RIBEIRO COUTINHO

“De nada serve inflamar a juventude com fórmulas ilusórias. O que de melhor podemos dar não é conduzi-los a um mito que os dispense da pesquisa e do esforço. Ao contrário, é à objetividade, à verdade do pensamento e da ação para que os devemos convocar.”

– L. T. Lebret

“...posto para ruína e para ressurrei-
ção de muitos... e para ser alvo de
contradição.”

Lucas, cap. 2.1.34.

LISTA DE FIGURAS

Abelardo: Catedrático do Amplexo...	38
Trocou o Poder pela "Pinga"...	54
João Agripino: Assim trata aos "compadres" do emprego público	59
Argemiro: Coronelismo no Poder	61
Zé Américo visto por si mesmo	70
Troca de Amabilidades: Flávio abre o cofre para Argemiro...	120
Amabilidade trocada: Argemiro abre a porta do carro...	121
Joffily: O fermento na massa...	128
Cabral: O primarismo político: Deu certo em Campina Grande...	130
Renato: Apenas um "coronel"...	131
O "delfim" Rique: Subiu no banco...	138
A babá Domingos: Embalava menino de Varjão a Mandacaru...	143
Marcus Odilon: acervo familiar.	150
Marcus Odilon e Ariano Suassuna: acervo familiar	151
Marcus Odilon: acervo familiar	152
Antônio Ribeiro Pessoa, Carlos Lacerda, Batista Brandão, Sindulfo Santiago e Marcus Odilon: acervo familiar	153
Marcus Odilon em atividades diversas: acervo familiar.	154
Marcus Odilon com populares em Santa Rita: acervo familiar.	155
Max dos Santos, Marcus Odilon e o Tenente na abertura da campanha contra as drogas: acervo familiar.	156
Marcus Odilon: acervo familiar.	157
Francisco Aguiar, Marcus Odilon, Ana Lucia e Flaviano Quinto: acervo familiar	158
Marcus Odilon, Ana Lucia, Flaviano Quinto e Luciana de Lurdes: acervo familiar.	159
Marcus Odilon e Ana Lucia: acervo familiar.	160
Marcus Odilon, Anildo Limeira e Oildo Soares: acervo familiar.	161
No alto, Marcus Odilon e Flaviano Quinto em caminhada no centro de Santa Rita: acervo Familiar.	162
Marcus Odilon em atividades diversas: acervo familiar	163

Prefeito Marcus Odilon ao lado do filho à época deputado Flaviano Quinto.	164
Prefeito Marcus Odilon à época prefeito do município de Juarez Távora-PB.	165
Marcus Odilon, deputado estadual na Assembleia Legislativa da Paraíba.	166
Marcus Odilon, prefeito do município de Santa Rita-PB, ao lado do cantor Reginaldo Rossi, de sua esposa, empresária Ana Lúcia Ribeiro Coutinho, e do seu filho deputado estadual, Flaviano Quinto.	167
Marcus Odilon, prefeito do município de Santa Rita-PB, ao lado do cantor Reginaldo Rossi.	168
Deputado Marcus Odilon ao lado do ex-governador Antônio Mariz e outras lideranças políticas.	169
Primeira Comunhão de Marcus Odilon Filho no Colégio Marista PIO X.	172
Prefeito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, em seu gabinete de trabalho, recebendo populares, tendo ao seu lado a secretária-geral da Prefeitura, professora Edith Medeiros de Melo. Foto do ano de 1960, dos arquivos da Prefeitura Municipal de Santa Rita-PB.	172

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
<i>Senador André Amaral</i>	
PREFÁCIO	21
<i>Virgínius da Gama e Melo</i>	
CAPÍTULO I	23
A História	23
Os Partidos	32
A UDN	32
Pequenos Partidos	43
O PSB	45
Caracterização do Meio Político, Social e Econômico	46
O Poder	47
Ambição do Poder	48
O Poder acima de tudo	49
A ambição	50
Métodos	51
O Golpe Militar	51
O Poder na Democracia	52
O ELEITOR	53
O Cabo Eleitoral	53
CAPÍTULO II	57
Os Quatro Grandes	57
O Político	57
Argemiro de Figueiredo e o Coronelismo no Poder	60
Queda	65
Ruy, o bom	67
José Américo de Almeida, homem e mito	71

Fim de Estado Novo na Paraíba	77
Americismo <i>versus</i> Amarelismo	78
Sucessão de 50	80
Quatro anos de Americismo	82
A queda do mito	85
Pedro, o venturoso	89
As origens do Queremismo	93
O Queremismo ganha terreno	95
Concorrente Janduhy, o irmão	96
Era Gondista	104
CAPÍTULO III	109
Os Subsidiários	109
Fenômenos transitórios	109
Epitacinho	111
Oswaldo, o sereno	114
Oswaldo <i>versus</i> Argemiro	116
Pereira Lira	118
Flávio Ribeiro e “Banda de Música”	120
José Joffily, o agitador	126
Severino Cabral e a clientela eleitoral	131
CAPÍTULO IV	135
Os Herdeiros	135
João Agripino, industrial da honestidade	136
Newton Rique, o delfim	139
Humberto Lucena, o burocrata	142
Domingos Mendonça Neto, ou o Absurdo na Política	143
CAPÍTULO V	149
Conclusão	149
FOTOS	151

PREFÁCIO

Senador André Amaral

Neste livro, *Poder, Alegria dos Homens*, do autor paraibano Marcus Odilon Coutinho, reeditado pelo Conselho Editorial do Senado Federal, somos convidados a revisitar uma obra que, desde sua primeira publicação, tem desafiado e inspirado leitores com sua profunda reflexão sobre o poder e sua influência em nossas vidas.

Conhecido por seu olhar crítico e sua vasta experiência no campo político, Coutinho foi autor de grande importância literária na história política e cultural do Brasil e da Paraíba, tendo publicado, ao longo de sua vida, dezoito obras de grande repercussão sobre a cultura brasileira, de caráter social, político e histórico.

No mundo político, foi prefeito do município paraibano de Juarez Távora por dois mandatos, prefeito do município de Santa Rita por quatro mandatos e deputado estadual da Paraíba.

Em um mundo marcado por crises globais, como a pandemia de covid-19, mudanças climáticas e instabilidade política, o estudo do poder torna-se ainda mais relevante. Este livro, ao explorar a natureza multifacetada do poder, com abordagem filosófica e sociológica, oferece *insights* valiosos para compreendermos como ele molda nossas ações, nossas decisões e, em última instância, nossas sociedades.

Ao longo das páginas, somos guiados por uma análise cuidadosa e instigante de Marcus Odilon, que nos encoraja a questionar nossas próprias percepções e a buscar uma compreensão mais profunda das forças que nos governam. A alegria, como contraponto ao poder, é aqui examinada não apenas como um estado emocional, mas como um elemento

essencial da experiência humana que pode ser cultivado e protegido, mesmo nas circunstâncias mais desafiadoras.

Nesta reedição, cabe reflexões dos leitores que conectam as ideias apresentadas às realidades contemporâneas. Em uma era de transformação digital, em que as redes sociais e a tecnologia moldam a dinâmica de poder de maneiras sem precedentes, é crucial refletir sobre como podemos encontrar equilíbrio e alegria. Esta nova edição busca renovar o interesse pelo texto e reafirmar sua relevância para novas gerações de leitores.

Convidamos você a mergulhar nesta leitura com mente aberta e curiosidade. Que as palavras aqui contidas possam não apenas informar mas também nos desafiar a pensar sobre seu impacto na vida cotidiana e nas estruturas sociais.

Boa leitura!

PREFÁCIO

Virgínius da Gama e Melo

Livro que se inscreve antecipadamente ao debate é este volume de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. E, embora de extraordinário interesse provinciano, não será possivelmente o criador duma tempestade em um copo d'água ou duma tormenta em água benta. Muitas das figuras, esboçadas caricaturalmente nestas páginas, transcenderam o âmbito provinciano, chegando a uma nítida projeção nacional, algumas vezes decisivamente orientando os destinos brasileiros. Por isso a crônica de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho interessará a todos os círculos políticos do país, inclusive seus estudiosos e teóricos da sociologia política e digamos duma possível antropologia política.

A proximidade ou a distância geográfica, sabe-se, influenciadora dos julgamentos, formas de conhecimento alteradas pela perspectiva, e daí constituir-se o velho conflito entre mito e realidade, entre sombra e imagem. Por isso os julgamentos, sempre críticos, de seres, ideias, atos, acontecimentos, dependem tanto da visão temporal quanto da visão paisagística – a luz envelhecida ou decomposta: muito diferente do colorido vibrante instantâneo da ação.

As personagens de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho – fala-se de personagens, pois que, se de existência histórica, neste livro, de tão vivas que se apresentam, parecem coloridas dessa humanidade além que é a da ficção. Não houvesse ainda a grande personagem do livro – o poder – objetivo das personagens secundárias e objeto da obra – sempre o elemento polarizador da alma humana, fonte e “alegria dos homens”. Ele mesmo, o poder, ansiado ou conquistado, sempre incorporado quase

à própria natureza dos seus detentores ou aspirantes. “O homem não vem ao mundo mostrar o que é, mas o que parece; não vem feio, vem fazer-se; finalmente não vem ser homem, vem ser um homem graduado, ilustrado, inspirado; de sorte que os atributos, com que a vaidade veste ao homem, são substituídos no lugar do mesmo homem; e este fica sendo como um acidente superficial, e estranho; a máscara, que encobre, fica identificada, e consubstancial à coisa escondida; e assim não olhamos para o homem; olhamos para aquilo que o cobre de fora; é a quem se dirigem os respeitos, e atenções; ao de dentro não; este despreza-se como uma coisa comum, vulgar e uniforme em todos” – esclarece Matias Aires no livro famoso, aplicando-se como uma luva à multiplicidade de ação das personagens de Marcus, ação visando poder, variada e diferente, provando que nem sempre pelos mesmos meios se atingem os mesmos fins. Da mesma maneira que os mesmos meios podem levar a fins diferentes, também os mesmos homens podem apresentar-se diferentemente em suas relações com o ideal – poder, embora todos empaticamente identificados com ele.

E ainda é o mesmo Matias Aires que nos esclarece sobre o método adotado por Marcus Odilon Ribeiro Coutinho para a sua crônica caricatural das personagens – “Conhecemos as coisas, não pelo que elas são em si, mas pela diferença, que entre elas há; e esta diferença consiste em não serem umas o mesmo que outras são; a essência das coisas nos é totalmente oculta; e assim conhecemos os objetos, pela diversidade das figuras, e não pela substância deles; a nossa notícia, toda se compõe de comparações”. Claro que Matias Aires refere-se a coisas, mas os homens quando se voltam para o poder, fonte de sua alegria, gravitam como em sistema atômico ou planetário, sendo movimentados numa “ortodoxa” bem mais física que humana.

Personalidades diversas, métodos diversos e épocas e oportunidades diversas, embora com o mesmo objetivo – o poder – e todos irmanados pela qualidade humana – são o assunto do livro de Marcus. De um modo geral, pelo seu processo ameno, histórico sem ser historicista, constitui ele a crônica pitoresca da nossa vida política dos últimos anos trinta até agora. Processo que lembra as primeiras crônicas da literatura portuguesa em seu tom de simples relato que Marcus Odilon Ribeiro Coutinho

enriquece com um pitoresco jocoso que é como se fosse um cordial e descrente olhar popular sobre os reis do seu tempo.

Esse olhar popular, tão rigoroso e ao mesmo tempo ingênuo, tão humilde e ao mesmo tempo tão combativo, resignado quanto rebelde, principalmente incômodo, especialmente incômodo, impertinente-mente incômodo, quase como se fosse a outra face do poder ou o seu preço. A ânsia ou a vontade do poder absorve em servidão aos tocados por essa paixão em sua voluntariedade imprudente – “Poucos homens são atados à servidão, inúmeros a ela se amarram”. Ainda a respeito desse “poder, alegria dos homens”, a sabedoria de Montaigne, em sua simplicidade e clareza, comentava o reverso – “Além disso o brilho da grandeza comporta a meu ver inconvenientes dos mais incômodos, quando os grandes se dispõem a provar os prazeres mais doces”. E explicava o que resumimos acima em olhar popular – “Estão por demais visados, gente demais se preocupa com eles, tanto que não compreendo que não exijam deles que escondam melhor e dissimulem seus erros. Pois o que é para nós indiscrição neles considera o povo tirania, desprezo, desobediência à lei”.

Daí que toda grandeza acarrete o exagero em relação às virtudes e aos defeitos, cuja relatividade, afinal, ou também a condição humana tornam tão precária seja julgamento, virtude ou defeito. O ideal mesmo de justiça, segundo Anatole, seria o tribunal político onde se decide entre o amor e o ódio, pois confusos ficavam os homens entre a verdade e o erro. A política, assim, pela paixão, esclarece o entendimento humano, provocando-lhe um simplismo exato de raciocínio e de julgamento que, além de pacificar as consciências o que é muito, congrega os partidários e delicia a alma popular. Programa de governo dum antigo chefe político paraibano (não assim de tão priscas datas) era “para os amigos, favores; para os inimigos, a lei”. Era suficiente – para os correligionários o poder como “alegria dos homens”, e para os adversários a aplicação fria da lei, e imparcial. No que aliás estava muito de acordo com os melhores princípios do nosso direito, aqueles que conferem ao magistrado o poder de interpretação do texto legal, muitas vezes suprindo-o quando necessário, adaptando-o sempre, pois que a lei, genérica, não abrange todos os casos particulares, casos que se tornaram humanos ou essen-

cialmente humanizados, na hipótese de correligionários – argumentaria aquele chefe político.

No livro de Marcus Odilon Ribeiro Coutinho temos a humanização de nossos políticos pela visão particular, provinciana apenas no sentido de proximidade, de conhecimento mais íntimo, mais autóctone e mais fiel portanto em sua verdadeira face. Os líderes paraibanos, mesmo os de âmbito nacional, passam por esta crônica pitoresca, não raro contundente, despidos das vestes que a legenda temporal ou a posição política lhes andou criando para o panorama brasileiro. Todos eles são vistos como homens da Paraíba, amando, sofrendo e vivendo paraibanamente. Recambiados e iluminados nos sentires, dizeres e pensares da paraibana gente. Passados pelo caminho espiritual das rodas do Ponto de Cem Réis e do Cabo Branco, mas principalmente das salas e antessalas, câmaras e antecâmaras, salões e salinhas, até quartos, do Palácio da Redenção, com seus hóspedes temporários (governantes) e a conseqüente corte quadrienal.

Claro que não concordamos com tudo que diz Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, com suas apreciações sobre nossos homens públicos, suas informações, suas afirmações. Aliás a verdade é que concordamos, se é que concordamos, com muito pouco ou quase nada. Discordamos, por exemplo, de tudo que ele diz de mal de nossas simpatias e concordamos insensivelmente com tudo que ele diz de mal dos que não nos são simpáticos – tudo aliás dentro do tribunal anatoliano, tão humano, que decide com verdade e justiça, entre o amor e o ódio.

Terá inclusive este livro suas injustiças, como as que se referem ao governo Pedro Gondim, ao qual dentro do ângulo que podemos testemunhar, o Plano de Extensão Cultural, a Paraíba tem, sem dúvida, uma grande dívida. Nem se diga a restrição seja produto de amizade, pois quem realizou um Congresso de Crítica Literária Nacional na Paraíba e instalou a indústria cinematográfica de longa-metragem, ficção, em nosso Estado, realizando inicialmente um filme do porte de "Menino de Engenho", não precisa da proclamação redundante da evidente.

Não importa. Afinal, obra de político sobre políticos não poderia deixar de ser política também ela própria. Mas é aqui onde entra a sutileza maquiavélica do jovem autor, dissimulando-se em cronista, alegre

na severidade, tolerante na condenação, cordial e humana, convicto de que, na província, é onde mais somos todos irmãos.

Natural que a esta altura da vida, pela diferença de idades e acervo de vida pública, alguns já estejam mais ou menos completados em seu retrato, já forneçam material para a história, justamente o que revolve Marcus nas páginas do livro. E revolve com *eye witness*, presente que foi pelo conhecimento das pessoas, quase todas, ou pela tradição oral, corrente em sua família, sempre tão participante dos acontecimentos, e também de seu estado e de sua cidade, ambos tão participantes dos acontecimentos políticos – únicos que apaixonavam ou apaixonam a cidade pacata, colonial e beata, destas margens do Sanhauá.

Por isso a visão humana deste livro, tão evidente em relação às pessoas que passam a personagens, em virtude do esboço vivo de ficção com que elas se movimentam, acrescenta-se duma visão sociológica e histórica que honra o jovem autor. Político, ele também, e muitas vezes participante de acontecimentos, se fiel aos grupos partidários, sempre soube guardar alguma coisa de si mesmo, o melhor de seu espírito de analista social e estudioso dos nossos problemas, sabendo ver no dia a dia, no acontecimento, o lado aparente, efêmero, e o permanente, as raízes sociais, históricas, de atos, muitas vezes, aparentemente tão despidos de maior significação. Nesse sentido, ao procurar sempre essas causas e efeitos, acima das personagens atuantes, Marcus Odilon Ribeiro Coutinho está agindo como ótimo analista da vida política paraibana. E apresentou conclusões destinadas ao mais vivo debate, como a que se apresenta maciçamente em todo o livro – que a Paraíba, desde 1930, permanece a mesma, com os mesmos homens públicos dirigindo o mesmo povo.

E tudo isso se apresenta em linguagem simples, por meio de rápidos quadros, vivos, escolhidos dentro do pitoresco alegre, principalmente, e às vezes com revelações severas. Afinal, o analista social que há em Marcus se alia ao político atuante e a uma juventude comprometida pela realidade do seu tempo, de tudo surgindo a presença duma inquietação ou rebeldia diante da estagnação trintenária de seu estado.

Aí talvez a maior validade desta obra revisionista – a presença de um jovem político paraibano que se não arreceia da cólera dos deuses

pela queda de suas máscaras – o que compõe um carnaval de paradoxos, em que as verdadeiras faces descobertas surpreendem violentamente em sarabanda que compõe um estranho e novo baile de máscaras sem mascarados. Tudo às ordens dum mestre de cerimoniais, malicioso e sutil em seu jeito de diabrete feliz movendo tanta gente importante que, em suas mãos, passa a obedientes marionetes. E tanto que há quem diga – “neste livro, o Diabo faz das suas...”

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA

A Revolução de 30 dividiu a história republicana brasileira em duas grandes partes. A história política da Paraíba foi dividida também.

Antes da Revolução, a vida política girou em torno de Epitácio Pessoa, secretário de Venâncio Neiva. Primeiro presidente republicano do estado organizou a chapa de senadores e deputados. Na época, entrar na chapa era entrar na Câmara e de lá só se saía pela depuração¹. Descobriu a fraude, derrotou os adversários e dominou a Paraíba. Foi até presidente da República.

A primeira República era das atas ocultas e das depurações às claras. Não tinha voto secreto. Tinha as perseguições oficiais, os empastelamentos dos jornais oposicionistas. A revolução trouxe a vitaliciedade da justiça, o voto secreto, os partidos nacionais, a legislação trabalhista. Criou os IAPs, as procuradorias, a corrupção – herdeira bastarda da fraude.

Epitácio apontava a dedo os presidentes do estado da Paraíba. Uma espécie de Pinheiro Machado, tostado pelo sol do Nordeste.

Após a campanha de 1915, a oposição ficou de logo morta. Sem competidor, foram eleitos os presidentes Camilo de Holanda, Solon de Lucena, João Suassuna. Na sucessão do último, o Partido Republicado da

1 Consistia na falta de reconhecimento pelo Congresso dos senadores e deputados, eleitos pela oposição. Em 1898, Epitácio Pessoa, então ministro da justiça, depurou a bancada paraibana que recebia orientação do presidente do estado, Dr. Gama e Melo, seu adversário político. Em 1930 a Revolução “depurou” os candidatos da Aliança Liberal.

Paraíba escolhera o Dr. Júlio Lira, chefe de polícia do governo vigente. Epitácio recebe comunicação e veta a escolha. Por carta, indica para o cargo de presidente o seu sobrinho Dr. João Pessoa. Até hoje, foi a única convenção epistolar que conhecemos.

Há uma grande deformação histórica na figura política e humana do presidente assassinado. Tudo em João Pessoa foi acaso. Seu tio deu-lhe um lugar no Tribunal de Contas e, mais tarde, um estado. Realizou uma obra de fachada que lhe deu fama de bom administrador. Entre suas obras, avulta-se a demolição da Igreja da Conceição, secular templo dos Jesuítas, e em seu lugar construiu um jardim, anexo ao prédio do Palácio do governo. O “Nego”, que hoje ostenta a bandeira da Paraíba, não é expressão sua. É a frase que em seus lábios colocou o tio, Epitácio. Sua rebelião contra o presidente Washington Luiz foi apenas o resultado do cumprimento de vontade alheia. Os discursos, as atitudes melhores do governo, dizem ser de seu secretário – José Américo. Sua morte, puro acaso. Tem-se no Sul a impressão generalizada de que João Pessoa morreu nas mãos de um sicário, braço armado pelos seus inimigos. Nada disso. É preciso conhecer a verdadeira versão desse crime político, um dos poucos das páginas da história do Brasil. João Dantas, o cesaricida, era um dos melhores advogados de sua época, e isso foi dito ao autor por dois homens que merecem fé. Um foi o próprio José Américo, outro o desembargador José Flóscolo da Nóbrega, conhecido em toda a Paraíba pela cultura e retidão de caráter. Ambos disseram que o Dr. João Dantas tinha sido patrono de importantes causas no fórum da capital. Tinham até advogado juntos. O dr. João Dantas era solteiro. Morava na Duque de Caxias, mais conhecida como rua Direita, e ao que consta, dado à boemia e aventuras amorosas. Pertencia à oposição e sua família era uma das mais importantes no interior do estado, especialmente em Teixeira e Monteiro. Um dia teve sua casa vasculhada pela polícia estadual, a mando oficial, sob suspeita de estar traficando com armas. Verdade é que encontraram muitas cartas amorosas. Armas, não. Os esbirros da polícia jogaram todos os pertences do advogado no meio da rua, a canalha passou a examinar e divertir-se com a “operação”. Terminou no assovio, na desmoralização o exame do suposto arsenal de material bélico. Os retratos dos entes queridos na mão dos moleques,

servindo para enxovalhar a honra do líder opositor. E o pior veio estampado no dia seguinte, nas páginas do jornal *A União*, órgão oficial do governo estadual.

Eram cartas amorosas, íntimas na mais exata expressão do termo. Confidencias trocadas entre pessoas apaixonadas. Depois disso, o dr. João Dantas não pôde mais residir na Paraíba. Estava desmoralizado dentro do conceito de honra que então imperava. Principalmente perante si mesmo, sertanejo que era o que não leva desaforo para casa. Jurou vingança, responsabilizando o presidente, que a tudo assistia indiferente. Disse que matava e matou mesmo. O pior, porém, foi que a busca de armas era apenas um pretexto. O motivo real foi outro: o Dr. João Dantas tivera autorização de um seu constituinte para protestar em cartório uma promissória ou duplicata, de importante firma paraibana, amiga do situacionismo. A causa real foi a subtração dessa nota de crédito do cofre particular. E isso foi feito. Usaram gazua e consta até que levaram também o anel de formatura do corajoso sertanejo.

No Recife, para onde se transportou e passou a residir, João Dantas entrou a imaginar plano de vingança, e na tarde de 26 de julho de 1930, após a apuração da eleição presidencial que consagrando nas urnas Júlio Prestes e Vital Soares, condenou Getúlio Vargas e João Pessoa, então em visita à capital pernambucana, quando tomava o clássico cafezinho na Confeitaria Glória, em pleno centro comercial daquela capital. Preso, foi transportado para a cadeia pública. As hordas revolucionárias o encontraram enjaulado no xadrez. Antevendo o fim que lhe estava reservado, pediu ao diretor do presídio uma arma para se defender. O seu pedido como era de se esperar foi negado. Sentiu os passos dos seus algozes ressoando nos corredores. Foi picado à faca, é este bem o termo, pelos rancorosos inimigos. Antes lutou com as armas que tinha: os braços e os travesseiros.

Os jornais pernambucanos, em edição do dia seguinte, a mando dos chefes revolucionários, fabricaram a versão de suicídio.

• • •

Somando a condição de romancista já consagrado pela crítica à condição de secretário do presidente desaparecido, José Américo constituiu-se na maior presença civil da revolução em todo o Norte. Por esse motivo chegou à pasta da Viação e Obras Públicas do governo provisório.

Daqui partiu a onda revolucionária. As tropas sublevadas do 22-BC, comandadas pelos tenentes Juarez Távora, Juracy Magalhães, Agildo Barata, invadiram Pernambuco, Alagoas. A avalanche liberal só parou na Bahia; mas aí a revolução já triunfara no Rio de Janeiro.

Agildo Barata, no seu livro de memórias, descreve os pormenores do levante do 22º e os acontecimentos posteriores ligados ao desenrolar do movimento que eclodiu em 3 de outubro.

Juarez Távora, vice-rei do Norte, nomeou interventor Anthenor Navarro. Escolha movida por motivos pessoais. Dois anos após, Anthenor Navarro era vitimado no trágico desastre de aviação da Bahia de Todos os Santos.

À Constituinte de 1934 a Paraíba mandou Manuel Veloso Borges, Odon Bezerra, Heretiano Zenaide, Matias Freire para a Câmara – Pereira Lira, Izidro Gomes.

A oposição que já não era mais o perrepismo elegeu um só deputado, o tribuno Bôtto de Meneses, fundador do Partido Republicano Libertador, desaguadouro natural de todos os liberais que para si mesmo e para a rua diziam que aquela não era a revolução dos seus sonhos.

O governador era eleito pela Assembleia Constituinte. Foram lembrados os nomes de Borges Peregrino, de Virgínio Veloso Borges, mas escolhido mesmo foi o Dr. Argemiro de Figueiredo, que então ocupava o cargo de secretário-geral do governo.

Na campanha de 1937, todos os partidos políticos se uniram em torno da pessoa do ministro José Américo de Almeida, candidato à presidência da República.

O golpe estadonovista inovou a política paraibana, Carlos de Lima, governador de Pernambuco, rompeu com o Catete e deixou o governo; Argemiro ficou com o Catete, com o governo e rompeu com José Américo.

Desentendimentos na área estadual levaram Getúlio a nomear novo interventor, Dr. Rui Carneiro.

• • •

Na redemocratização, Rui fundou o PSD. José Américo, novamente unido a Argemiro, criou a UDN. Epiácio Pessoa Sobrinho fez surgir o PTB. Partidos menores, PDC e PCB, tiveram vida efêmera.

A Paraíba foi um dos poucos estados onde vitoriou o brigadeiro Eduardo Gomes. Os dois candidatos udenistas ao Senado, Adalberto Cruz Ribeiro e Wergniaud Wanderley, venceram os candidatos pessedistas, José Pereira Lira e Antônio Guedes. A representação paraibana na Câmara dos Deputados, composta de dez cadeiras, dividiu-se entre sete udenistas, Argemiro Figueiredo, João Agripino, Fernando da Cunha Nóbrega, João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, Ernani Sátiro, Plínio Lemos, Osmar de Aquino, e três pessedistas, Samuel Duarte, José Janduí Carneiro e José Joffily Bezerra.

Presidiu as eleições, como interventor, o desembargador Severino Montenegro, à época presidente do Poder Judiciário, cumprindo o que convencionou a derrubada do Estado Novo e a ascensão à Presidência da República do ministro José Linhares.

O Dr. Osvaldo Trigueiro, em 1946, foi o candidato eleito para a chefia do Executivo estadual. Lançado pela UDN e apoiado pelo PTB e PDC, derrotou o Dr. Alcides Vieira Carneiro, candidato do PSD. No mesmo pleito, foi eleito para o Senado José Américo, como candidato único e preenchidas as vagas de suplentes de senadores, sendo eleitos Epiácio Pessoa Sobrinho e Antônio Pereira Diniz.

O udenismo elegeu a maioria da Assembleia Legislativa, e, um ano após, essa agremiação levava à vice-governança José Targino; o cargo tinha, então, sido criado pela Constituinte.

As primeiras eleições municipais efetuadas no ano de 1947 lançaram a semente da discórdia entre argemiristas e americista; abriu dissidência e foi candidato à chefia da edilidade local pelo PSD, derrotando o fazendeiro, Veneziano Vital do Rêgo, candidato oficial do udeno-argemirismo.

Na Assembleia Legislativa, a coisa pegou fogo: os deputados americistas uniram-se ao PSD e elegeram o deputado João Fernandes de Lima à presidência da Casa, derrotando o nome do deputado Flávio Ribeiro candidato do Partido do governador Trigueiro. O fato marcou

a declaração de guerra entre as duas alas que formavam no estado o brigadearismo.

Em 1950 a dissidência americista oficializou a candidatura do seu chefe a governo do estado, com o apoio do PSD e partidos menores – PTB, PSP, PSD, PSB, constituindo a Coligação Democrática Paraibana; a mesma composição partidária lançou ainda os nomes de João Fernandes de Lima para vice-governador e o de Ruy Carneiro e Abelardo Jurema para a vaga de senador e respectiva suplência.

Os candidatos da Aliança Republicana (UDN-PR) foram: para governador, Argemiro de Figueiredo; para vice-governador, Renato Ribeiro Coutinho; para senador, José Pereira Lira; para suplente de senador, João Maurício.

Foram eleitos, por longa margem de votos, os candidatos da coligação. Compuseram a Câmara pela legenda coligacionista: os deputados Alcides Carneiro, José Janduhy Carneiro, José Joffily Bezerra de Melo, Samuel Duarte, Elpídio de Almeida, Antônio Pereira Diniz; pela UDN: Sátiro, Osvaldo Trigueiro.

As cadeiras senatórias dos srs. Adalberto Ribeiro e Werginaud Wanderley vagaram antes do término normal.

• • •

O senador Adalberto Ribeiro tinha por suplente o Epitacinho.

Com Getúlio Vargas na Presidência, o Dr. Eptácio acatitou os olhos na cadeira senatorial, acomodou o senador Adalberto Ribeiro em alto emprego no serviço público federal. O Eptacinho, pouco tempo após, morria atingido por mal súbito. Marcadas eleições pelo tribunal, foram candidatos pela coligação o Dr. Virgínio Veloso Borges e, pelo PSB, o Dr. Eptácio Cordeiro Pessoa; a UDN absteve-se de concorrer ou pronunciar-se sobre as candidaturas. Foi eleito o industrial Veloso Borges.

A vaga de Werginaud deu-se por barganha. O seu titular foi ocupar a cadeira do Tribunal de Contas, desocupada com a aposentadoria de José Américo. O Suplente, Pereira Diniz, então deputado federal, ficou onde estava. O candidato, já anteriormente escolhido, jornalista Assis

Chateaubriand, não teve concorrente. Essa jogada se repetiu no Maranhão depois, com o tuchau dos “Associados”.

As eleições municipais não trouxeram outro fato digno de registro, senão pequenas divergências entre os partidos que formavam a Coligação Democrática Paraibana. No pleito de 1954, o oficialismo lançou os nomes de Virgínio Veloso Borges e Assis Chateaubriand para recondução ao Senado.

A UDN, o PR e o PSP – Oposições Reunidas – registraram Argemiro de Figueiredo e João Arruda.

Como candidatos a suplentes pela Coligação Democrática Paraibana, Antônio Pinto e Francisco Porto; pelas Oposições Reunidas, José Mário Porto e Otacílio Jurema.

Foram eleitos os candidatos da oposição.

Para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa, a coligação foi vitoriosa, fez 6 deputados federais: José Janduhy Carneiro, José Joffily, Drault Ernani, Pereira Diniz, Ivan Bichara e Plínio Lemos.

A UDN, cinco: Argemiro de Figueiredo, João Agripino Filho, João Úrsulo Ribeiro Coutinho, Ernani Sátiro e Rafael Correia de Oliveira.

O Dr. Argemiro de Figueiredo disputou conjuntamente a vaga de senador e a cadeira de deputado. Ficou no Senado, contemplando Praxedes Pitanga, primeiro suplente da bancada udenista.

As bancadas na Assembleia Legislativa ficaram assim constituídas: PSD, 14; UDN, 15; PL, 5; PTB, 3; PSP, 1; PR, 1.

• • •

A sucessão do ministro José Américo de Almeida processou-se na base da pacificação. Após marchas e demarchas, os partidos se fixaram no nome do Dr. Flávio Ribeiro Coutinho, para governador, e no do Dr. Pedro Moreno Gondim para vice-governador.

Como candidato de protesto, disputou o pleito o advogado Renato Barros, registrado pelo PST.

Com avançada idade, o Dr. Flávio Ribeiro Coutinho cedeu, após 18 meses de governo, à trombose coronária que o reteve mais de 4 anos a um leito de dores.

Assumi como governador interino o Dr. Pedro Moreno Gondim.

Pouco durou a pacificação: meses apenas. Tudo veio abaixo e a luta desencadeou-se com mais intensidade ainda.

• • •

Nas eleições de 1958, foi lançado candidato pela legenda da UDN-PL o ministro José Américo, e como candidato a suplente Virgínio Veloso Borges. Pelo PSD-PTB-PST-PRP o nome do senador Ruy Carneiro, e como companheiro de chapa, o Dr. Salviano Leite.

O senador Ruy Carneiro foi reconduzido ao Senado com uma margem de 25.019 votos sobre o seu competidor.

Fato de maior significação política nessa luta foi a dissidência que se abriu no udenismo com a expulsão do senador Argemiro de Figueiredo.

A UDN procurou o Dr. José Américo e o fez seu candidato à senatória. O Dr. Argemiro de Figueiredo mantinha com o sr. José Américo inimizade pessoal, eram irreconciliáveis.

Argemiro rompeu com seu partido, filiou-se ao PTB, e a UDN passou à liderança do deputado João Agripino Filho.

Para a Câmara Federal foram eleitos, pelo PSD, os srs. José Janduhy Carneiro, José Joffly Bezerra, Drault Ernani, Abelardo Jurema. Pela UDN, os srs. João Agripino Filho, João Úrsulo Ribeiro Coutinho Filho, Ernani Sátiro e Luiz Bronzeado.

Pelo PSP, os argemiristas Jacob Frantz e Raul de Góes.

As eleições municipais, no ano seguinte – 1959, expressaram apenas a pujança da aliança Rui-Argemiro. Fizeram os principais municípios, inclusive, a capital, elegendo o médico Miranda Freire, candidato do PTB, e Campina Grande escolhendo o sr. Severino Cabral, pelo PSD.

A UDN, desnorteada ainda pelo último insucesso eleitoral, foi reanimada, quando descobriu, no PSD, os primeiros vestígios da dissidência.

O PSD, no pleito governamental de 1960, lançou como seu candidato a governador o deputado Janduhy Carneiro, tendo, como companheiro de chapa, o deputado argemirista Jacob Frantz.

O vice-governador Pedro Gondim, no momento assumindo o cargo de governador, beneficiado pela prolongada enfermidade de Flávio, lançou-se como candidato a governador.

A UDN apoiou a pretensão quememista, dando-lhe como companheiro de chapa o sr. André de Paiva Gadelha (Zabilo).

O candidato quememista foi eleito por margem superior a 24 mil votos de diferença.

A renovação de duas vagas senatórias, da representação à Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa deu-se dois anos após, em 1962.

Foram candidatos pela PDN-PDC (então o partido do governador) João Agripino e Aluizio Campos; seus concorrentes pelo PSD-PTB, os srs. Drault Ernani e Argemiro de Figueiredo. O PSB, independente a essas composições, lançou o deputado José Joffily Bezerra. Foram eleitos os srs. João Agripino e Argemiro de Figueiredo.

Nas últimas eleições municipais, pôde-se notar um robustecimento da oposição que, para si, conquistou as prefeituras da capital e de Campina Grande.

É esse, em síntese, o quadro das eleições de 1930 até nossos dias.

Além de eleições, fatos outros influíram no destino político da história republicana da Paraíba.

Cinco políticos foram eleitos governadores, Argemiro, Osvaldo Trigueiro, José Américo, Flávio Ribeiro, Pedro Gondim. Cinco foram nomeados interventores, Anthenor Navarro, Gratuliano de Brito, Ruy Carneiro, Odon Bezerra, José Gomes. Um paraibano, sem militar na política, ocupou o Palácio, no período de redemocratização, o desembargador Severino Montenegro. Um governador renunciou ao cargo, a fim de se desincompatibilizar e disputar uma cadeira na Baixa Câmara. Renunciando o sr. Osvaldo Trigueiro, deu possibilidades ao sr. José Targino a ser governador. Já nos últimos meses, Flávio Ribeiro renunciou. O vice-governador Pedro Moreno Gondim já antes tinha abdicado para não cair em inelegibilidade e, assim sendo, chegou ao governo, nele permanecendo, quase 10 meses, o deputado José Fernandes de Lima.

A nosso ver, como observador que somos, a condição de líder político na Paraíba se tem após a convivência no Palácio da Redenção.

Dos paraibanos que chegaram a ter nas mãos o Poder, a ser governo e fazer governadores, nós destacamos, para estudo mais detalhado, Argemiro de Figueiredo, Ruy Carneiro, José Américo e Pedro Gondim.

Tomamos, como ordem cronológica, a data de passagem desses pelo Palácio da Redenção.

• • •

OS PARTIDOS

- UDN
- PSD
- Pequenos Partidos
- PSB

A UDN

A UDN é o partido dos que podem ficar do contra. Stanislau Ponte Preta já disse: “a UDN é um estado de histeria”. Pode ser também.

Certo é que o partido que no Brasil se formou na campanha brigadista reuniu em si duas correntes.

Primeira, a dos liberais-idealistas, pessoas que pensam e acreditam mesmo na solução dos problemas brasileiros pela honestidade de seus governantes e pela educação das massas.

Segunda, a dos que se colocaram contra Getúlio, e se ficaram assim, porque Getúlio deu a legislação trabalhista.

São os reacionários perfeitos.

Esses chamam até de comunistas a João XXIII e a Paulo VI.

Na Paraíba, nascido, que foi da aliança José Américo e Argemiro de Figueiredo, o udenismo somou o civismo de uma posição idealista ao pragmatismo de uma realidade conservadora.

A UDN é também o partido da honestidade. Há quem diga que essa honestidade é muito mais de fachada. Já o comentarista de trivialidades, Ipojuca Pontes, a turma que a UDN é feia, triste e velha...

Há uma má vontade generalizada contra a UDN, partindo da campanha encetada pelo DIP, contra o brigadeirismo com o infamante caso dos marmiteiros.

Na verdade, foi fácil ao DIP impor ao povo esse princípio.

Em regra geral, o perrepismo, desarticulado pela vitória da Aliança Liberal, foi-se engajando na UDN.

Perrepistas eram os filiados aos velhos, os Partidos Republicanos, estaduais, uma vez que a nossa legislação eleitoral de então só permitia a organização de partidos de âmbito regional.

Constituíram os “perrés”, como eram chamados, a nata do que havia de mais conservadora em todos os estados da federação. Vinham, ainda, do início de República.

Chamavam-se a si mesmos os homens de bem, quando na verdade eram os homens de bens.

No Brasil, os Caiados em Goiás são bem a expressão do que dizemos. Otávio Mangabeira, um dos fundadores da UDN, vinha do perrepismo. Daí por diante.

Ao perrepismo, que formou sempre na primeira linha da oposição do Getulismo, vieram-se unir os insatisfeitos da Revolução, todos aqueles que diziam “esta não é a revolução dos meus sonhos”.

Assim sendo, apareceu a ala que nós chamamos dos liberais-idealistas e que a revista o *Cruzeiro* chamava “Banda de Música”, em oposição ao segundo grupo denominado “Pé de Boi”.

Juarez Távora, Odilon Braga, Temístocles Cavalcanti, Flávio Ribeiro, A. Baleeiro, Virgílio de Melo Franco e José Américo constituíram a “Banda de Música”.

Argemiro, ainda que liberal, vinha de uma família perrepista, arraigadamente perré, e, no governo, chamou-os ao agradável convívio palaciano.

A fundação da UDN, em 1945, foi um prolongamento da concepção política já definida havia mais de 15 anos passados.

A presença perrepista no Udenismo é tão visível que, se recolhermos as chefias udenistas nos diversos estados brasileiros, encontraremos sempre os perrepistas, eles ou seus herdeiros, com a legenda da Eterna Vigilância.

São Paulo é exemplo típico do que afirmamos.

Waldemar Ferreira, constitucionalista revolucionário de 32, veio juntamente com Herberto Levy (genro) chefiar a UDN paulista.

No Rio Grande do Norte, José Augusto; em Pernambuco, Gilberto Freyre; na Bahia, Otávio Mangabeira e daí por diante.

Estendendo as nossas apreciações não só ao campo de lutas e pessoas, mas sim de ação e comportamento político como forma de integração entre perrepistas e udenistas, pronunciamentos como os de Aliomar Baleeiro, Bilac Pinto, que se confundem em perfeição admirável com Washington Luiz, quando afirmava, nos extertores da Primeira República, “O problema social é caso de polícia”.

A política, típica de coronelato, empreendida com largueza no perrepismo, foi revivida quando na chefia do governo se encontrava um udenista. Caso típico foi a administração do engenheiro Leandro Maciel, no estado de Sergipe. Dizem até que uma cidade ribeirinha ao Rio São Francisco teve sua população dispersa à custa de uma permanente perseguição policial.

Já a “Banda de Música”, posição típica do deputado Aduino Lúcio Cardoso, do senador Milton Campos, Alberto Deodato, Oswaldo Trigueiro, Prado Kelly, essa não; são os bacharéis do partido homens que falam na dignidade da pessoa humana, nos postulados eternos do direito.

Na Paraíba, a “Banda de Música” era José Américo, José Mário Porto, Sabiniano Maia, Braz Baracuh, Fernando e Humberto Nóbrega.

“Pé de Boi” são os que aguentam mesmo o partido, conhecem as manhas do eleitorado; Clóvis Bezerra, Renato Ribeiro, Batista Brandão, Antônio Gadelha, em suma, a legião de deputados e prefeitos udenistas. E esses constituem a grande maioria dentro do partido, remanescentes do perrepismo, representando ainda troncos familiares já politizados desde o Império. Bezerras Cavalcanti, em Bananeiras; Gaudências, em São João do Cariri; Ribeiros Coutinho, na várzea do Paraíba; Marojas,

em Itabaiana; Mariz Maia, em Catolé do Rocha; Gadelha, em Sousa; os Lyra de Pilões, Miranda Cavalcanti, em Alagoa Grande, entre outros.

• • •

Os líderes liberais, em sua maioria, seguiram a marcha revolucionária que desaguou nos cartórios, nas procuradorias, nas sinecuras da Guanabara. Não mudaram a face da República, mas mudaram a face dos donos da República, partiram de lenços vermelhos e bolsos vazios. O tempo deixou-os de lenços desbotados e encheu-lhes os bolsos. A exemplo disso, Basileu Gomes trocou os bancos de passeio público por um Banco da praça do Rio de Janeiro.

Na Paraíba ficaram mesmo os perrepiristas revanchistas e os revolucionários descontentes. Em 1945, da fusão das duas correntes de opinião, surgiu a UDN.

• • •

Conquistado o governo, na pessoa do Dr. Osvaldo Trigueiro de Albuquerque e Melo, os udenistas vieram a se desentender. Casos análogos de dissidências udenistas registraram-se em outros estados do país, logo que a UDN passou de oposição a governo. No poder, a UDN divide-se. Prepotentes, os chefes udenistas não abrem mão de suas convicções. O caso da Paraíba foi idêntico ao do Rio Grande do Norte onde a UDN fragmentou-se entre Dinarte Mariz e Aluizio Alves, idêntico ao da Bahia, a luta entre Mangabeira e Juracy.

Os motivos que determinaram a primeira dissidência da UDN, exatamente a luta pela sucessão governamental de 1950 que culminou com o lançamento de duas candidaturas udenistas: José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, especialmente da UDN.

O conluio Argemiro e José Américo funcionou bem por duas eleições, enquanto se podia dividir as cadeiras da Câmara e do Senado. Quando em eleições majoritárias, na disputa de um só governador, de um só prefeito, vieram logo desentendimentos partindo daí para o rompimento definitivo.

No governo do estado, Osvaldo Trigueiro era acusado de pender ao argemirismo, atendendo de preferência as reivindicações e solicitações do político campinense.

Argemiro e José Américo em comum só tinham uma coisa, a ambição. Pediam ao partido a mesma coisa – a chefia. O Poder só para si mesmo e se possível absoluto, se possível monárquico!...

O Palácio foi ficando pequeno para dois ambiciosos. Se Roma e seu Império não comportaram Marco Antônio e Otávio, não seria a Paraíba tão grande para José Américo e Argemiro. De estranhar seria que eles se conformassem em partilhar o mesmo cetro. O Poder para Argemiro e José Américo não constitui forma de enriquecimento ilícito, mas uma determinação de um estado de espírito, comum aos dois. Nasceram assim.

Sem a preocupação maior de observarmos os incidentes e os detalhes que motivaram o desentendimento dos dois líderes do udenismo paraibano, podemos realçar a própria escolha da candidatura de Osvaldo Trigueiro ao governo que obedeceu a um critério de pacificação entre as alas já em conflito, resultando no artificialismo que salvou por dois anos a unidade partidária. Antes, porém, Argemiro tentou a própria candidatura, como uma maneira de impor ao partido o seu comando pessoal. José Américo tentou todas as formas, menos aquela já anteriormente aceita que era a candidatura de Osvaldo Trigueiro. As necessidades de um “tertius” garantiram a harmonia, primeiro passo para a conquista da vitória. Em 1947 quando da eleição do vice-governador, novamente abalaram-se os alicerces do brigadeirismo. Americistas e argemiristas pretendiam ter para si o direito de indicar o nome do candidato. Fixavam-se os primeiros no industrial Virgínio Veloso Borges e os segundos opinavam pelo deputado e usineiro Flávio Ribeiro Coutinho. E só a ação mediadora e pacifista de Odilon Ribeiro Coutinho e pela sua condição de sobrinho e genro destes foi afastado perigo iminente do rompimento. Preciso é dizer que durante as sucessivas crises por que passou a UDN, não partiu de nenhum dos seus líderes maiores uma palavra, um esforço, um trabalho no sentido de desarmar os ânimos e evitar a cisão. Tudo isso caracteriza bem o retrato que define o udenista no seu comportamento público, especialmente a intransigência com que trata não somente os adversários, mas até os amigos. O rompimento que se

deu por ocasião da eleição da Mesa da Assembleia quando deputados integrantes da ala americista derrotaram o candidato do partido, Flávio Ribeiro à presidência da Mesa do legislativo. O fato constituiu apenas o desfecho de uma luta prevista e para a qual em termos gerais não houve maior interesse de ser minimizada. Na verdade, como episódio marcante, iniciou-se a disputa da chefia municipal de Campina Grande quando em posições bem definidas o argemirismo impôs o nome do fazendeiro Veneziano Vital.

A dissidência que abalou as bases do udenismo foi responsável pela derrota de 3 de outubro de 1950. Dentro das limitadas proporções, essa data representou para essa agremiação política o que Alcacer Kibir para Portugal, trazendo de imediato o aniquilamento do udenismo como força política no estado durante dois pleitos consecutivos. Para caracterizar bem o que estamos a dizer, basta citar que duas vagas no Senado deram-se e foram preenchidas sem que o brigadeirismo tivesse as condições mínimas de concorrer ao pleito. E quando, por acontecimentos políticos alheios a uma possível rearticulação udenista, mas, sim, pela própria dinâmica da política, e mais ainda por fragmentação e descontentamento que a administração José Américo trouxe aos seus aliados políticos surgiram condições objetivas ao reaparecimento da agremiação, como expressão eleitoral. Mas o certo é que na época do renascimento brigadeirista o comando, a chefia, já se mudava das mãos de Argemiro Figueiredo para as de João Agripino.

Napoleão Bonaparte afirmou um dia que “As Assembleias se resumem em Partidos e os Partidos se resumem num líder”. Certo é que se não se acabou a UDN, dentro dela, acabou-se a dinastia Figueiredo, surgindo a dinastia Agripino Maia. Tudo ainda em decorrência de 1950 e do fragoroso insucesso a que Argemiro levou os seus comandados no pleito governamental.

A ascensão de João Agripino ao leme, um homem nascido para a vida pública em 1945, pode ser caracterizado como vitalidade partidária.

Pela ascensão de João Agripino ao leme, um homem nascido para a vida pública, em 1945, pode ser caracterizado como vitalidade partidária.

Pela primeira vez, uma agremiação política responsável por significativa parcela de opinião pública como é o caso da UDN tirava dos seus

próprios quadros um chefe sem que para isso fosse preciso buscar na fornada de políticos que a revolução de 1930 preparou para a Paraíba.

• • •

Durante os vinte anos de existência, de 1945 a 1964, a UDN tem vivido na condição de opositorista ao governo federal e a todas as suas formas de fazer política. É mais o partido do ódio do que do amor. Sem dar emprego, em uma terra onde toda classe média é composta do funcionalismo público, o udenismo cresce, recebendo e conquistando para si, aos que foram preteridos ao aproveitamento no serviço público, que é feito sempre e sempre à base do puro favoritismo, além, naturalmente, do forte colorido rural, da presença no seio do udenismo das famílias que conservam ainda as terras e seus homens.

• • •

O pessedismo se criou à sombra do Catete. Getúlio determinou a Benedito Valadares a estruturação de um partido dando a este o colorido social-democrático. Nele foram engajados como peças partes de um todo que era a máquina o estadonovista, os interventores Magalhães Barata, no Pará, e Amaral Peixoto, no estado do Rio. Na Paraíba, o Palácio da Redenção era de Ruy Carneiro, o PSD também.

Pessedismo e ruismo tornaram-se sinônimos, confundidas que são as suas origens e mais ainda a maneira de agirem politicamente. Durante o período em que chefiou o Executivo paraibano, o dr. Ruy Carneiro não conseguiu desarticular a máquina do coronelismo que se criou pela presença de Argemiro de Figueiredo no Palácio. Mesmo assim, chamou ao seu lado os chefes municipais hostilizados no governo anterior. Explorando as intrigas regionais constantes sem quase todas as comunas do interior do estado.

Num ou noutro município, o pessedismo se firmou. Em Princesa Isabel, por exemplo. Essa cidade era o centro das atividades do deputado José Pereira, o que em 1930 proclamou a separação de sua cidade com o estado da Paraíba e gritou autonomia do “Território de Princesa

Isabel”; criou imprensa oficial, bandeira própria, “hino” e tudo o mais. Declarou guerra ao presidente João Pessoa. Resistiu durante meses e só cedeu quando as tropas do Exército invadiram o seu “Território”, pela fronteira pernambucana. José Pereira não se integrou no argemirismo como a grande maioria dos chefes perrepistas. O seu caso era mais grave do que os outros. Durante a Revolução, Princesa reconstituiu a cena da Vendaia. Ainda estava muito quente, e lá o comando político foi entregue à família Diniz. Só quando Ruy assumiu o Poder, é que os perrepistas locais fumaram com o governo o cachimbo da paz. Até hoje, naquela cidade, o pessedismo domina eleitoralmente. Cidades há, porém, que não tem fixação partidária. Guarabira é exemplo típico dessas, até mesmo reconhecer os diretórios dos grandes partidos ali é difícil.

• • •

Como caracterização maior, o pessedismo é como a Esso: dá ao seu carro o máximo. Um abraço de um pessedista é qualquer coisa diferente; a gente sente nele até a alma. Lembro-me mesmo que um dia recebi de Severino Lucena um dos ornamentos do pessedismo tabajara, um abraço de pêsames: mas era qualquer coisa de diferente. Como ele abraça Fernando Milanez, da porta do Cabo Branco. Toda a técnica do abraço foi na Paraíba introduzida pelo interventor Ruy Carneiro. De estribo de bonde, Ruy, de longe, já ia preparando o bote: saltava a meio metro de sua vítima, em típico passo de malandro da Zona Norte, criado na “Galeria Cruzeiro” e tocava um abraço: grudava-se. Os seus discípulos exageravam ainda mais. Dizia um saudoso professor desaparecido que o Abelardo Jurema abraçava uma pessoa acariciando outra com a ponta dos dedos. Dois de uma só vez. Daí se imaginar que uma das mais eficientes armas do pessedismo foi o amplexo. O pessedismo paraibano nasceu de amplexos...

Como a população rural é espalhada, pouco aglomerada, o sucesso maior era reservado às cidades onde havia mais gente para ser tocada, abraçada e até cheirada. No interior, poucos eram os que se encontravam para o corpo a corpo. E, aí, não pôde nunca o pessedismo fazer maiores progressos, a não ser por meio de seus coronéis. Nas cidades maiores, o prestígio do “Dr. Ruis” com a população de bairros era um fato.

Naturalmente com as armas empregadas pelo interventor, a Paraíba viu o aparecimento do populismo em seu meio político. Portanto, Ruy Carneiro foi o primeiro político populista. Populismo esse, êmulo daquele que o Ademar de Barros introduziu em São Paulo.

• • •

A admissão no serviço público estadual foi feita em excesso, e tudo em razão direta do aumento da popularidade do ocupante eventual do Palácio da Redenção. Os quadros do funcionalismo público incharam até estourar. O funcionalismo ainda não se tinha sentido tão bem como até então.

Em 1947, quando da organização dos partidos nacionais, o pessedismo se articulou somando todos os beneficiados pela interventoria, que constituía numerosa classe de funcionários públicos municipais, estaduais e federais. Onde houvesse uma repartição pública, mesmo fundado um grupo escolar ou uma delegacia de polícia, imediatamente aparecia um diretório pessedista.



Abelardo: Catedrático do Amplexo...

• • •

Constituída a agremiação, nos seus primeiros anos de existência, via-se nos seus líderes a presença marcante de funcionários públicos e intelectuais. Os primeiros, representados por todos aqueles que serviram ao governo durante a interventoria. No plano nacional é o caso de Etelvino Lins, Vitorino Freire e Nereu Ramos e que no estado da Paraíba encontra uma admirável correlação em Abelardo Jurema, José Mousinho, Severino Lucena, Manuel Morais e Antônio Freire. Os ideólogos do partido, pretensamente intelectualizados, constituíram uma posição doutrinária que num esforço de interpretação pode ser definida como uma tentativa de socialização pela direita. Dentro desse raciocínio, é que se enquadra o professor catedrático Agamenon Magalhães, donatário da capitania de Pernambuco. E no estado da Paraíba, homens como Samuel Duarte e Otacílio Queiroz, este hoje abertamente da esquerda.

No caso específico da Paraíba, só após a eleição de 1950 é que vimos o entrosamento às fileiras pessedistas de enriquecidos agentes empresariais, disputando os cargos públicos e participando da direção partidária. Note-se, ainda, que a presença desses referidos homens de altas finanças é ainda o resultado da arraigada vinculação que existe entre o pessedismo e as novas fortunas brasileiras, muitas delas resultantes de altos empréstimos nos estabelecimentos de crédito público ou, quando não, no mecanismo cambial e das várias maneiras de se manipular as finanças da República e do estado.

Na maioria das vezes, os novos pessedistas têm fora das fronteiras da Paraíba as suas empresas industriais e na Paraíba o seu estabelecimento eleitoral. Para esses, adquirir um mandato é um negócio como outro qualquer, como quem compra um apartamento ou um Chevrolet último modelo. Levam até vantagem para os que na Paraíba fixam sua indústria ou fazenda: não arcam com as resistências que invariavelmente acompanham a posição de patrão. Ao contrário da UDN que é o partido dos homens ricos da terra, o PSD é o partido dos homens ricos de outras terras, dando essa condição aos pessedistas e possibilidade de tirar cadernetinha de bom moço.

• • •

O pessedismo não é um estado de espírito, é uma profissão como outra qualquer.

Nos longos serões de famílias, se despertam vocações dos filhos menores. Há os que preferem a farda; os moderados e escassos, em número, a batina. Outros, profissões diversas – advogados, médicos e engenheiros. Mas o menino vivo mesmo, o mais esperto, o que já se habituou a conseguir tudo, esse já se sabe desde pequeno o que vai ser – pessedista na certa...

Como profissão, o pessedismo arruma tudo, é partido do “dá um jeito”. É o *publics relations* da administração. E para um pessedista em qualquer caso por mais intrincado que seja, há uma saída. Há uma vaga no hospital, em emprego, um cartório, uma passagem, tudo enfim. Não há profissão mais rendosa. Vê-se daí que além de ser um negócio é também uma maçonaria: onde entra um pessedista, cabem dez.

Família que é pessedista permanece unida – Alá é Deus e Maomé seu profeta; o PSD é partido e Ruy é seu chefe.

No pessedismo permanece indestrutível o patriarcado; e se todos os pessedistas não são filhos do senador, é porque são compadres; os mais moços, afilhados.

O chefe vem de 1945, e dentro das hostes partidárias tem o seu comando acatado.

Em 1949, Pereira Lira, então nas boas graças do general Dutra, não demoliu Ruy, nem Pedro Gondim em 1960, com o Palácio da Redenção. Disso tudo se chega à conclusão que o pessedismo é, acima de tudo, monárquico, e nele Ruy é rei mesmo. Só se conhecendo bem o senador Ruy Carneiro, chega-se a entender melhor a devoção ao chefe. Ruy, para os pessedistas, foi mais forte do que dois palácios. Também o pessedismo foi o único partido que criou em todo território paraibano, e possivelmente brasileiro, um sentido de partidarismo. Will Durant já demonstrou que o partidarismo é um sentimento nato até nas mais atrasadas comunidades. O pessedismo no Brasil é a lapinha dos pobres. No interior brasileiro o pobre é de três coisas – do cordão encarnado, devoto de Santo Antônio e pessedismo...

É claro que o pessedismo é do amor, da vida calma e tranquila, tudo isso leva a firmá-lo como o governista tradicional que é, tendo no convívio palaciano, o seu *habitat*.

Durante os 20 anos de existência, o PSD pouco mudou. Robusteceu-se numa ou noutra eleição, perdeu substância em outras, mas em linhas gerais é o mesmo.

A verdade é que nunca conseguiu ir ao governo, com um candidato realmente de seus quadros. Excetuando-se a interventoria Ruy Carneiro (40-45), nenhum pessedista foi chefe do Executivo paraibano, abrindo-se exceções a breves interinidades – a dos dois irmãos Fernandes, João e José, e o período em que Pedro Gondim era pessedista. Mas, de tal modo, o pessedismo se afina com o espírito governista, que a impressão dominante é que só o PSD é que foi governo.

Cavalgando, porém, os destinos da República, em todos os governos, deu aos correligionários da Paraíba o possível e o impossível, até.

Ao pessedista não há fronteiras: alimenta-se na pecuária, desendenta-se na indústria das secas.

• • •

PEQUENOS PARTIDOS

Os partidos menores tiveram destino e vida menor, fugaz. Bóldes no firmamento político aparecem e desaparecem sem deixar vestígios de sua trajetória.

Organizam-se diretórios, reestruturam, fenecem e novamente voltam a aparecer. Esse destino coube ao PR, ao PDC, ao PL, ao MTR, etc.

O PL cresceu com José Américo, chegou ao ocaso com ele, mas ainda sobrevive em um ou dois municípios.

O PTB, este tem uma meia história a contar.

Em 1945, Epitacinho veio à Paraíba a mando de Getúlio. Trouxe o PTB nas malas e muito desaforo na boca.

Não fez um só representante à Câmara Federal: todos amigos de Epitacinho cabiam na sala de visita da casa de João Amorim, seu devotado amigo.

Em 1945, quando na eleição governamental, barganhou uma suplência senatorial, dando apoio ao candidato udenista. Toda força trabalhista somava um deputado na Assembleia Legislativa, o médico campinense Antônio de Almeida.

Em 1951, com Getúlio no Catete, o petebismo cresceu. Nele vieram pousar as aves de arribaçã da política, conhecidas de todos os partidos, convivas de todos os governos. O PR, do ministro Pereira Lira, perdeu todos os seus deputados, que já na sessão de instalação do Poder Legislativo, trocavam de siglas. Severino Ismael, Antônio Montenegro e Hercílio Lundgren assumiram como trabalhistas e rezaram pela cartilha getulista.

Antônio Montenegro hoje é o único que permanece fiel ao PTB, desmentindo o que dele disse uma vez José Américo, em comício: “Montenegro é mais fiel ao governo do que o chumbo do Diário Oficial”.

Hercílio Lundgren hoje é prefeito de Alhandra, eleito pela UDN e Severino Ismael é do PDC.

Mesmo assim o PTB cresceu. Samuel Duarte, João Lelis, José Fernandes (Dedé) foram pessedistas que voaram ao PTB, somando-se aos que eram transfugas udenistas: Fernando Nóbrega, Praxedes Pitanga, Luiz de Oliveira Lima. Só em 1958, é que veio a engrossar-se com Argemiro de Figueiredo e seus amigos, Jacob Frantz, José Braz do Rego, Romeu Abrantes, Miranda Freire.

Barganhando mais uma vez, Epitacinho chegou ao Senado, morreu como pai da Pátria. Mal súbito, o vitimou após um banquete.

Sua herança foi recolhida por Samuel Duarte, mas logo esbulhado por Luiz de Oliveira Lima, então prefeito da capital.

O trabalhismo caracterizou-se sempre em ser um pessedismo mais moço.

A previdência social foi ao trabalhismo um dom providencial.

Ingresa-se no petebismo por duas portas, ou como descontente de outro partido, ou como funcionário de um IAP. Primeiro o emprego, depois o partido.

Com Jango na chefia do petebismo, criaram-se as alas e subalas, disputando as autarquias e a indicação aos cargos menores. Mais a indicação do que o mando político. Não houve um só estado no país, onde não se repetisse esse quadro.

De 1958 a 1961, o petebismo dividia-se em dois: Fernando Nóbrega tinha a bancada trabalhista na Assembleia, e Hermano Sá, os livros de ata.

Terceiro partido em força eleitoral era o mais tumultuado. Brigava-se por tudo, pelos cargos e pelas verbas, menos por ideais.

Apoiado por uma frente sindical, o dr. Hermano Sá teve na capital 888 votos para deputado federal, dava para ser vereador. À época Argemiro já era trabalhista, e a bancada na Assembleia pulara de três deputados para oito, Hermano perdeu o apoio de Jango, mas ainda tinha por si as atas. Resistiu três anos, intervenção, acordos, tudo o mais foi tentado, mas a tudo Hermano respondia com o argumento insofismável das atas. Chegou a se registrar como candidato a vice-governador por uma convenção à bico de pena. Na primeira república teria ido longe. Perdeu o domínio quando encheu a última página do livro de atas que retinha em seu poder.

O livro novo precisava da assinatura do presidente do Diretório Nacional do PTB. Era difícil conseguir isso.

• • •

O PSB

A agremiação socialista inexistente como expressão política no restante do Brasil, em 1962, na Paraíba, chegou a ser a 3ª representação na Assembleia Legislativa, com 7 deputados. Socialistas mesmo, poucos, a maioria era políticos pessedistas à procura de uma legenda de menor quociente eleitoral, como José Lira, deputado socialista e pessedista de Teixeira; José Lacerda, deputado socialista e pessedista de São José de Piranhas; Wilson Braga é exceção, difere dos outros, é ao inverso deputado socialista e udenista de Conceição.

Mesmo assim com essas distorções o PSB cresceu e representou o papel que o PTB se negou a fazer.

O PSB tinha nos últimos dias anteriores a 31 de março uma base realmente ideológica. A ela juntaram-se todas as facções esquerdistas, abrangendo as mais diferentes alas que formavam a linha socialista. Era um socialismo que ia de uma leve cor-de-rosa do professor Cláudio Santa Cruz a um berrante vermelhão de Assis Lemos e Figueiredo Agra. E, ainda mais, os irmãos Almeida, Agassis e Langstein, irrequietos políticos que ora estavam no PSB e ora tingiam-se do verde do integralismo do PRP.

Nos últimos anos, a vida do PSB é também a do esquerdismo. Cerrou atividades maiores quando também se cerraram as portas das Ligas Camponesas, em decorrência do movimento de 31 de março.

O sr. Pedro Moreno Gondim em 1960 foi candidato a governador registrado pelo PSB; em 1962, Joffily foi o senador.

Ao atual inquilino do Palácio da Redenção, o partido serviu de marquise, enquanto durava o temporal da campanha de 1960. Ao ex-deputado Joffily o partido foi auditório de suas arengas na campanha de 1962.

O ex-pessedista Pedro Gondim trocou o vermelho do socialismo pelo PDB. Depois de velho o Diabo torna-se Ermitão...

• • •

CARACTERIZAÇÃO DO MEIO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO

- O Poder
- Ambição do Poder
- O Poder acima de tudo
 - Métodos
 - O Golpe Militar
- O Poder da Democracia
 - O Eleitor
 - O Cabo Eleitoral

O PODER

Um velho dicionário de português define o que é o Poder: “s.m. Mando, autoridade: cobiçar o poder. Faculdade de fazer; influência; não ter poder para tanto. Posse; o dinheiro ficou em poder do banco. governo do país: subir ao poder. Mandato, procuração; poder bastante. Capacidade de fazer, os interditos não têm o poder de testar. Eficácia; virtude: o poder de certos remédios. Forças militares: o rei de Castela invadiu Portugal em 1385, a testa de um grande poder. Grande quantidade, multidão: ser aclamado por um poder de gente. O poder do mundo, muitíssima gente. Poder Legislativo, as assembleias encarregadas de fazer leis. Poder Executivo, encarregado de fazer executar as leis. Poder Judicial, encarregado de aplicar as leis. Poder temporal, governo ou autoridade civil de um estado. Poder espiritual, governo ou autoridade da Igreja. Cair em poder de alguém, ser submetido por outrem. Ter poder em si, ter força para se conter. Loc. prep. a poder de, à força de PI. Faculdade, direito de exercer as funções: os poderes de um embaixador”. É só. Ou para dizer a verdade, e tudo. Laski diz que o Estado pode fazer tudo, obrigar uma pessoa a matar, a mudar de crença, de hábitos etc. Tudo, enfim. E sempre foi assim; a coisa vem de longe. Já na Guerra dos Trinta Anos, por crença religiosas, se matou muita gente e quando do Tratado de Paz se dizia só que os povos teriam a religião do soberano. Na época, o rei era tudo, era o Poder, podia ir além da vida, nem a sepultura era fronteira para seu domínio absoluto. O rei escolhia o céu ou o inferno para os seus súditos. Portanto, a dominação de um sobre só milhões era uma constante.

Pelo que diz o velho dicionário, quem não tem Poder não tem nada. Na Paraíba, há um ditado popular: “o diabo leva o Poder que não pode”. É uma alusão ao falso Poder, e um governante que só manda aparentemente, a um homem que é dominado por uma mulher, como no caso de um coronel que se casa com um brotinho. É, em todos os sentidos, um Poder que não pode. Aliás, neste livro, vamos sempre contar com a sabedoria do povo.

Sempre estão a criar novas maneiras de explicar fatos antigos. Por mais diferentes nomes que se lhe dê, é sempre o Poder a maneira comum de dominação.

A nossa intenção não é definir, é exaltar o Poder. Ele é uma realidade, como o sol que nos ilumina, um pouco mais quente nos trópicos, um pouco mais frio na Noruega, mas é um só, não há um sol para as caatingas do Nordeste e outro para iluminar a meia noite na Escandinávia. O Poder será mais rígido ou menos, variado no tempo e no espaço, mas é sempre o mesmo. O que nós pretendemos é elaborar um breve caminho de se chegar até ele. Analisaremos aqui os meios empregados para a sua escalada. Tomamos como ponto de partida um estado pequeno que por isso mesmo pode servir melhor para uma observação mais demorada. A Paraíba, na nossa observação, inicia-se em 1930 e termina em nossos dias. Só recorro à História, quando servir para ilustrar para nós seus exemplos, encontrarmos os guias da rota.

• • •

AMBIÇÃO DO PODER

Não só Cícero, mas todo político, em qualquer tempo, ambiciona o mando, com todas as suas forças; ódio, amor, inveja e dever. O vereador de Puxinanã ou de Coxixola pensa na Presidência da República. E, é provável que o presidente pense na vitaliciedade do cargo, o que não deixa de ser forma branda de insinuar a ditadura. Na verdade, o agregado político que não tenho no poder, a sua meta a alcançar, não deve nem ser considerado político. Pode ser tudo, menos político. E, mais ainda: só no exercício do governo, é que se pode levar o bem ao povo. Não há outro modo, e todo político deve ter, ou dizer que tem como meta, a realização do bem comum. Todo partido e, especialmente, os de coloridos ideológicos mais diversos dizem isso.

As teses mais contraditórias têm esse ponto em comum. O papa quer o bem comum, o premier da Rússia também, o presidente dos Estados

Unidos, idem. E o autor só ouviu mesmo um político dizer que queria a cadeira da Câmara Municipal de João Pessoa, para comer bolos, queijos do reino e outras guloseimas. Foi o sr. Jussieu Montenegro, mas esse teve 7 votos. E, se perdeu a eleição, não foi por falta de dinheiro, gastou até uma boa bolada, não por ser ruim, mas por ser burro. É uma regra nata do político: não precisa nem lição, se aprende instintivamente, como se aprendem outras coisas na infância.

Só o inerte, o que pensa só em si, não faz nada. Não move as rodas da História. É muito difícil de chegar ao Poder. Quando o tem, é por herança e mesmo assim não o conserva. Luiz XVI é um desses casos. Terminou não só sem a coroa na cabeça, mas sem a cabeça no corpo. Se estivesse no Brasil, talvez até que fosse apenas parar no Uruguai, mas como na França as coisas sérias são levadas a sério, foi parar na guilhotina. Ainda bem que “*Seria seius tractanda sunt*”...

• • •

O PODER ACIMA DE TUDO

Daí se conclui e é elementar que, para ter o Poder, é preciso querê-lo sobre todas as coisas. Obsessão pelo mando. Sensualizar-se com o governo, isto sim. Lacerda, por exemplo, realiza-se no Poder, persegue-o e o terá, mais dia, menos dia. Getúlio era assim. Para ele, na Presidência, só ele mesmo.

Um lembrete para se chegar ao Poder é ter como vício a política. Não outro. Sobre isso uma anedota muito boa. O Marquês do Herval, General Osório, palestrava com o imperador Pedro II e fumava um grosso charuto. O imperador interpelou-o:

“General, o senhor tem dois vícios, o fumo e a política. Por que não fica com um só! Fique com o charuto!...”

“Fico com a política, Majestade, e deixo o fumo!”

Jânio Quadros, a mais prodigiosa carreira política em todo o século, ficou com a “pinga” e largou o Palácio da Alvorada. É uma questão de

opção. O Duque de Windsor ficou com o amor e partiu para longe da velha Albion.

Donde se chega à conclusão que o Poder é um estado de espírito. É preciso senti-lo. Já um imperador romano, Diocleciano, preferiu plantar repolho ao trono.

Era uma bela vocação para verdureiro!

A AMBIÇÃO

A Ambição é desejo ardente do Poder, da Glória, da Riqueza. Pode, às vezes, ser apenas uma aspiração.

Na falta de outra definição melhor, essa serve. Já disse que se galga o Poder pensando e agindo em função deste. Mas há vários tipos de ambição. O da riqueza, por exemplo. Os que pensam ter o Poder para acumular riquezas, o terão por pouco tempo. Esses são ladrões, que serão oportunamente tratados em outro estudo. A gatunagem pura e simples não consolidará o Poder. Que o digam Fulgêncio Batista, Peron, Chan-Kai-Cheq, e, entre os brasileiros, Juscelino, Mestrinho, e Lupion. Franco e Salazar são fascistas, mas não ladrões, e se mantêm no governo. O assalto deve ser ao Poder e não aos cofres públicos. Diga-se, porém, que, no Brasil e com êxito, até se vêm confundindo as duas coisas.

• • •

A ambição do Poder também pelo sexo não cola, mesmo porque o bom D. Juan não precisa do Poder. O verdadeiro conquistador não usa outro argumento senão os que lhe são próprios: os encantos da palavra, das feições. Sempre houve políticos que gostavam de mulheres. César era um deles e não se deu bem. Outros aplicaram o golpe do baú no terreno político e fizeram bons casamentos dinásticos. Fernando e Isabel uniram os corpos e as coroas. Catarina, da Rússia, casou-se, matou o marido e tomou o reino. Já o fundador da dinastia da Borgonha (Portugal), aventureiro aparecido em Castela, sem eira nem beira, aceitou a bastarda do rei que ficou sem a filha e sem o Condado Portucalense. A

sua maior batalha foi ganha na cama. Os exemplos sobre a influência da cama sobre o Poder. É certo que na corte da própria Catarina, a rainha usou o altar, os cortesões, alcova. Ser favorito de uma grande dama, em cortes da Europa, equivalia hoje a ter um colégio eleitoral. Tudo, porém, era relativo, e fácil era o amado de hoje ser o cão de amanhã. E tudo vinha de água abaixo. Até a cabeça. Quando a rainha perdia um amante, o carrasco ganhava um freguês.

• • •

MÉTODOS

Os métodos usados, com êxito em outros tempos, ainda são utilizados nas massas.

Na antiguidade, e até há pouco, o assassinato foi um dos meios para se conseguir o Poder. D. João I assassinou a punhal o amante da rainha e se fez rei de Portugal e aos seus descendentes. O punhal não era a única arma política da época. Mais eficaz, ainda, era o veneno. A Itália viu esta arma perigosa na mão da família Borgia. Depois foi introduzida na Europa, por Catarina de Medicis. Carlota Joaquina parece que a usou contra seu marido. Hoje, caiu de uso, está fora de moda. Há quem diga, porém, que Stalin e Roosevelt chegaram a provar das suas lisuras. Tudo é, porém, incerto.

• • •

O GOLPE MILITAR

O golpe militar nasceu com a política. Nas comunidades tribais, quem era mais forte era chefe, rei ou coisa que o valha. Os descendentes dos mais fortes iam com o tempo se acomodando ao Poder, terminavam

com todas as características dos francos. Já então tinha surgido outro mais forte. Então era o golpe.

O golpe dá um tratado. Foi tentado por muitos. Os que dão o golpe foram reis, ditadores, salvadores da pátria. Os que tentaram os golpes são apenas conspiradores. Catilina, em Roma, tramou o golpe. Foi derrotado, morto e exprobadado. Já Otávio deu o golpe com sucesso e se fez foi ditador, imperador e Deus. Lucifer nada mais é do que um golpista fracassado.

Clóvis, rei dos francos, subiu ao Poder pelo golpe. Itúrbide, no México, pelo golpe se fez imperador (por pouco tempo porém). No Brasil, o golpe foi dado por Deodoro, por Floriano, Getúlio. Napoleão subiu pela ponta das baionetas dos soldados. Castelo Branco também. Mas só pode usar a força quem tem exército, e isso não é tão fácil assim. Poucos dão o golpe sem ter que vestir farda. Para confirmar a regra, há uma exceção – Getúlio Vargas.

• • •

O PODER NA DEMOCRACIA

Em uma democracia, o Poder é como aquele sol da meia-noite. Enfim, nos tempos atuais, é mais rápido do que nas eras das caravelas, e é justo que o Poder tenha evoluído. Hoje, há democracia e mandatos. Presidentes de 4 em 4 anos (se andar tudo normal) ou menos. Portanto, a conquista do Poder hoje exige mais uma coisa: o voto. Utopia em tempos idos, decisivo atualmente em meio mundo. O voto criou uma nova peça no xadrez político – o eleitor.

• • •

O ELEITOR

Em Água Doce, pequeno município da Paraíba, hoje rebatizado de “Jua-rez Távora”, o eleitor também é chamado votador. É homem que dá voto. Aliás, só os incautos que não conhecem de perto o eleitor, pensam que ele dá voto. Dá nada. Troca, vende, faz o diabo, mas dá mesmo, isso nunca. O homem do mato, chama-se matuto, vai à escola sem acreditar muito que tal coisa vá lhe servir. Aprende a fazer o nome e pronto. Tem um título, é eleitor, adquire um patrimônio. Entra na prefeitura de chapéu na cabeça. É, naquelas bandas, quase um título nobiliárquico. O eleitor é sempre melhor tratado e, no dia da eleição, anda de caminhão, de *jeep*, come bem, recebe roupa dos dois candidatos. Às vezes, até de três ou mais. O eleitor tem então o direito de escolher e escolhe quem lhe agrada mais. Escolhe sempre pelo cabo eleitoral, votando no candidato deste. O número de cédulas nulas, que representariam a indecisão ou ignorância do eleitorado, é baixo. Pode ser que o eleitor escolha o pior, mas a verdade é que ele quis escolher mesmo o pior. A coação policial também é coisa do arco-da-velha, e hoje com tropas federais garantindo o pleito, não há mais isso, e já nas últimas eleições perderam todos os candidatos que tentaram usar a polícia como arma política. O eleitor no ano da graça de 1965 não é mais arrebanhado, pode ser caçado, arrebanhado nunca.

• • •

O CABO ELEITORAL

O eleitor progrediu. Para o boi é preciso cavalo e vaqueiro, laço e corda. Já para a caça, é diferente: os caçadores de Maracajá do Cariri passam dias atrás das presas, são rastejadores exímios, capazes de descobrir um rastro em lagedo de pedra, tem astúcia, persistência, e o mais penoso – só pegam de um por um. O eleitor também é caçado só de um por um. De um por um é que formam um eleitorado.

As armas para a caçada eleitoral são o emprego público, o par de sapatos, a boa conversa, a remoção para o hospital, a assistência permanente, enfim, mil e uma maneiras de cortejar.

O homem que tem um grande colégio é um cabo eleitoral. Nunca chegará ao Poder. Pode ser, inclusive, o dono do maior eleitorado do seu estado, mas nunca assumirá o mando. O eleitorado não dá tréguas, toma o tempo todo. Nas pequenas intrigas distritais, se sepultam para sempre as ambições maiores.

Na Paraíba, Renato Ribeiro é um cabo eleitoral e só. Dono de mais de dez mil eleitores, nunca ocupou um cargo público de relevo. Domina oito municípios, mas não possui nenhuma possibilidade de chegar ao governo. Tem muito deputado federal que não tem nem cem cabeças. A maioria não tem mesmo é nada. É tudo eleito na base do conchavo. Abelardo Jurema, por exemplo, nunca ligou para o eleitor em si e quase chega aos cornos da lua. Não tem um prefeito seu e foi ministro da justiça.

Mas o que nos move não é estudar a conquista do votador, este é apenas um aspecto dentro de um todo. Com o aparecimento do voto secreto, foi preciso reformular os antigos métodos. E hoje é preciso ganhar a eleição, para se chegar ao governo.

De 30 para cá, quatro políticos paraibanos, quase que ao mesmo tempo, dominaram o Poder, exerceram o mando e a liderança. Entre eles se reparte o domínio político da Paraíba. É bom dizer para realce de seus méritos que outros paraibanos tiveram oportunidades idênticas ou até maiores para o exercício da política. Abelardo Jurema foi ministro da justiça e líder da Maioria; Oswaldo Trigueiro foi governador, embaixador e chanceler, consultor-geral da República; Fernando Nóbrega foi presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativista e ministro do trabalho; Alcides Carneiro foi presidente do IPASE; nem por isso em uma terra onde é mais fácil ser governador do que ministro, conseguiram criar raízes na política estadual. Todos os outros fazem política à sombra dos quatro anteriormente citados (Argemiro, Zé Américo, Ruy e Pedro). E tem mais: um governador paraibano, Zé Américo, licenciou-se do governo para ser ministro da viação. Daí se afere o peso de um lugar de ministro na Paraíba.

Ao invés de seguir um método para explicar a ascensão dos quatro, veja-se o contrário: da vida pública tiram métodos que se devem empregar para escalar o Poder. Talvez que haja semelhança entre o caso específico da Paraíba e as outras unidades federativas. Façam força para encontrar analogia, e se não acharem, aí, bem, escolham o seu próprio método.

Mesmo porque pela vida pública, na montanha-russa da política, pode-se tirar ensinamentos, usando-os, como cobaias. Tire-se de cada um deles a experiência que lhes é peculiar.



Trocou o Poder pela "Pinga"...

CAPÍTULO II

OS QUATRO GRANDES

- O Político
- Argemiro de Figueiredo e o Coronelismo no Poder
 - Ruy, o bom
- José Américo de Almeida, homem e mito
 - Fim de Estado Novo na Paraíba
 - Americismo *versus* Amarelismo
 - Sucessão de 50
 - Quatro anos de Americismo
 - A queda do mito
 - Pedro, o venturoso
 - As origens do Queremismo
 - O Queremismo ganha terreno
 - Concorrente Janduhy, o irmão
 - Era Gondinista

O POLÍTICO

Com o correr dos tempos, de duas coisas estou certo, representam a verdade a Bíblia e o que dizia Geraldo Emílio Porto. A primeira diz tudo, e nas suas entrelinhas se procura e se encontra o que posteriormente vieram confirmar os conhecimentos. Na Bíblia se encontra até Freud: o *affaire* Caim e Abel é puramente freudiano. A Bíblia é universal, está ao alcance de todos os povos. Já Geraldo Emílio Porto não esteve apenas (faleceu em 1963) à disposição de um limitado círculo de amigos durante

todas as horas de sua vida. Todavia, esgotou todos os assuntos e dele são as palavras que seguem: “O político é o gigolô dos homens”.

Bem pensado, nem todos os políticos são assim. Jorge Amado, em um dos seus romances, repetia pela boca de um personagem: ser gigolô é a mais nobre profissão, porém é preciso muito caráter.

Evidentemente que nem todos os políticos têm esse comportamento; só os que têm caráter. Os outros são os “coronéis”. É duro dizermos que Drault Ernani é gigolô; nunca. É exatamente o inverso, transfigure-se ao coronel que paga, e paga bem às vezes, até adiantado – e a mulher vai para o quarto com outro. Drault pagou a mulher para Argemiro que se foi com a senatária para o quarto de 3 de outubro de 1962. Já Abelardo Jurema, esse é gigolô de homens e de mulheres, até. Chega à perfeição.

Pelo que expomos, os políticos se dividem em coronéis e gigolôs. Não há outra classificação.

Graciliano Ramos, na cadeia, ouvia de um larápio, colega de prisão: “o mundo se divide entre otários e sabidos, quem não é sabido é otário”.

Na política ou se sobe como gigolô ou coronel. O Fernando Milanez não tem dinheiro para ser coronel, nem os atributos para gigolô, é um tipo intermediário e não passou dos degraus do Cabo Branco.

O coronel cataloga os eleitores como mercadorias de seu balcão, tudo na base dos preços. Duzentos votos valendo duzentos contos, daí por diante. Mesmo dentro desse conceito rígido, há variações. Há os que negociam os votos às vésperas das eleições e há os que o fazem a longo prazo. Vão esses do nascimento ao enterro, acompanhando os seus eleitores com auxílios; natalinos, matrimoniais e funerais.

Outros coronéis da política de clientela eleitoral substituem o dinheiro pelo emprego. Dão emprego a toda uma família. E há até famílias que já contam certo e seguro, como bem de raiz, o emprego que o filho receberá aos 15 anos, como presente de aniversário. Enquanto os pessedistas são típicos representantes da política empreguista, a clientela do auxílio e da assistência social tem no udenismo o seu *habitat*. Situando-se neste campo, como expoentes máximos, Renato Ribeiro e Severino Cabral, o último sem ser udenista soma aos vícios destes os pecados dos pessedistas. Clóvis Bezerra seria um tipo intermediário.

Após receitar e trazer para internamento hospitalar toda Bananeiras e metade de Solânea, ainda arrumou jeito para colocar no estado dois terços dos seus eleitores, que, por coincidência, terminavam o nome com Bezerra Cavalcanti.

Exemplos típicos do empreguista é todo o PSD, militante capitaneado por Ruy, e seguido por Humberto, Janduhy e Abelardo. Entre uma palavra e dois goles de *whisque*, Abelardo dizia sempre: – Um emprego público não resolve caso de uma família, abre a porta para novos pedidos.

Nada mais certo; o emprego dá um voto só. A salvação do PSD é que a esperança de um emprego dá mil votos. Isso, só, garante a permanência da classe média nas fileiras do PSD.

Não se pense que o coronel e empreguista têm vida calma. Pelo contrário, garantido o emprego, segue-se o pedido de remoção, e da colocação da filha, quando não, da mulher.

É um peditório permanente, sem tréguas. Ruy, que é dedicado aos seus eleitores até ao exagero, não só se resume em arranjar emprego, mas vai além, consegue passagens, enxoval, tudo, e quando um peessedista graduado morre no Rio, um avião da FAB traz o corpo à Paraíba com Ruy a bordo.

Não negamos isso; Ruy Carneiro seria a antítese do gigolô. É um escravo do eleitorado.

Os gigolôs são os que crescem, se elegem, se sustentam politicamente, sem gastar seu rico dinheirinho, na melhor expressão lusitana. Sem suar a camisa atrás de favor nem de emprego para ninguém. Tiram carteira de medalhão, e pronto! Quando perdem campanha, ganham casa mobiliada, a exemplo de Argemiro de Figueiredo.

Que se diga: a UDN, ainda que matrona de virtudes cívicas, é pródiga nesses tipos. Dela, saíram os mais perfeitos espécimes – Argemiro, Zé Américo, João Agripino, Ernani Sátiro, até Luís Bronzeado.

Por eles os chefes do interior, os fazendeiros recheados de moeda e de votos, extravasam o seu ódio.

Dizem os piores desaforos aos adversários e, só por isso, sentem-se felizes em dizer: “Meu chefe é o dr. Argemiro”, “Obedeço é a João Agripino”.

O político que enreda pelo caminho habilidoso de gigoletagem é antes de tudo um artista. Esse não cai nunca, só quando morre.

Por ele eleitor e cabo eleitoral pensam, lutam, matam e morrem.

A pessoa humana está sempre à procura de um chefe, e de alguém a quem se entregar. Há mais satisfação em dar do que em receber. O povo estima a híbrida e despreza a brisa.

Só os políticos que se enquadram como gigolôs são os que na verdade podem ser classificados como tais. Os outros são meros mercadores.

O próprio autor, político que é, gostaria de se classificar entre os da segunda e nobre espécie. Pode chegar a nunca ser isso, mas garante que faz fora.

Como todo gigolô, o político autêntico não deve nunca se interessar pela sorte do eleitor em si. Dizem que em um momento mais brusco, o senador João Agripino bateu com a porta a um deputado udenista, mas até hoje o referido parlamentar continua fiel e dócil ao comando agripinista.

Donde se conclui que, em política e em bordel, bom mesmo é ser “gigolô”...

• • •

ARGEMIRO DE FIGUEIREDO E O CORONELISMO NO PODER

Argemiro de Figueiredo, ex-governador da Paraíba, ex-interventor federal, ex-deputado federal, da UDN, atual senador do PTB, será o primeiro caso a estudar, tendo em vista o critério que adotamos, qual seja o da prioridade da entrada no Palácio da Redenção como inquilino.

Até a eleição de Argemiro, era tradição na vida republicana o presidente do estado (cargo correspondente hoje ao de governador) ser indicado pela cúpula partidária reunida no Rio de Janeiro. Argemiro quebrou a tradição. Era um nome local e preparou sua eleição na província, inclusive afastando o candidato apontado pela cúpula partidária, o industrial Veloso Borges. A principal característica política de Argemiro



João Agripino: Assim trata aos "compadres"
do emprêgo público

foi o permanente apoio rural. Filho do coronel Salvino Figueiredo, dono de extensas propriedades nos arredores de Campina, a convivência com o campo marcou o futuro senador, por toda a vida. Sempre demonstrou ser um matuto, e a sua ascensão e queda se deu em razão de tal seu comportamento. Talvez, seu êxito deva-se a essa autenticidade.

Quando Argemiro de Figueiredo, aluno laureado, completou seu curso na Faculdade de Direito do Recife, instalou banca de advocacia, em sua cidade natal – Campina Grande – a representação do clã estava com o seu irmão velho, Acácio. Era deputado federal e tinha propósito de permanecer na Câmara. Dotado de uma nunca desmentida ambição, Argemiro lançou-se contra a própria família fazendo-se líder de um pequeno partido oposicionista, chegando à Assembleia Legislativa.

A ascensão de João Pessoa ao Poder e a campanha da Aliança Liberal modificaram os quadros partidários. João da Mata, Argemiro, Otacílio Albuquerque, opositores que eram, passaram a apoiar o governo, enquanto velhos caciques rompiam com o epitacismo.

Vitoriosa a revolução, arrastou para o Rio de Janeiro seus líderes mais proeminentes: José Américo, Ademar Vidal, Basileu Gomes, Manoel Veloso Borges.

Anthenor Navarro, nomeado interventor, morreu no fatídico desastre de avião, na Bahia. A interventoria, em 1934, ocupava-o o governante mais moço que teve a Paraíba: Dr. Gratuliano de Brito, e a Secretaria do governo coube ao bacharel Argemiro de Figueiredo.

Argemiro foi candidato antirrevolucionário. Não era membro da dinastia dos Pessoas (três presidentes em menos de 15 anos), a família Figueiredo era arraigadamente perrepista. Essa vinculação com o perrepismo foi o primeiro passo para o Poder. Todos os líderes maiores da Revolução de 30, no Rio, caçavam cartórios, bons “bicos”, etc. Como paraibano de Bodocongó, Argemiro não ouviu o canto das sereias de Copacabana e como político morigerado não teve o topete de amarrar o cavalo no Obelisco da Av. Rio Branco. Na Paraíba, tomando cafezinho no “Alvear” ficaram os perrepistas e... Argemiro. Tomou conta do estado, porque era o único liberal que ficou na terra, e por suas vinculações, com os derrotados, foi uma revanche dentro da revolução, com homens que ela própria criou.

O novo inquilino do Palácio da Redenção era homem talhado para o cargo.

Fez um governo sob o aspecto administrativo brilhante, de grandes e duradouras realizações. Os seus auxiliares foram tirados do meio rural. Cercou-se de todos os donos do estado. Chamou a Palácio os caciques da República Velha. Flávio Ribeiro Coutinho alargou as fronteiras de seu domínio, tomou o Espírito Santo de Cazuza Trombone(*) e deu a seu sobrinho Renato. Os partidos de cana das usinas eram do partido de Argemiro. Os Cunha Lima voltaram a mandar em Areia, o coronel José da Cunha Lima novamente era dono de “Mundo Novo” e de todo o brejo(*).

Os Gaudêncios davam cartas no Cariri, de Serra Branca a São João. As portas de Palácio abertas para essa gente, donos de terras e de homens, como se a revolução não tivesse chegado à Paraíba. Dizem até que o interventor não só recebia o dr. Flávio, a qualquer hora, mas, na hora das despedidas, ia levá-lo ao automóvel e abria-lhe a porta. Em troca, até perto da morte, o compadre dr. Flávio abria de seu cofre todas as gentilezas ao compadre. Os Rochas, donos de Bananeiras, eram uns argemiristas. Doente em João Pessoa, diariamente perguntava se o dr. Argemiro tinha telegrafado. E só se mandou desta para a outra vida, quando recebeu um telegrama de Argemiro: O velho coronel não podia deixar terra, o seu posto de combate sem que o dr. Argemiro tivesse dado ordem. O homem do campo, dono de seus grandes rebanhos, de seus algodoais, canaviais, fabricante de rapadura e aguardente, podia ser independente. Pouco precisava do governo e, quando precisava, era da polícia. Mas não tinha era vez nos salões palacianos e, no governo argemirista, ganhou vez. Abusou, até.



Argemiro: Coronelismo no Poder



Há um dito popular que diz “é melhor amigo na praça do que dinheiro da caixa”. Com isso o povo expressa as angústias que sofre um matuto na cidade sem guia.

O coronel cheio de seus cobres vinha a capital e ficava tonto. Era até capaz de comprar bonde. Hospedava-se no Hotel Globo⁽²⁾, ouvia a conversa dos caixeiros-viajantes, anedotas de sempre e à noite tomava sua cervejinha na “Pensão Royal”. E só. De volta ao seu mundo contava as novidades da capital, as conversas sobre política, modas e a chegada dos navios. O último presidente com vinculações rurais tinha sido João Suassuna, e já se distanciavam 3 governantes. Desde então o político interiorano viveu longe de Palácio ocupado por doutores da cidade.

Com Argemiro na secretaria do governo, Gratuliano de Brito abriu-se uma janela para o campo e para os perrepistas.

Com Argemiro na governança, os coronéis trocaram o salão de estar do “Hotel Globo” pelas salas espaçosas do Palácio da Redenção.

Argemiro não deu só o Palácio, deu também a polícia. Dividiu a Paraíba em satrapias e as entregava aos amigos. Esclarecendo melhor: é preciso dizer que ele sabia escolher os amigos, e em um município quando Argemiro escolhia um político e o chamava para junto de si, estava certo; o escolhido devia ser aquele mesmo e não outro. Na política, Argemiro é gênio.

O direito de homizio, velha instituição jurídica que na Idade Média amparava as igrejas, voltou com Argemiro. Não mais para a igreja, mas para as casas grandes dos coronéis, e até para a fronteira do feudo. Uma estaca da terra de um amigo argemirista valia por *habeas corpus* preventivo a quem tocava.

Nos corredores palacianos, os coronéis andavam de réguas e esporas, tudo como se estivessem em seus currais. Sentiam-se como em casa. E o governador a chamar para junto de si os Ribeiros Coutinhos, os Gaudências, os Nóbregas, os Cunha Lima, os Bezerras Cavalcanti, os

2 Hotel Globo – antigo hotel da cidade de João Pessoa. Situado na Cidade Baixa.

Nascimentos, os Maias, os Gadelhas, os Gonçalves Arantes. Gente de bem na opinião de Argemiro, gente de bens nos cadastros bancários.

Todos esses, em 1945, integraram os quadros da UDN.

• • •

QUEDA

Os motivos da queda argemirista foram os mesmos da ascensão. A cidade contra o mundo rural. Os liberais afastados da convivência palaciana. Advogados, médicos, jornalistas, a classe média intelectualizada, de modo geral. Todos sentiam-se logrados. Passaram à conspiração. Daí ao enredo junto ao dono do Brasil – à época, dr. Getúlio Dornelas Vargas.

Com o advento do Estado Novo, o governador passou a ser interventor e depender apenas da vontade do chefe da Nação. Foi uma brusca mudança, para a qual Argemiro não estava preparado.

Epitacinho, filho de João Pessoa, veio à Paraíba, em busca do Poder. Já anteriormente não tinha tido o tratamento que julgava merecer. O governo prestigiando rancorosos inimigos de seu pai não lhe inspirava a mínima simpatia. E iniciou um processo de difamações, denúncias, tudo rápido, com cobertura na imprensa sulista sem tréguas. E, mais ainda: ele era o *enfant terrible* do Palácio do Catete. Getúlio lhe tinha um carinho especial, quase paternal. Podia injuriar à vontade, mas ninguém podia revidar, falar do filho do imortal presidente, criticar o amigo do outro presidente. Era até loucura.

Argemiro, político rural que era, escorregava no assoalho encerado do Catete. Convidado, quando de sua viagem ao Rio, para jantar com o presidente Vargas, recusou. E deu ao homem a razão. Já tinha compromisso com o seu compadre, dr. José Frutuoso para comer macaxeira com carne seca, na brasa. Ora, essa não! Para comer carne seca, mesmo sendo carne seca de Itabaiana, tem hora, e outra coisa: nunca se deve recusar um convite em Palácio, mesmo para comer salada de espinafre com chicória. Foi uma mancada irremediável. O homem não tinha jeito

para tratar com gente educada – devia ter pensado Getúlio. E passou a ver um “grosso” no interventor da Paraíba e a acreditar no que lhe dizia Epitacinho. O homem era bom mesmo para chefe de bando do Nordeste Sangrento, não para governar um estado.

Poucos dias após, Argemiro de Figueiredo era apeado do Poder e deixava o governo.

Até na sua saída, registrou-se um fato que bem define o acerto de sua diretriz.

Em todos os seus assessores encontrou, nos extertores de seu governo, lealdade. Um só não se encontrava em Palácio na hora de bater a chapa de despedida. Foi procurado em toda a parte, automóveis o caçaram nos bares centrais, até nos arrabaldes e cercanias da Maciel Pinheiro e nada! O homem tinha sumido. Não fora raptado como pensaram a princípio. Nada disso. Ele entrou em Palácio na comitiva do dr. Ruy Carneiro, novo interventor. Ainda chegou a tempo de cumprimentar os que desciam as escadas do Poder. Este homem era da classe média, bacharel sem causa, dirigia o Departamento de Propaganda e a Rádio Tabajara.

O dr. Abelardo Jurema, o faltoso do retrato de despedida, aparecia na primeira fila da fotografia de posse do novo interventor.

Os outros, homens que pertenciam à aristocracia rural, estes esperaram quase dez anos para frequentar novamente o Palácio.

Em conclusão: como meio de alcançar o Poder, usou Argemiro o interior, o mundo rural, valorizando os seus líderes naturais contra os da cidade. Ficou com os que podiam ficar contra o governo, com os que tinham pouco a pedir e muito a dar. Nisso consistiu a vida pública do primeiro chefe udenista, hoje o senador petebista. Durante toda a sua trajetória sempre foi esse o seu caminho. Empinado e sustentado pelo mundo interiorano, com sua reconhecida inteligência, galgou as mais importantes posições de mando.

Argemiro não deu empregos, deu relho.

• • •

RUY, O BOM

Dr. Ruy Carneiro sucedeu imediatamente a Argemiro, por determinação pura e simples do ditador Getúlio Vargas. Portanto, é bom examinar, estudar a maneira como ele conquistou o ditador, e por intermédio deste, o Poder.

Filho de Pombal, bacharel de poucas letras, teve toda a sua formação na capital do estado, onde escrevia para um matutino local, *Correio da Manhã*. Registrava os hóspedes do “Hotel Globo”, como visitantes ilustres. O pulo foi realmente grande.

Quem conhece o senador Ruy Carneiro, diretor superintendente do Banco Lar Brasileiro, presume logo quais os meios de que usou para a tomada do Poder. Não é verdade que tenha chegado ao Rio navegando num Ita. Veio na coluna revolucionária e foi aproveitado como chefe de gabinete do então ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida. Aliás, é bom abrir um parêntese: todos os políticos paraibanos, ao menos os deste livro, cresceram agasalhados na asa do ministro. Especialmente Ruy, mais tarde, seu inimigo figadal.

José Américo, já várias vezes, escreveu sobre os dotes de bajulador de Ruy. É verdade, porém, que, outras vezes, referiu-se a ele, chamando suas mãos de benfazejas e outras coisas mais. O ministro não é muito coerente com o que diz. Mas todo paraibano sabe que Ruy é realmente um político excessivamente cortês, mesmo com os que não são poderosos. Quanto mais com esses.

José Américo conta de Ruy “o episódio do encontro da orelha” nas antessalas do ministério... Conta ainda que este era tão curto de inteligência, que precisava repetir várias vezes as ordens que recebia, até gravá-las. O homem é realmente rude. Os discursos no desenrolar de sua vida pública são um atestado disso, e mesmo os seus correligionários, quando se referem a ele, falam no seu coração, na sua amizade, bondade, e daí por diante, mas em inteligência, nada. E, ainda que vários pessedistas tenham sido prefeitos, governadores, não existe um grupo, uma rua, um mictório, com o nome do senador Ruy Carneiro. José Américo tem em cada cidade, rua, grupo escolar e até estátua. Pedro Gondim, idem; Flávio Ribeiro (em vida) idem; Ruy, nada. Os pessedistas têm mesmo

é vergonha. É como quem ama uma mulher feia. Muito amor, mas em segredo: não proclama nada. Mulher feia não tem soneto. Ruy Carneiro não tem nome em rua.

Mas, no Rio, Ruy estava em todas as rodas palacianas, era uma constante. E, de tanto aparecer, foi sendo identificado com a Paraíba. Quem queria uma informação segura, acerca de qualquer negócio, de parentes que tinha por aqui, já sabia, perguntava a um moço de boa aparência que frequentava todos os lugares *vip*, como diria um cronista social. Uma das armas de Ruy foi a presença, a solicitude, era o bonzinho, o que ia penetrando sempre, ontem pelos cantos das salas, já agora no meio de certas conversas. Mas ainda: todo homem público gosta sempre de ter a sua corte. Julga isso uma prova de prestígio, viver seguido de três ou mais outras pessoas. Ruy não era só de uma corte, mas de várias. Era da de José Américo, frequentava a de Osvaldo Aranha, a de João Neves, e daí por diante. Ia sempre conhecendo mais gente, fazendo novas ligações. Tinha a arte dos pequenos presentes: pinga do norte para Gois Monteiro, carne de sol para Lima Cavalcanti. Sabia, e se esforçava por saber, dos gostos alheios. Alheios para outros, para ele “quase os seus”, era o que dizia. Assim, também! Quem é que não sabe?...

Mas Ruy Carneiro era, sem exagero, um guapo rapaz como diria um brasileiro da fronteira. Alto, rosado, teste larga, cabeleira basta. Uma simpatia em pessoa; em qualquer ambiente, seria tomada como “boa praça”. Ao contrário de José Américo, o seu chefe, que é mais do que alto, mais para feio do que para bonito, nariz achatado, portador de uma miopia aguda, trazendo um par de óculos feíssimo. José Américo desagradava à primeira vista. Vale pela inteligência, mas a presença é horrível. Ruy Carneiro em físico também vencia por larga margem para Argemiro de Figueiredo. O segundo é desajeitado até no andar; anda como se estivesse no curral da “Fazenda Itararé”. Traz uma palidez, responsável pelo aposto de “o amarelo”. Já foi dito que Apolônio Sales, o Patinho Feio, era feio demais para ser governador de Pernambuco. Não sei se é verdade, ou não. Mas Ruy Carneiro era muito simpático para continuar sendo apenas “secretário do ministro”. Todo mundo procurava dar uma mãozinha. De empurrão em empurrão, chegou muito longe. E ninguém sabe quando vai parar.

E Ruy foi-se fazendo politicamente. Parece que não agiu assim só na política. Na vida também. É diretor do maior banco hipotecário do Brasil. Há pessoas realmente jeitosas, que gostam de prestar favor. Ruy resolvia tudo, ia à Companhia de Aviação, punha tudo em ordem, falava até com o aviador. Fazia tudo e ia logo comunicar ao ministro. Dia a dia ia-se familiarizando pelos gabinetes ministeriais, daí a pedir pequenos favores era um pulo. Não servia só aos ministros, aos generais também, aos diretores autárquicos, aos ex-ministros, porque estes podem ainda voltar ao ministério e a candidatos a ministros. Todos os pequenos obséquios, pequenos favores, tudo calculado. E nada de inimizades, de ódios, de achar que ele estava ali para contínuo de ninguém. Ora, levar um pacote, conseguir um bilhete de teatro na última hora, isso é pouco demais, é só não ser orgulhoso.

Vindo de uma família sem tradição política nem econômica, Ruy cavou o seu caminho com as próprias mãos. Abriu a picada. Comportou-se como um político igual a tantos que apareceram após a Revolução de 30. Mais hábil que os outros não ficou apenas descansado dos enfados revolucionários em uma procuradoria. Quis também ter poder para nomear procuradores.

Familiarizado no Rio, era o homem da Paraíba. Sua candidatura a interventor teve o apadrinhamento de todos os que gozavam as graças do ditador. Cada um via nele a sua projeção em mais um estado da Federação. Góis achava que tinha feito a Paraíba; Moreira Sales também; Dutra estava certo disso; Amaral mais ainda; Alzirinha jurava em cruz. E, mais ainda, José Américo – pelo golpe de 37, derrubado em seu voo ao governo da República – era seu padrinho, ou tinha sido, e, quando nomeou-o, fez esperando com isso contentá-lo. Mandou mesmo Ruy se oferecer ao ministro.

Na Paraíba, Argemiro caía, Epitacinho o punha abaixo. E Epitacinho via em Ruy o seu testa de ferro, mais do que outro qualquer.

Ruy governou com a geração nova revolucionária: Odon Bezerra, José Joffily, Samuel Duarte, Severino Lucena que por serem jovens não tinham emigrado para o Rio. Deu vez à família Pessoa, Osvaldo Pessoa, e seu genro Abelardo Jurema já conhecido no episódio do retrato e que se iniciou na política pela porta do “genrismo”. Na sua equipe, não havia

um só homem rural. Eram todos da cidade, saídos da classe média, ávidos pelos bons lugares do estado, do empreguismo federal, e sedentos do convívio palaciano. Recuperarão a Casa cujas portas Argemiro lhes tinha fechado. Esse convívio com o Poder custou ao estado da Paraíba os olhos da cara.

Ruy administrativamente empregou os amigos, fez festas populares, comemorando todas as efemérides do calendário. Distribuiu doces, cortes de fazendas, pacotes de fubá entre as classes mais necessitadas. Nessa época, criou-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), e dona Alice Carneiro, sua primeira presidente, capitalizou-se eleitoralmente. Também fechou os postos agrícolas espalhados pelo interior, iniciou uma estrada pavimentada para Santa Rita (12km) e outra para Cabedelo (18km). Fez um Abrigo para velhos, prendeu Padre Zé Coutinho, fechou o jornal *A Imprensa*, e só!

• • •

Até sua chegada à Paraíba, o Chefe do Executivo era um homem que se impunha pela compostura, andava de roupa escura, bengala, com ordenança ao lado. Ruy passou a andar de bonde, pegava no estribo e saltava no Ponto de Cem Réis. Fez furor com o populacho. Apertava a mão do motorneiro, do verdureiro, do carvoeiro, da lavadeira. Dia de domingo, trocava o bonde por um cavalo e, acompanhado de um militar, trotava até Tambaú, onde bebia água de coco com uísque. O vestuário do interventor foi inovado pela roupa de linha branca até então desusada em qualquer reunião sisuda. Boca de cano largo, lenço com várias pontas, perfume francês, o dr. Ruy trajava assim. O melhor figurino na época.

O povo mesmo o chamava “dr. Ruis”. (apenas vício de linguagem)...

Na Paraíba, o interventor era antes de mais nada um “*bom vivant*”, no melhor sentido da palavra, e isso agradava a muitos, quando não, aos que frequentavam o Palácio da Redenção. Também foi a época do aparecimento dos IPASSs, que se encheram de amigos e indicados do interventor. Acima de tudo, o pessedismo – para cevar os amigos – tinha a fazenda pública onde foram colocados todos os que procuravam Ruy, preenchendo condições mínimas; curso ginásial para cima, mo-

rando na cidade, especialmente na capital do estado. Foi nesse campo que o “ruismo” robusteceu-se mais. Fora disso, só se firmou por meio de oposição de uma família ou outra, que no governo anterior tinham exercido o mando político, isto é, nomeavam e demitiam delegados e diretores de grupo.

A Paraíba viu aparecer o populismo – seu meio político – com Ruy Carneiro no Poder. O sucesso “ruista” foi em termos de alfaiataria, trocou o fraque e a cartola pela camisa esporte.

• • •

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, HOMEM E MITO

José Américo de Almeida veio de uma família política. Seu tio monsenhor Walfredo foi chefe político e presidente do estado. O clã sempre teve seu representante na Câmara dos Deputados, tradição que remonta ao Império. Família acusada de guardar muito ódio; um dos seus antepassados, tenente-coronel Joaquim Leal, deputado federal pelo Partido Liberal, mandou arcabuzar o concorrente, logo após o pleito nos arredores de Areia. Por esse crime foi perseguido, refugiou-se em Campo Maior, Piauí. Preso, foi levado para Fernando de Noronha, onde cumpriu pena, vindo afinal a cegar. E, tudo por insinuações de uma mulher, Carlota, fato a que, aliás, José Américo se refere em seu romance “A bagaceira”. O espírito de vinditas, próprio da região brejeira sempre se manifestou em sua família, em sua obra. José Américo levou ao governo, quando se fez presente na secretaria do governo João Pessoa, o seu invulgar talento, mas também a índole agressiva e tumultuada de toda a grei Leal e Almeida.

José Américo nasceu na cidade de Areia, ou mais precisamente, na época, Brejo de Areia, espetada no cimo da serra da Borborema, com clima europeu como proclamam com orgulho os seus filhos. O areense é cioso de suas origens. Além de José Américo, a terra serviu de berço para outros ilustres vultos da história paraibana: Pedro Américo, Auré-



Zé Américo visto por si mesmo

lio Figueiredo, senador Coelho Lisboa, pai da escritora Rosalina Coelho Lisboa, Semeão Leal, José Cunha Lima, José Rodrigues de Aquino, Horácio de Almeida, entre outros. Époça houve, em que a cidade de Areia açambarcava quase metade da representação da Paraíba na Baixa Câmara. Vivendo hoje, de José Américo, Areia conta com Luís Bronzeado, deputado federal, com o escritor Horácio de Almeida, membro da Academia Paraibana de Letras.

Filho de senhor de engenho, José Américo levou à sua vida literária o quadro que lhe servira de moldura na infância. Foi um dos primeiros

e botar, em letra de forma, a paisagem, as cenas típicas, e a linguagem da bagaceira e do eito dos engenhos. Agiu sempre como se todo o resto fosse uma bagaceira, até no Palácio. É iniciador do Regionalismo Modernista do Ciclo da Cana-de-Açúcar. A sua prepotência nunca encontrou limites. Hoje, sem o engenho, ele continua plantando fruteiras em sua chácara de Tambaú, como seu pai plantava cana nos férteis vales de Areia. A presença telúrica em sua vida é uma constante. Como Ruy Carneiro, reflete em sua projeção política a presença do salão, do bom papo, da alta roda. José Américo se retrata em tudo, como senhor de engenho. Enclausurado, em sala de visita das casas grandes, recebendo visitas, sem retribuí-las, só indo à cidade nas quatro festas do ano. Eis um senhor de engenho. Eis hoje José Américo. Já sem o Poder de outras eras, preferiu fechar-se em si mesmo. Artur Bernardes morreu suplente de deputado federal. José Américo não dará a seus inimigos essa oportunidade. Quando o leão, que era, não teve mais forças, recolheu-se à sua cova, e não mais saiu para outra jornada. Foi seminarista como seu tio, o presidente monsenhor Walfredo Leal. Bacharel em Direito, foi promotor no sertão paraibano. Procurador-Geral do estado, membro da ala walfredista, que na Paraíba fazia oposição ao mando político do presidente Epitácio Pessoa, não teve vez na política, até que João Pessoa assumiu a presidência do estado.

João Pessoa era um ausente da política paraibana, de seus choques, de suas paixões. Viveu sempre no sul do país, e seu tio o fez ministro do Tribunal de Contas. Epitácio, o grande, apontava presidentes e deputados, como um técnico de futebol do Flamengo escala o time para o jogo dominical. Contados são os casos em que deputados federais pediam a cadeira às vésperas do pleito. Expurgou Camilo de Holanda, por telegrama. Epitácio nunca procurou aproveitar o brilhante advogado e homem de letras que era José Américo, isso porque o tio, monsenhor Walfredo Leal, era o chefe político oposicionista. E, nada na Paraíba, nada mesmo se fazia sem primeiro ouvir Epitácio, que dava preferência aos políticos de inteligência curta, a quem o popular chamava de “perus”, em contraposição dos “águias”. Os “águias” davam voos e seguiam o horizonte sedutor e sem limites. Já os “perus” eram mais dóceis e ficavam na sombra protetora do Chefe.

Para Eptácio, José Américo era um dos “águias”. Dr. Massa um peru. João Pessoa, sem a malícia do tio, o chamou para o cargo de secretário-geral do estado, o que então equivalia a quase ser primeiro-ministro. Alguns outros jovens de talento assumiram importantes funções, entre esses o poeta Silvino Olavo.

No governo de João Pessoa, José Américo imprimiu a marca de seu gênio e se elegeu deputado federal. Antes já publicara “A bagaceira” que lhe abriu a carreira de escritor. O livro ganhou o país e o mundo. As frases contidas em suas páginas são, sem favor, as mais belas já escritas no Brasil. Não são uma beleza piegas, pelo contrário, são verdades que ferem. Um soco no olho de quem lê.

A revolução vestiu-se de governador civil do Norte. Chegou ao Rio, com Juarez a tiracolo. O governo provisório o condecorou com o Ministério da Viação e Obras Públicas.

É um homem sem vícios: não bebe, não fuma, não joga, não tem amantes e especialmente: não furta. As virtudes burguesas já descritas, somadas a uma possante máquina de pensar, o tornou nome nacional. Criou, e para isso ele fez força, o mito da honestidade, de salvador da Pátria.

• • •

A seca de 32, uma das mais árduas que o Nordeste conheceu, o pegou no Ministério. Transportou-se ele para a zona flagelada. Justiça se faça, o homem é incansável. Visitou vários setores, reabriu as obras de ačudagem paradas, desde o término do governo Eptácio Pessoa. Para o Nordeste, isso era tudo, principalmente no auge de uma crise, tendo como quadro o terror dos campos calcinados por sol abrasador. Do Sul veio carne de charque, feijão. Do Maranhão veio farinha, tudo para as frentes de trabalho. Açudes como Riacho dos Cavalos, Coremas, Mãe D’água, Piranhas, São Gonçalo foram concluídos. E, ainda que por suas mãos passassem milhões, o ministro José Américo não se locupletou das verbas de emergência, tão podadas pelos políticos da região, ao ponto de motivar a José Américo uma das suas melhores frases: “A seca é o inverno dos ladrões”. Mas a sua carreira política foi irrigada pelos rios ardentes do sol. Isso ele esqueceu-se de dizer.

Em toda a sua vida política, José Américo sempre se julgou acima de todos os partidos, e nota-se que ele mesmo se julga numa posição superior. Acha a política e a Paraíba, até mesmo o Brasil, carentes de si. É, sem dúvidas, um poço de vaidades. Resta ainda dizer que José Américo jamais participou de uma campanha que não fosse em proveito próprio. Omitiu-se mesmo em oportunidade em que o seu partido se digladiava em movimento de vida e morte como foi por exemplo a eleição de 47, para escolha de governador.

Os seus parentes – nisso é um bom modelo – só em casos isolados, se aproveitaram de cargos públicos para enriquecimento ilícito, mas nem sempre José Américo foi indiferente à sorte deles. O deputado Ivan Bichara foi motivo de seus cuidados em repetidas campanhas. Nenhum outro despertou nele maior motivo de zelo e isso seria estranho. Um motivo de indagação, em um homem individualista como é José Américo, se não houvesse um parentesco (sobrinho afim) entre o deputado Bichara e ele. Outro que sempre teve de sua parte prova de afeição foi o agrônomo Pedro Cordeiro. Durante muito tempo o ministro conseguiu mantê-lo como chefe do fomento agrícola da Paraíba, contra a opinião da direção federal dominada pelo pessedismo. E seu filho, José Américo Filho, na chefia da agência do Lloyd brasileiro, foi considerado intocável, durante os governos JK, JQ, JG, e agora – CB. É ainda hoje agente da autarquia. Já pelos amigos é de indiferença a atitude do ministro. Só o brigadeiro Eduardo Gomes o levou às ruas. Não foi com Juarez Távora, quando este disputou a presidência da República. Não chegou à Paraíba, quando em 47, o seu partido, a UDN, empenhava-se pela eleição de Osvaldo Trigueiro. Mas sempre encontrou quem por ele se exaurisse no campo da luta. Os irmãos Veloso Borges – por exemplo – donos das fábricas Tibiry e Deodoro, sempre financiaram generosamente as campanhas americistas.

Morto, João Pessoa, a maior figura da Aliança Liberal na Paraíba, era José Américo que por isso assumiu o Comando Revolucionário. Mais ainda: em todo o Norte, José Américo era conhecido pela honradez, inteligência e combatividade. Era também já um dos mais experimentados em cargos públicos. Nenhum outro chefe liberal no Norte lhe fazia sombra. Pernambuco tinha Carlos de Lima Cavalcanti, ainda en-

gatinhando na política; Bahia era toda Vital Soares, e até o interventor revolucionário veio de fora; Juraci Magalhães era cearense. Rivalizando só mesmo Juarez Távora, mas a este coube a chefia militar e foi apontado vice-rei do Norte.

Acima de tudo, José Américo era e é dono de uma inteligência criadora. Foi aproveitado para o ministério do governo provisório e mandou cartas na política paraibana, como bem quis. Distribuiu os lugares na representação paraibana da Constituinte de 34, alijando toda a família Pessoa e, com isso, purificou a Câmara.

O americanismo ainda que força expressiva na política paraibana, quando vitoriosa, vinha arrimando-se ora no argemirismo ora no ruismo. O americanista é, em regra geral, homem da cidade. Em grande maioria, encontra-se entre os que leem um livro de Jorge de Lima, outro de Jorge Amado. Ser americanista é quase um orgulho: é uma posição de independência.

O homem que precisa de um “gancho” na vida, de um lugar dentro de um IAP, esse é pessedista. Mas o homem da cidade, já aposentado, o jovem do Liceu, ainda não voltado para a sinecura, o homem que vive de rendas, e nas cidades maiores – João Pessoa e Campina – formaram esses sempre o grosso do americanismo. A inteligência paraibana também sempre andou nas pegadas do autor de *A bagaceira*. É quase um pensamento de gosto, em política, ser Zé Américo. É como tomar *chateuse*. Em certos lugares, em rodas intelectualizadas ser ruista é uma “grossura”. Já o americanista cita duas frases do político de Areia e gosta da música de Verdi ou Bach. Nesse plano musical, o lugar do argemirista seria o do admirador do “xaxado”. E houve até um fato que merece registro. Em 1958 disputaram o Senado José Américo e Ruy Carneiro. Pois bem: em todos os lugares só se encontravam eleitores de José Américo. Mesmo pessoas empregadas por Ruy eram americanistas. Nas apurações foi uma surpresa danada. Ruy venceu disparado. Então se verificou um fato novo: mesmo os que votavam em Ruy tinham vergonha de ostentar a sua posição política. Não declinavam de público a sua preferência e, quando o faziam, diziam-se americanistas. Mas na cabine votavam com a gratidão – sufragavam Ruy.

De todos os políticos da Paraíba, após 1930, José Américo é o que tem maior nome nacional. E, se não fora o golpe de 1937, possivelmente chegaria à presidência da República.

Por todas as suas qualidades foi candidato presidencial em 1937. Tinha como competidores: o governador de São Paulo – Armando Sales e o escritor Plínio Salgado, chefe nacional do Integralismo.

O golpe do Estado Novo cortou sua ambição e por isso jamais perdeu Getúlio.

Em 1945, com sua célebre entrevista, abriu brecha na censura e pôs abaixo o Estado Novo.

• • •

FIM DE ESTADO NOVO NA PARAÍBA

As Forças Armadas ocupavam as imediações do Palácio do governo. Os soldados embalados não permitiam a aproximação de quem quer que fosse. Do Tribunal, os líderes do movimento Anti-Estado Novo eram interditados à ponta de baionetas. O ministro José Américo, no interior do Palácio da Justiça, desentendeu-se com o comandante militar, general Waugrand Pereira. Passaram aos insultos. Saiu à Praça João Pessoa, rompeu o cordão de isolamento. Foi uma atitude não apenas corajosa, quase suicida. A massa humana seguiu-o, e estava tomada a praça. Na calçada oposta às portas do Palácio da Redenção, foram forçadas as linhas do isolamento. Já agora o Exército não tinha meios de embargar a manifestação popular, sem que para isso tivesse de fazer um massacre. As pessoas mais representativas da política e da sociedade acompanhavam o ministro José Américo. E a cidade caiu. Montenegro foi empossado. Os atos do desembargador Severino Montenegro foram surpreendentes. Um homem apertado, mas já anteriormente tendo ocupado a prefeitura municipal de sua terra, a cidade de Alagoa Grande, requisitou para os breves dias que esteve no Palácio a nata do udenismo. Desarticulou toda a máquina pessedista em tempo recorde. O dr. Fernando Nóbrega então engajado no udenismo passou por ser seu mais íntimo colaborador. O Poder atrás do Trono. E, quando chegaram as eleições, o udenismo já estava montado no Poder.

O resultado do pleito testou bem o domínio da UDN no estado, ou de outro modo, expressou a imaturidade do sistema político-eleitoral comandado pelo ex-interventor Ruy Carneiro. A Paraíba foi ao lado de meia dúzia de estados, um dos onde o General Dutra foi derrotado. Perto, e hora e meia de distância entre as suas capitais, Pernambuco confirmava o domínio do pessedismo, a liderança de Agamenon Magalhães. Do outro lado, o Rio Grande do Norte também se manifestou pelo pessedismo. A Paraíba constituiu-se ilha da oposição dentro do Brasil submisso ao esquema de 30.

• • •

O desembargador Severino Montenegro encerrou o seu período com a posse do novo interventor, dr. Odon Bezerra, nomeado pelo governo Dutra, recém-instalado. Voltou às suas atividades, integrando o Judiciário. Não mais participou de quaisquer outras funções públicas. Sua presença no Judiciário não foi nunca maculada com a mais leve insinuação do facciosismo. Pelo contrário, foi apontado como um dos juízes mais pobres que teve a Paraíba em toda a sua história judiciária. Dedicou-se à Santa Casa de Misericórdia, na reforma do nosocômio desta sociedade pia, o Hospital Santa Isabel. Reformou-o, dotou-o de mais um pavimento e fundou anexo a ele, a “Escola de Enfermagem Santa Emília de Rodat”. Foi ainda professor de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade da Paraíba. É um reconhecido penalista de quem se orgulham os seus conterrâneos.

• • •

AMERICISMO *VERSUS* AMARELISMO

Eleito um governador udenista, Osvaldo Trigueiro, coube à UDN a primeira experiência de poder, dividindo-se as responsabilidades entre Zé Américo e Argemiro.

Acontece que o Poder não pode ser dividido. Todas as tentativas, nas mais diferentes ocasiões em que isso foi tentado, falharam. É mais indissolúvel que o casamento. O Poder é uno, e isso basta. Não abre espaço para desquite ou divórcio.

Argemiro e José Américo não podiam juntos exercer o Poder, sem um desentendimento, mais cedo ou mais tarde. E, além de que, nenhum dos dois submetia-se à liderança um do outro. A luta viria inevitavelmente.

A presidência da Assembleia cabia a um membro da ala argemirista, adotando-se o critério majoritário. Então o dr. Flávio Ribeiro foi reeleito por dois períodos. Mas os americistas, somando novos descontentamentos, marcharam para um nome pessedista e foi feito presidente o sr. José Fernandes de Lima, usineiro do vale do Mamanguape. Era a declaração de guerra. Os auxiliares do governador Osvaldo Trigueiro, amigos de José Américo, pediram demissão, que foi aceita. A dissidência se constituiu em Partido Libertador e marchou para a aliança PSD-PL, somando forças mais poderosas que a UDN. Nesse rompimento, José Américo perdeu valiosos elementos que o acompanhavam: o próprio vice-governador José Targino que ficou com o partido que lhe deu a governança pela renúncia de Osvaldo Trigueiro – desincompatibilizando-se para a disputa de um cargo legislativo, com seis meses de governo – além de dois deputados federais, João Úrsulo e Osmar de Aquino, e um estadual, Renato Ribeiro. Mesmo assim, ainda saiu com muita gente.

Em termos de ala e não de partido, Argemiro robusteceu-se, adquirindo novos elementos para si. Somou a dissidência americista ao restante da agremiação.

A briga não foi fato de especial registro, e não é preciso explicar as causas e mostrar os meios de superá-la, pois era já esperada a estranha, até não ter vindo antes. Pompeu, um dos primeiros a dividir o Poder, não tardou a romper o acordo ardentemente firmado. César transpôs o Rubicon e esmagou Pompeu. O mundo já então era pequeno para mais de um. Em Roma, após o caso já citado, houve o II Triunvirato. Marcus Antônio foi batido por Otávio que se proclamou Augusto. Tentativa de divisão do Poder continuou a ser experimentada e sempre deu em nada, ou seja: um mais forte sempre tomou para si a parte de leão, quando não matou o seu cúmplice. Napoleão foi afastando os membros do Diretório

e terminou imperador absoluto. Também é regra geral que todo o Poder é pouco. Todos os que o experimentaram ficaram ainda com mais fome de Poder. Não o querem largar e, quando o largam, só fazem na marra, perdem a cabeça, mas nunca a ambição de mando. Hitler, Mussolini, Carlos I, Nicolau II, Murat, Maximiliano no México não o entregaram ainda que maior persuasão tenham usado para convencê-los disso. Morreram, mas morreram chefes. A luta entre Argemiro e José Américo é apenas a regra geral, e essa é a melhor explicação.

• • •

SUCESSÃO DE 50

O PL recebendo o apoio do PSD lançou o nome de José Américo ao governo. O prêmio pessedista ficou com o deputado João Fernandes de Lima, candidato a vice-governança. Ao Senado, o próprio dr. Ruy Carneiro. A UDN escolheu, ou por ela indicou-se, o deputado Argemiro de Figueiredo, como companheiro de chapa o deputado Renato Ribeiro. Para o Senado, foi aceito, em aliança com o PR, (dissidência pessedista) o chefe da Casa Civil da Presidência da República, professor Pereira Lira.

A condição do oposicionista foi capitalizadora para o político de Areia, especialmente quando o governo, em um estado subdesenvolvido, traz o desgaste natural pelo não cumprimento de todas as promessas de campanha, inexecutáveis, diga-se de passagem. O correligionário seja ele da rua Coremas, na capital, ou no distrito de Pedras de Fogo, espera um emprego público. Pouco se dá se o governo, em sua vila, construa grupo escolar, instale hospital, etc. O que importa para ele é sua colocação. O governo que não pode dar emprego a todos está mal situado nas eleições.

Nessa eleição houve um exemplo típico. O governador Trigueiro em sua cidade natal, Alagoa Grande, construiu hospital, escolas primárias, escola normal rural, ponte, estrada, mercado e tudo o mais. Candidato a deputado federal, foi derrotado pelos candidatos pessedistas, que só por breves minutos tinham parado em Alagoa Grande, acertando as

custas da campanha como chefe pessedista local, sr. Telésforo Onofre, um grande fazedor de nada.

Há quem diga que não se deve prometer. Não resolve mesmo. O povo está cheio de se levar em promessas de políticos às vésperas de campanha. Nada disso. A melhor tática para assumir o Poder é ainda prometer. Na Paraíba, vence sempre quem promete mais. Como candidato, José Américo e seus aliados prometeram tudo: o emprego da filha do cabo eleitoral, a estrada para a fazenda do “coronel”, carne a seis cruzeiros o quilo (o preço então era de dez cruzeiros) ameaças de requisição de gado, de combater os tubarões, botar na cadeia os sonegadores, atrair capitais do sul para colocar indústrias no estado, etc. Combater o pauperismo, o desemprego, tudo enfim. Então o povo que comia pouca carne via os bois dos Ribeiros vir a seis cruzeiros o quilo para sua mesa, em formosos bifes à milanesa, enquanto os donos dos bois iam parar na cadeia. José Américo não foi só o candidato da esperança, foi também o candidato do recalque, do ódio, e da vingança. Havia quem dissesse que o governador José Américo ia mandar instalar um telefone em cada casa dos bairros da capital e Campina.

Argemiro e Lira representavam o situacionismo federal e estadual e já não podiam fazer essas promessas, se as fizessem era difícil de haver quem caísse no seu engodo.

Enquanto José Américo tirou do udenismo aproximadamente mais de 40 mil votos, o ministro Pereira Lira só trouxe uns 5 a 10 mil votos! Parcela insignificante.

Resume-se na condição de oposicionista, na dissidência e na própria pessoa do candidato os reais motivos da vitória, a ascensão do americanismo ao governo em 1950.

Da campanha de 50, para a presente análise, pode-se tirar as seguintes lições: quem for honesto ou ainda não tiver exercido cargo público, isto é, as oportunidades de confundir o seu patrimônio com o público, deve exaurir até o máximo a indústria da honestidade. Quem for oposicionista também deve a todo preço dizer que o governo não faz porque não quer e ver em cada menino buchudo pelas verminoses do vale do Gramame a ação nefasta do desgoverno adversário.

Quem quiser o Poder siga essas metas e facilmente chegará ao governo. Não precisa ter os méritos de José Américo. Basta ter os elementos necessários, apoio de um partido forte, algum dinheiro (liso mesmo, é difícil) e vá para a frente: bola branca como diz Ibraim. Mesmo se você não for lá grande coisa, não tenha medo, Domingos Mendonça Neto também não e é capaz de sair governador.

Se possível, abra uma dissidência, isto é importante. Um voto que se tira da corrente adversária vale por dois. E, o amigo que passa leva não só a sua habilidade como também os seus segredos. A dissidência é definitiva. Não a menospreze nunca! E faça como José Américo: explore sempre a indústria da honestidade, que sempre pagou altos dividendos.

• • •

QUATRO ANOS DE AMERICISMO

No total das realizações do governo de José Américo, se manifesta a presença na chefia do estado de um administrador dotado de qualidades quase incomuns. Deu impulso à criação de escolas superiores, fundando ou instalando escolas, como as de Direito, Filosofia, Engenharia, Enfermagem, Serviço Social e Farmácia. Já no apagar das luzes do seu quadriênio, criou a Universidade da Paraíba. Calçou avenidas da capital, dando nova feição urbanística à cidade, principalmente a praia de Tambaú. Iniciou a pavimentação da estrada João Pessoa/Campina Grande, colocando-a mais tarde, quando no Ministério da Viação, como obra prioritária do governo Federal. Construiu o abastecimento d'água de Mamanguape e Areia. Concluiu o novo abastecimento de Marés em João Pessoa e aumentou a potência da Usina de Energia Elétrica. Em Campina, edificou o Hospital do Pronto Socorro, o Quartel de Bombeiros e Quartel da Polícia; em Bayeux, a Exposição Permanente de Animais. E, em quase todos os municípios interioranos, um açude. A seca em seu combate foi uma obsessão. A ele se devem grandes reservatórios, quando no ministério e no governo, inclusive o de Boqueirão, que hoje

abastece Campina Grande. Fez-se presente em todos os recantos por meio de obras públicas. Além do mais, tem uma vantagem: é industrial da honestidade...

Na área política não foi tão feliz quanto na administrativa. A UDN, na oposição, da inércia e derrotismo que a dominou nos primeiros dias, passou a se rearticular, por meio de alianças, ora com o PTB, ora com PSD ou PL. Em diferentes comunas teve resultado melhor do que se esperava nas eleições municipais. Cidades favoráveis ao americanismo tiveram prefeitos eleitos pelo udenismo. A própria capital viu o sucesso do candidato do PTB, advogado Luiz de Oliveira Lima, pescado nas águas udenistas pelo já então senador Epitacinho. A Capital não era mais a cidade do americanismo, enraizado no Palácio da Redenção. A verdade incontestável é que a condição de situacionismo isolava José Américo do povo. Seu temperamento ajudava-o nisso.

Três anos decorridos, travou-se significativa batalha eleitoral. Duas vagas no Senado, ambas barganhadas por seus ocupantes. Agora preenchidas por Virgínio Veloso Borges (finalmente em um cargo de destaque) e por Assis Chateaubriand, homem de negócios “associados”...

A invencibilidade da Coligação PSD-PL minou-se pela deserção de vários políticos de menor importância e até do prefeito de Campina Grande, o ex-deputado Elpídio de Almeida, então liderando o PSP, em luta aberta com o governador José Américo.

A composição UDN, PR e PSP lançou Argemiro de Figueiredo e João Arruda candidatos ao Senado. Antes de se fixar no nome do último, houve marchas e demarchas, levantamento da candidatura Samuel Duarte, ex-presidente da Câmara dos Deputados agora membro do PTB. Detalhes miúdos esses, pertencendo mais a um estudo descritivo de nossa história política. João Arruda não fez carreira política: apareceu de súbito, não trouxe votos, trouxe dinheiro.

Com a presença pessedista no governo Federal e estadual, o udenismo se sentiu sem disposição para luta e sobretudo sem financiamento. Mesmo porque os candidatos coligacionistas se diziam dispostos à distribuição farta e larga do dinheiro em todos os redutos eleitorais. A compra de chefes políticos era encorajada pela própria imprensa paraibana, gozando a penúria da oposição. João Arruda apareceu nessa

hora e durante oito anos ficou presente na política do estado no cargo de senador. Antes fora lembrado para suplente de Assis Chateaubriand. Preterido à última hora pelo industrial Drault Ernani, inconformado, passou a cortejar a oposição. Não pedia votos, dava dinheiro.

Lembrado para suplente de senador na campanha de Samuel Duarte pelo PTB, terminou conclamado candidato ao Senado mesmo. Os que o tinham escolhido ontem quiseram desordená-lo antes do café da manhã: exigiam 4 milhões de saída. Bom comerciante, como veio a provar mais tarde, afastou-se do PTB. Em nome do PSP integrou-se na aliança com a UDN.

Às vésperas do pleito, correu o sertão e comprou os cabos eleitorais da Coligação, especialmente os do PSD. Comprou melhor porque comprou por último.

Na capital e Campina Grande, venceu a oposição – Argemiro e Ar-ruda. Os candidatos coligacionistas, com o peso do governista, caíram no desgaste pelo excesso de alardeamento de poder econômico. Disso tiremos como lição – o dinheiro em política é efficientíssimo para gastar, principalmente na hora H, mas desgasta-se quando esbanjado com ostentação.

O jornalista Assis Chateaubriand, havia muito afastado da Paraíba, perdeu conhecimento das coisas da terra. Fez uma campanha berrante, distribuindo beijos, discursos humanizados ao excesso, tudo a seu modo ou melhor: ao modo de eleição norte-americana dessas que vemos em cinema. Isso veio ainda mais minorizar a sua condição de candidato imposto por uma barganha. Os discursos de Chateaubriand, no Senado, pregavam sempre teses antipopulares, principalmente uma que propunha a criação de um só estado na região nordestina, interpretada maldosamente pelos adversários como anexação da Paraíba a Pernambuco. Perdendo o Senado, por meio de seus candidatos, José Américo abriu o fogo da pacificação, apresentando-se ante novo teste eleitoral à campanha senatorial.

• • •

A QUEDA DO MITO

O governador udenista Flávio Ribeiro eleito à sucessão de José Américo, em um movimento de pacificação, licenciou-se e partiu para o Rio, vitimado por uma trombose coronária.

O Palácio do governo passou às mãos do vice-governador, deputado Pedro Moreno Gondim, da ala mais extremada do pessedismo. A festa de posse teve revestimento de campanha eleitoral. Só faltou mesmo o desfile carnavalesco nas ruas da cidade. O dr. Abelardo Jurema veio em nome da cúpula pessedista assumir a Secretaria do Interior e Justiça, a pasta política por excelência.

Faltavam poucos meses para as eleições de 58, em que seriam renovados um mandato de senador, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa.

O MNB e o povo em grupos isolados lançaram a candidatura do ministro José Américo. O PL definiu-se pela homologação rápida. A UDN se inclinava para o nome do ex-governador. E não era de estranhar. No movimento de pacificação, José Américo tinha vetado qualquer nome pessedista e desse modo garantido a ocupação do Palácio por um brigadeirista. Na eleição de 54, tinha-se portado como um magistrado, conforme a palavra do deputado Rafael Correia. Mais ainda: as ligações entre Zé Américo e certos setores da UDN nunca foram de todo rompidas. Sempre sentiam saudades das campanhas que juntos tinham feito. Por vezes, afinidades de parentesco, como a do deputado João Úrsulo Ribeiro, genro do industrial Virgínio Veloso Borges, presidente do Diretório do PL. Tudo marchava para uma aliança. Ainda mais: todo udenista de bom senso sabia que o seu inimigo em potencial não era o PL, que com a UDN, quase que não tinha área de atrito, e sim o PSD, em constante disputa à hegemonia política do estado. Derrotar o chefe pessedista, senador Ruy Carneiro, candidato à reeleição, era de alto significado estratégico para o grêmio brigadeirista. Argemiro desconhecia tudo isso e pediu reunião do diretório em sua casa, mais precisamente na casa do filho, deputado Petrônio de Figueiredo, em Campina Grande. Não se dignou proceder à reunião na sede do partido, como seria lógico. Lá, exigiu uma definição favorável a Ruy Carneiro

e aliança com o governo na base de duas secretarias. Tudo feito como imposição. Era um novo acordo de Munich. Só que foi derrotado dentro do próprio terreno.

Encorajado no Diretório, partiu para formar no PTB, enquanto a UDN se rearticulava em torno da liderança de João Agripino. Políticos que compareceram à reunião dizem que houve pouco interesse das partes em chegar a uma reconciliação. Disso se deduz que nem Argemiro queria mais ficar na UDN, nem, por seu lado, Agripino estava interessado na permanência de Argemiro no brigadeirismo. A luta dos dois sacrificou o partido.

• • •

O ano de 58 foi palco em todo o Nordeste de uma terrível seca. Populações interioranas, principalmente no sertão, abandonavam os seus lares. Emigravam para o sul. O gado morria de fome e sede. Em suma, era a tragédia da seca tantas vezes descritas por José Américo, Lins do Rego, Jorge Amado e Graciliano Ramos.

Como de hábito, após discursos em todas as casas Legislativas, o governo remeteu as verbas de emergência, de triste memória. Foram malbaratados no Nordeste 14 bilhões de cruzeiros. A explicação é fácil, o governo era JK. A maior parte financiando as campanhas dos amigos de Juscelino! Todas as “tarefas” (empreitadas de estradas de rodagem) eram feitas por intermédio de cabos eleitorais ligado ao pessedismo. Patos, que é pequena capital do sertão, foi largamente beneficiada com a “indústria das secas”, na qual só ganha: – o político que distribui as “tarefas”, o empreiteiro que faz as “estradas” que não levam para lugar nenhum, o comprador das “folhas”. Este último faz só isso: compra folhas de pagamentos, na maioria das vezes fictícia, com redução até da metade do preço, para receber quando vier dinheiro. Patos tem hoje um bairro residencial de bons palacetes, dignos de qualquer capital. Todas essas residências são de pessoas ligadas à “indústria das secas”. Há também o barracão que é dado a um cabo eleitoral, às vezes a um vereador. O barracão fornece as mercadorias, de baixa qualidade, e preços altos, produtos até estragados, aos trabalhadores flagelados e

recebe em dinheiro da empresa construtora. Nas obras de emergências não corre dinheiro, o que é um atentado à Consolidação da Legislação Trabalhista. Mas na seca não há lei nem moral. Acabada a seca, fica mais uma fornada de novos ricos que passam a participar de outras empresas comerciais.

Aqui, uma ressalva: nem sempre são os políticos que se aproveitam das emergências. Muitos dos que se aproveitam só são políticos após o enriquecimento das verbas. O deputado José Gaioso não se beneficiou disso e quase não era reconduzido à Assembleia. Assim por diante. Em compensação, o engenheiro Pires de Sá do DNER, do Rio de Janeiro, elegeu deputado o irmão, José Pires de Sá, que há vinte anos não vinha à Paraíba, com a maior votação em todas as legendas. Posteriormente caindo o engenheiro Pires de Sá em desprestígio dentro do DNER, José Pires não teve nem oportunidade de disputar uma suplência. E diga-se que no desempenho do mandato teve boa atuação.

Toda essa máquina funcionou a todo vapor em torno da recondução de Ruy Carneiro ao Senado. E ainda o governo do estado, as prefeituras da capital e Campina Grande.

A oposição ficou com a UDN, forçada pela dissidência e o nome de José Américo, todavia, já com avançada idade, percorreu todo o estado, mas a sua palavra não tinha sedução da campanha de 50, a mesma vibração, nem a mesma chama de fé.

Para muitos e inclusive o autor, foi uma surpresa o resultado do pleito. Por diferença superior a vinte e cinco mil votos, Ruy Carneiro voltou ao Senado. Mais ainda do que os jorros de numerários que corriam sobre a Paraíba, foi definitivo o apoio do senador Argemiro de Figueiredo. Se é verdade que da UDN arrastou apenas dois deputados estaduais, é certo que com os “coronéis” que o acompanharam, Heráclito do Rego, de Cabaceiras; Cunha Lima, de Areia; Gonçalves Abrantes, de Sousa; entre outros mais, totalizaram quase trinta mil votos, suficientes para decidir a campanha. Isso vem provar uma tese já por várias vezes declinada neste trabalho: o valor da dissidência, a deserção dos de dentro de casa. Na Paraíba, uma forte dissidência nunca perdeu eleição, e parece que no restante do Brasil também. No estado do Rio a dissidência de Miguel Couto Filho destruiu o feudo do Amaral Peixoto.

Na Paraíba, nenhum chefe político se fez sozinho governo. Tem de dividi-lo ao meio, para a conquista imediata. Em 47, foi vitoriosa a aliança José Américo e Argemiro. Em 50, a aliança José Américo e Ruy e, em 58, a coligação Argemiro com Ruy Carneiro contra José Américo. Em 60, veremos logo mais Pedro Gondim e João Agripino.

• • •

A mais importante consequência do pleito é a aposentadoria política do ministro José Américo. Sem mais idade para voltar as lidas políticas, o ministro goza o justo repouso na praia de Tambaú. *Deus hoec nobis fecit...*

Hoje é mais um nome, na condição de intocável. É citado nos comícios por quase todos os oradores e até de todos os partidos. Os ódios que o caracterizavam na mocidade (prós e contra) dão lugar a um sereno exame de sua estatura de estadista e homem de letras.

É presença obrigatória em todas as mais importantes reuniões e banquetes palacianos.

O PL, um dos três grandes minguiu na eleição de 58. Perdeu toda sua representação na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa sacrificando-se na composição de uma aliança de legendas como a UDN. Isolado, teria eleito uma pequena representação. Unido à UDN, foi absorvido por esta, desapareceu quase. O PSD saiu mais robustecido do que nunca, com uma bancada de 18 deputados estaduais constituindo verdadeiro rolo compressor. Na representação federal conquistou cinco lugares.

O PTB integrado por Argemiro fez dois deputados federais e oito na Assembleia, sendo cinco argemiristas. A UDN, que perdeu uma cadeira na Câmara dos Deputados, fez apenas quatro deputados e dez na Assembleia Legislativa. Os resultados do pleito de 60 pareciam valer por 20 anos, na verdade somente significaram dois. Nas eleições municipais, tão debilitada estava a oposição que se furtou ao embate pela Prefeitura de Campina Grande e foi esmagada na própria capital, onde tinha ganho na eleição anterior.

Certo está que José Américo perdeu por três motivos capitais: pela enxurrada de dinheiro e dos meios convencionais (favores, empregos, empréstimos), pela cisão da UDN e ainda pela própria idade do candidato.

A seca que muito contribuiu para ascensão política do autor de “A bagaceira” foi também o seu tûmulo. A dissidência que serviu para anos atrás derrotar Argemiro foi por este usada para levá-lo ao Poder. A reabilitação política de José Américo tem sido lembrada por alguns, inclusive pelo autor, que vê nele o maior dos paraibanos vivos. Quando se pensou em lançá-lo como candidato ao Senado pelo PDC, integrando-se na democracia cristã, Pedro Gondim impôs a candidatura de Aluísio Afonso Campos, derrotado por pequena margem de votos, como castigo menor a uma varocidade sem limite.

Em 58, caiu o mito, talvez para sempre.

• • •

PEDRO, O VENTUROSO

Quem não é paraibano fica surpreso no brusco aparecimento dentro do quadro político de um astro de primeira grandeza, até então pouco citado – Pedro Moreno Gondim.

Quem é paraibano também ficou, mas isso antes de 1960. Até essa data, Pedro Moreno Gondim era deputado estadual em três legislaturas, iniciou como constituinte de 1945.

Brejeiro de Alagoa Nova, filho de senhor de engenho, que por insucessos econômicos foi aproveitado em modesto cargo no funcionalismo estadual, o hoje governador da Paraíba estudou com sacrifício e formou-se na tradicional Faculdade de Direito do Recife. Dizem que o dinheiro da matrícula foi arranjado mediante cota dos colegas, ou ao menos isso é o que afirmaram os jornais da Paraíba, no dia de sua posse, como exaltação maior ao governador.

Acusa o deputado Luís Bronzeado, hoje audaz opositor do venturoso governador, que em suas andanças pelo brejo, o então bacharel Pedro Gondim não só se dedicava a assuntos forenses, era também dado a trocas de cavalos e muares percorrendo os engenhos em companhia dos ciganos Júlio e Praxedes.

Radizando-se por consanguinidade e patrimônio no município de Serraria, o bacharel Pedro Gondim integrou-se no pessedismo nos primeiros dias de 1945.

Como todo bom pessedista, era colega de Raimundo Onofre, isto é, compadre de Ruy.

Após dedicação constante e prolongada nas lides parlamentares, rugas com os deputados da UDN, entre outros serviços prestados, o dr. Pedro Moreno Gondim foi condecorado pelo compadre. Explicando melhor: na sucessão de José Américo, houve um amplo movimento de pacificação no estado; as forças políticas igualavam as possibilidades e fugiam à disputa dispendiosa e estafante.

José Américo fez consultas aos partidos e elaborou uma fórmula, um nome governista, no caso o industrial Virgínio Veloso Borges, com um vice-governador udenista a livre escolha, ou um nome udenista: Flávio Ribeiro Coutinho, com um vice pessedista, também a livre escolha.

O PSD opinou pelo segundo nome – contava como triunfo seu a idade avançada do usineiro da Várzea e passou a escolha do candidato a vice-governador. De início as preferências recaíam em Severino Lucena, o burocrata do partido.

Mas Pedro tinha perdido a esposa, vítima de uma enfermidade cardíaca, com seis filhos na orfandade.

Ruy, o bom, olhou pelo afilhado e deu um erro incorrigível. Escolheu Pedro e perdeu o Poder, como veremos após. Dizem também que o deputado José Joffily quebrou lanças pela indicação do agora governador.

Como vice de um governador octagenário, Pedro era a esperança do PSD. E como viu, o vice que era a festa, no governador, virou ressaca.

Após ano e pouco de governo, Flávio Ribeiro é vitimado por uma trombose coronária. Transportado para o Hospital dos Servidores do estado, no Rio, guardou o leito durante longos cinco anos, dando a Pedro, pela sua enfermidade, pela sua longevidade, oportunidade de permanecer no governo, sem incompatibilizar-se na disputa de um novo período.

O imediato falecimento de Flávio daria a Pedro a complementação quadriênio. Quanto muito o credenciaria à disputa de uma cadeira no Senado.

Na observação da sua trajetória política, o sucesso de Pedro Gondim é o do homem que ganha na loteria, no *jockey*, em tudo que é jogo de sorte.

Para o jogador, não adianta construir teses, explicando seu sucesso. Para Pedro também.

O bingo da política tem dado a Pedro, até hoje, bilhete premiado.

Até poeta o homem já virou. Quem diz dos seus méritos artísticos é o pessedista e “imortal” Cônego Gonzaga Oliveira.

Pedro se cair um dia, só se for no banheiro, nunca na política, ao menos enquanto estiver acompanhado de seu feitiço.

Pedro, o venturoso, é a surpresa do destino.

O pleito de 59 é fato recente. Todo mundo se lembra do eixo: Ruy-Argemiro que bateu a oposição em quase todos os municípios e se dizia uma aliança para valer e decidir a política paraibana, enquanto vida tivessem os dois ardilosos e experimentados chefes.

Flávio Ribeiro, pedindo licenças sucessivas, era ainda de direito o governador. Não havia, porém, condições de voltar a exercer o mandato, mas mantinha o posto. As esperanças de uma retomada do Palácio, pelo restabelecimento do governador, tinham abandonado os udenistas. Mas, durante algum tempo, foi pânico para os palacianos de então. A uma notícia de melhora de saúde de Flávio correspondia uma crise nervosa entre convivas do antigo Convento dos Jesuítas. O vice-governador, pela sua condição de governador em exercício, o “interino”, como chamava a *Tribuna do Povo*, jornal oposicionista, não caía em inelegibilidade para novo período. O vice Pedro Moreno Gondim preparou para si a própria sucessão.

A UDN sem qualquer possibilidade de suplantar as forças situacionistas em futuro próximo, via com entusiasmo qualquer solução que quebrasse a invencibilidade do sistema Ruy-Argemiro. A UDN foi governo ante do tempo previsto pelos seus chefes mais otimistas.

O vice-governador, estimulado pelos amigos mais íntimos, foi alimentando o movimento “queremista”, que consistia em eleger Pedro Gondim para suceder-se a si mesmo. Notas pelos jornais, entrevistas de alguns políticos municipais, foi dando forma à coisa. Padre Manuel Batista de Medeiros – capelão de Palácio – discursando na instalação

do município de Borborema, lançava a candidatura Gondim. No outro dia, “A União” publicou o discurso do reverendo na primeira página.

A criança fora batizada e crismada, de uma vez só.

Mas desde havia muito, o PSD tinha o seu candidato natural: deputado José Janduhy Carneiro. Constituinte de 1945, reeleito sucessivamente, sacrificado pelo próprio partido na sucessão de José Américo – para possibilitar a pacificação –, achava-se com direito adquirido para o cargo. Além do que era da dinastia, irmão do Chefe. O próprio Pedro, um pessedista dos mais ortodoxos, compadre do senador, aceitava até então essa candidatura. Chegou a dizer aos convivas de Palácio que, após a eleição de Ruy, a vitória de Janduhy seria um passeio. E, ainda mais, João Agripino, candidato natural do udenismo, achava-se preso a um leito de hospital, atacado de uma úlcera. Até aquela época, obstaculando as pretensões janduistas, só se encontrava o deputado José Joffily, pretense chefe de uma ala dentro do PSD. Mas, por acordos previamente aceitos (é o que dizem), o deputado pessedista que tivesse maior votação seria o candidato à governança, e Janduhy somava o maior número de sufrágios nas últimas eleições proporcionais.

Antes da mosca azul rondar a cabeça do vice-governador, ele seria o último dos pessedistas a abandonar o “Compadre”, quanto mais aceitar a pecha de traidor que, após algum tempo, foi a palavra mais proferida pelos pessedistas para defini-lo.

A UDN que só tinha a lucrar com a cisão, imediatamente, retirou o seu candidato, João Agripino. Fechou provisoriamente seu jornal, *A Tribuna do Povo*, e sua bancada na Assembleia não mais criticou o governo. Foi boca de siri e ficou de camarote esperando a maré. Essa veio e veio boa.

– Já então Pedro Gondim tinha a sua ala dentro do PSD.

• • •

AS ORIGENS DO QUEREMISMO

Todo partido que cresce muito passa a se dividir em alas. O PSD tinha crescido como nunca. Inchou, aceitando no bojo políticos que até então não tinham maiores vinculações com ele.

Em princípio o quererismo não passava de uma rebelião palaciana, ou talvez não fique bem o termo rebelião e seja melhor dizer: uma bajulação palaciana. Sentindo o afago do governador interino, os quereristas alimentaram a ideia. E, como era previsto, sem a compreensão da chefia partidária, que tinha no deputado Janduhy o seu candidato, passou a procurar outras áreas. Como a UDN topava tudo, ficou de imediato certo que a UDN faria qualquer negócio... E nascia o “O Homem é Pedro”...

Após vinte anos de chefia, dentro do partido, Ruy não tinha criado animosidades, ou essas eram mínimas e pouco influíram no movimento. Mas não faltaram motivos para engrossar o quererismo. Certo até que o comando do senador Ruy era indiscutível, que o partido lhe obedecia cegamente, sua liderança era carismática, e ele tinha possibilidade de fazer muitos favores. Conta-se que numa roda, Raimundo Onofre dizia de sua lealdade ao compadre Ruy (Ruy é padrinho de todos os seus filhos), ia desafiando o seu rosário de fidelidade, quando o deputado Sílvio Porto, então pessedista, virou-se e disse:

“Raimundo, a sua lealdade é a mais bem paga da Paraíba!...”

O riso foi geral. Todos os presentes sabiam o preço que custava aquela amizade.

E Raimundo acrescentava: “Não tem jeito que dê jeito àquilo que não tem jeito!...”

Mas, em 60, dentro do pessedismo, surgiu outro homem capaz também de fazer favores, de dar empregos, remover delegados e transferir professoras. O PSD velho foi desmantelado pelo PSD novo, mais hábil e sem reumatismo. Só pessedista vence outro pessedista. Para melhor entendimento, Agamenon Magalhães dizia: “A política de Pernambuco ganha-se com o delegado e a professora”...

As capitais dos dois estados (Paraíba e Pernambuco) distam apenas hora e meia. Aqui também, professora e delegado influem em eleição.

Outro motivo do robustecimento do queremismo é que a cúpula pessedista, os que se sentavam no diretório e nos bons empregos, eram duas ou três famílias, já nas mais dispunham de significado eleitoral. Pelos jornais, na briga intestina dessa agremiação, citam os contemplados, em detrimento de outros pessedistas. Menores impúberes eram colocados em rendosos cargos, enquanto isso deputados estaduais ficavam marginalizados. Essas três ou quatro famílias faziam o diabo para serem aqui-nhoadas. Remanesciam da interventoria velhas amizades. Quando Ruy vem à Paraíba, chegam logo ao beija-mão, sabem o valor dos pequenos gestos até põem luto e derramam lágrimas (isto é verdade), quando Ruy perde um seu familiar. Porém o PSD de 60 não se restringia ao ruismo de 45, tinha entrado nele gente nova, faturando alto para o pessedismo, era desconhecida a cúpula. E, finalmente, vem razão maior do crescimento quererista, movimento interno do partido – os atritos municipais. Municípios havia em que existiam duas alas pessedistas, o caso de Guarabira por exemplo: dois chefes políticos, o ex-deputado federal Osmar de Aquino e o deputado estadual Sílvio Porto, dentro da mesma legenda em luta declarada. Em Itabaiana, uma ala chefiada pelo ex-prefeito Luís Paulino e outra por Mário Silveira. Em Sousa, daí por diante. Onde havia duas alas do pessedismo, uma acompanhou Pedro e outra permaneceu no PSD.

Tudo somado deu como resultado uma dissidência que levou Pedro à vitória. Todavia, ainda que rompendo com 8 deputados estaduais, vários prefeitos, inclusive o de Campina Grande – um neo-pessedista – e vários vereadores, o “queremismo” não levou um único deputado federal. Um movimento de baixo para cima retirando os suportes da pirâmide partidária.

Na área de influência pessoal e de pessoas conquistadas por meio do Poder, em dois anos exercidos por Pedro Gondim podemos citar: Robson Duarte Espínola, Gerônimo Nóbrega, deputado José Pereira, deputado Antônio Pádua, deputado Francisco Souto, Osvaldo Pessoa, Antônio Cabral, Rogério Martins, Pedro Sabino, Enéias Barros, José Andhieta, Antônio Correia e outros mais.

• • •

O QUEREMISMO GANHA TERRENO

O PSD, excluindo o quererismo, ainda fazia a presidência da Assembleia por margem mínima de um voto. Pedro Gondim, tendo de se desincompatibilizar, estava fadado a fazer a campanha sem o governo. Era um salto no escuro – uma aventura. Repetidas vezes, os comentaristas políticos da imprensa indígena diziam que quem fizesse o presidente do Poder Legislativo faria o governador.

Pedro Gondim é realmente um hábil estrategista e notou que, por tradição, o governo na Paraíba perde as eleições. A realidade é que quem fez o presidente da Assembleia foi o PSD, e quem ganhou a eleição foi o quererismo com Pedro.

Outro ás no jogo de Pedro Gondim foi que este desocupou o Palácio às pressas, e não no limite da incompatibilização. Vindo do Rio a notícia de que Flávio Ribeiro expirava, o governador interino já andando com a renúncia no bolso, desocupou o Palácio e o cargo, na madrugada de 7 de março de 1960. Logo após, veio a se saber que tinha sido rebate falso. Mas isso contou para a campanha. Fizera nomeações às carradas. Os pedidos já chegavam a milhares. Prometera atender a todos. Não previa renunciar na data antecipada. O eleitor – sempre esperançoso – tocava a fazer campanha, certo do que retomando o Palácio, Pedro nomearia quase que no mesmo dia da posse. Com a mesma caneta até.

O governo, carente de maiores recursos para atender a todas as solicitações – mormente as de vésperas de campanha –, ficava agora nas mãos adversárias e a ele tocavam os desgastes de ser situacionista.

Pelo visto, o desenrolar da doença de Flávio Ribeiro, num leito de dores, beneficiou por duas vezes a carreira política de Pedro Gondim, que é além de um político bafejado pela sorte, um homem que sabe tirar partido das oportunidades que lhe aparecem. E Deus não parou de lhe mandar muitas. Em política, Pedro se assemelha àquele personagem criado por Dostoievski, em o jogador.

• • •

CONCORRENTE JANDUHY, O IRMÃO

O deputado Janduhy Carneiro teve sempre sua carreira política ligada à vida do interventor e senador Ruy Carneiro – seu irmão.

Secretário da educação e saúde pública do irmão interventor, eleito deputado à Constituinte de 45, até o momento, permanece membro do Parlamento.

Vitorioso no pleito senatorial, todos os que cercavam Ruy passaram a dar-lhe versão inexata dos motivos reais do sucesso na campanha de 58. Eram unânimes em valorizar a bondade, o coração generoso, a pessoa, o humanismo, e tantas outras virtudes que encontravam (e para isso faziam muita força) na pessoa do senador. Agradava mais falarem assim que estudarem as causas reais, sempre desagradáveis de ouvir. Principalmente, porque entre as alas vinha aquela do dinheiro da “indústria das secas”. Mas, de tal forma, incensaram Ruy e família Carneiro – homens de limitada compreensão – que eles acreditaram-se piamente predestinados ao Poder. Pensaram até ter o seu nome uma força cabalística... E prepararam a candidatura mais “pesada” que podiam ter na ocasião – a do deputado Janduhy Carneiro. Dizem que Ruy até não queria. Não vai nisso nenhuma censura à pessoa do deputado Janduhy Carneiro. Mas o certo é que Janduhy era um candidato “pesado”, e muito. E se do seu lado houvesse verdadeiros e lúcidos amigos, teriam dito isso a ele. O homem é “pesado” e feio... Perdeu a eleição! O povo quer governadores bonitos para amenizar governos feios.

Os americistas pensavam que a vitória do seu candidato seria esmagadora e fácil. Só o nome do estadista, do intelectual, do político que era José Américo, bastava. E, quando perdeu, todos os americistas pensaram no logro em que caíram. Tomaram a si parte da responsabilidade da derrota e foram contaminados pelo ímpeto de vingança. Contra o candidato vitorioso, nada podiam fazer, mas tiveram excelente oportunidade de transferir toda a sua ira contra o irmão de Ruy. O povo não gosta do continuísmo. Já em Roma, quem aplaudia César como ditador da República não o aceitava quando, no circo, Marcos Antônio propôs a coroa real. Isso foi notado e seguido tão bem por Otávio, que, quando abocanhou o Poder, não se fez rei, mas imperador, a mesma coisa.

Os pessedistas de início alardearam um Poder que não tinham, tão certos estavam que Ruy traria para o estado os mesmos recursos econômicos de 60. Diziam a todos, em todas as partes, que Pedro Gondim não seria candidato, receberia em troca um lugar de ministro do Tribunal de Contas e mais cinco milhões de cruzeiros. O raciocínio pueril era originalizado nas rodas pessedistas. O fato de comprarem a candidatura de um adversário era zombar do mínimo direito de opção que ainda restava ao povo – Pedro.

A verdade é que nunca chegaram a levar essa proposta a sério, mas Pedro Gondim deu uma declaração na qual parecia deixar transparecer ter havido de fato a oferta e recusara. Isso criou condições ao povo de pensar na honestidade, bravura e decisão do seu candidato. Só no governo é que o povo foi ver o indeciso que se fizera o governador, o homem que não é do sim, nem do não, mas antes pelo contrário!...

Com todos esses erros iniciais, os pessedistas, ávidos em cortejar os seus donos, homologaram Janduhy Carneiro, candidato ao cargo de governador do estado da Paraíba.

Os articuladores da campanha Janduhy venceram o seu contendor dentro da agremiação, mas para enfrentar os adversários precisavam marchar unidos, e não cindida ante à luta. Lançados os candidatos, foram eles às ruas antes de irem às urnas. Nunca, desde 45, o povo participou com tanto entusiasmo de uma campanha como a de 60. Ninguém ficou em casa: os comícios, quase diários, atestavam a disposição popular de entregar-se com alma à campanha. Até dinheiro e roupa deram a Pedro Gondim em praça pública.

• • •

Antes de deixar o governo, Pedro deu um golpe de mestre, fez uma “batota” no pôquer. A Paraíba é um estado que tem a sua classe média formada de funcionários públicos. Principalmente a cidade de João Pessoa, que na sua posição de capital, estende por todo o estado o reflexo do que pensa e do que decide.

O funcionalismo, na sua maioria, colocado pelos governos pessedistas, constituía a espinha dorsal do partido de Ruy Carneiro. Os go-

vernadores da UDN, Osvaldo e Flávio, pouco fizeram por essa classe ou mesmo, até certo ponto, a hostilizaram. Funcionalismo e udenismo nunca se deram bem. Constituído o último de políticos rurais, é propenso a ver no funcionalismo a causa maior do desequilíbrio. Tudo fazia crer que, como das vezes anteriores, os irmãos Carneiros levariam o grosso do funcionalismo.

Pedro Gondim que, reconheça-se, é um estrategista e tanto, não só neutralizou essa área, como ainda a conquistou para si. Anualmente o governo do estado remete à Assembleia mensagem propondo aumento dos vencimentos do funcionalismo, como medida de fazer frente a espiral inflacionária. Já é praxe. Mas Pedro, no ano eleitoral, foi além, ou para ser exato, muito mais além. Propôs um aumento que em alguns cargos e carreiras triplicava os vencimentos. Um médico do estado percebia seis mil cruzeiros por mês; o aumento dado por Pedro elevava-se para dezoito mil. Superava qualquer taxa inflacionária. Foi mais longe ainda. Há no funcionalismo os aposentados-inativos. Estes até então percebiam aposentadorias irrisórias. Em mensagem, propôs o governador interino equiparar, em vencimento, aos funcionários na ativa. O aumento em média geral para os inativos foi de seis vezes ao que percebiam antes. A Assembleia controlada por pequena maioria pessedista não só aprovou o aumento, mas ainda por meio de emendas beneficiou outras funções. Tudo aprovado, Pedro Gondim chamou todos ao Palácio, e com foguetão e banda de música assinou a lei.

De pessedista que era, o funcionalismo passou a ser “queremista” no duro, de rasgar bandeira, grato ao último favor, ao supremo benfeitor. Mesmo porque no caso específico dos inativos, era ainda forte o motivo, não só porque a receberam de Pedro, e não de nenhum outro a equiparação, mas também porque não mais podiam aspirar a função mais alta. Nem emprego federal nem colocação nos IAPs. Pedro deu o máximo a eles. Ainda mais: o inativo é frequentador diário das galerias da Assembleia, é o homem que tem tempo para ler jornal, bater papo no Ponto de Cem Réis e à noite levar as novidades ao bairro, discutir os acontecimentos do dia, no caso as “benesses” de Pedro, o benfeitor. É a imbatível imprensa oral, cobrindo João Pessoa, quando não todo o estado.

Quando Pedro propôs e aceitou o aumento, de antemão, sabia que o estado não estava em condições de pagá-lo, principalmente nos meses de junho e julho, de precária arrecadação, antessala de outubro, mês da eleição. Nesses meses, o governo seria um correligionário do deputado Janduhy Carneiro, e o ônus coube ao governador em exercício, o presidente da Assembleia, José Fernandes de Lima, que atrasou danadamente o pagamento de todo o mundo.

Nunca em antevéspera de um pleito, o panorama político se apresentou tão bem arquitetado para o homem que fosse eleito. A estrela de Pedro é grande. E ele como Bilac: de tanto gostar de estrela, chamou com esse nome a uma de suas fazendas.

A opinião pública paraibana é partidária de que Pedro Moreno Gondim é homem de estrela. Tem-se que acreditar na sorte do governador Pedro Gondim. Para uma pessoa que tira um bilhete na loteria não há outra explicação senão a sorte. Mas para Pedro, houve realmente um plano de longo alcance estratégico, arquitetado durante meses e ajudado por uma boa estrela.

O fator sorte, dentro de suas limitadas possibilidades, teve função na carreira do político de Serraria. Entretanto, este sempre afirma que a única sorte que tem é a de saber usar a cabeça. Isso é também verdade.

A campanha se desenrolou como qualquer outra. Mais intensa, porém. O PSD dispunha da máquina governamental. Essa estava imprestável e só seria recuperável a longo prazo. A maneira de levar a campanha foi brilhante para os queremistas. Bons oradores políticos, como Raimundo Asfora, Antônio Vital do Rego, o próprio candidato de palavra fácil e o senador João Agripino, entre outros.

Do lado pessedista, a coisa ia de mal a pior: oradores cansados, cardíacos, conhecidos de todas as campanhas, alguns já vinham de 22, do jornal *O Combate*, gente da primeira República. A equipe que se juntou ao candidato era uma lástima, aonde Pedro não ia, bastava eles irem... A vitória gondinista era certa. O pior ainda eram os argumentos usados para rebater os adversários. Os pessedistas foram para a rua, com os mesmos argumentos que serviram para derrotar Pedro dentro do partido. O *slogan* “Pedro é traidor” servia para os comentários dos banquetes pessedistas, para o povo, pouco valiam. Pedro Gondim traiu quem? O

senador Ruy Carneiro?!... Ora, trair por trair, Calabar também traiu ao ideal e até à Pátria. Mas, mesmo assim, encontrou quem o procurasse reabilitar. Trair o senador Ruy era um argumento primário. Havia era muita gente que queria isso mesmo, que o senador fosse traído. Todo político tem amigos, inimigos, admiradores, indiferentes. O primarismo do argumento apenas criava para os mais chegados do clã Carneiro uma falsa imagem do prestígio de seu chefe.

Fina análise das causas da vitória de Pedro Gondim foi feita nas colunas de *O Norte* em 1960 pelo sociólogo-bacharel padre Manuel Batista de Medeiros.³ Eis a entrevista: – O fenômeno eleitoral Pedro Gondim tem explicações diversas. A meu ver o sociólogo tem muito que estudar, neste fato. Sempre vi no movimento “queremista” o desejo de uma reação. Pedro cristalizou os ideais de libertação de um povo historicamente rebelde e que vinha, há trinta anos, sendo trabalhado por homens e fatos que, cada vez mais, acirraram este estado de rebeldia. Doutra maneira, não se explica o que o povo fez em prol do seu líder. Esta seria uma explicação de ordem sociológica. Nunca se venceram tantos e tão poderosos inimigos, de uma só vez. – Entretanto há mais.

– A liderança do jovem e inteligente candidato se explica também por um motivo de ordem psicológica. Ninguém pode aquilatar o quanto de influência pesou na consciência e no “subconsciente” do povo aquele *slogan*: Está com medo? Pareceu-me que feria fundo os brios da personalidade de cada eleitor, e quem não estivesse ao lado de Pedro ficava, por força do subconsciente, predisposto para aceitar um novo estado de espírito condizente com a personalidade de cada um. Ninguém quer estar com medo... Aquele *slogan* deve ter afastado muito eleitor flutuante que terminou votando em Pedro, sem talvez saber o porquê.

Outro fator importante foi a política. Este apresenta facetas diversas, desde a característica individual dos candidatos, até as atitudes assumidas por Gondim como governador e como possível candidato da

3 Este padre é o vigário-geral do gondonismo, assim como o cônego Caldas Tavares foi o assistente eclesiástico de Mendonça Neto.

oposição e do governo, sem esquecer o erro político dos que teimaram na candidatura do seu opositor.

Não se deve esquecer a circunstância de prestígio de Pedro ter começado na capital, pois que aqui está o cérebro do estado. Quem criou o prestígio de Pedro na capital? Evidentemente, o próprio Pedro. Mas Pedro se projetou sobretudo por meio de Robson Espínola. Em linguagem simples, pode-se dizer: Pedro criou Robson e este projetou Pedro na capital e, daqui, no interior. Muitos outros fatores políticos de menor monta foram-se somados aos demais: o tipo de governo de José Fernandes, o empréstimo, os secretários de estado, os oradores de Pedro, o protocolo Cabral, a coragem de D. Sílvia e sua ala feminina, etc. Como complemento secundário vem ainda como fator dessa vitória, a maior que a Paraíba já viu nos últimos 30 anos, o apoio comunista ao candidato do governo. – Ninguém se engane. O nosso povo ainda é temente a Deus e não quer nada com o comunismo, mesmo que esse comunismo se vista de “melancia” e apareça como “nacionalismo” ou que se transvie de justiça social para o injustiçado camponês e se chame “Liga Camponesa”. Acredito que a pregação feita por meio de *A Imprensa* contra o voto à candidatura de comunistas, sobre o perigo das Ligas, teve o seu efeito. Como cúpula de tudo, providencialista que sou, vejo a vontade divina: o povo escolheu o melhor porque “esta é a vontade de Deus”.

Ora, o povo paraibano tem tanto em que se preocupar, inclusive na luta pela sobrevivência em uma região das mais subdesenvolvidas e atrasadas em todas as suas atividades socioeconômicas; o povo sem saber o destino que lhe reservava o dia de amanhã, sem saber se tinha o emprego para manter a família, numa região onde é altíssima a taxa de desemprego, essa gente não estava absolutamente interessada em saber quem tinha traído o senador. Estava ele, o povo, interessado em saber o preço do charque, ou até externar seu ódio, sua revolta contra alguém, e esse alguém tinha de ser um poderoso, na ocasião, ninguém mais poderoso do que Janduhy, irmão de Ruy, dono de uma cadeira vitalícia na Câmara. Seu irmão, dono de uma cadeira vitalícia no Senado. Isso numa terra, onde milenarmente se impôs ao governo uma tarefa e uma força maior do que ele tem na realidade. O banqueiro paraibano se à porta do seu banco saltar do Chevrolet de último modelo e encontrar

uma velhinha arqueada pelos anos, chagada, sulcada pelo sofrimento, estendendo a mão a uma esmola, ele dá a esmola, mas antes, alto e bom som, exproba a incúria do governo naquele problema social. “O culpado está ali”, e estende o dedo indicador e inquisitorial ao Palácio da Redenção. A velhinha se retira mais certa do que antes que os seus males podiam ser aliviados se o governo não fosse tão desumano. Se o chofer de caminhão trafega por uma estrada esburacada, e com isso estraga seu carro, já sabe, culpa do governo. O próprio funcionário, maioria das vezes, sem assinar ponto, relapso até dizer basta, também culpa o governo. Às vezes, esse clima toma conta no próprio governo, e governador e secretários mutuamente se incriminam. No Brasil, todas as classes sociais se unem contra o governo. – Pedro prometerá tudo. Seus *slogans* eram muito superiores aos do seu adversário. Enquanto o candidato ruista fazia uma motivação puramente pessedista, realçando qualidades da fidelidade ao partido (na verdade ao próprio irmão), ao correligionário, enclausurando-se dentro de sua agremiação que não é grande coisa, Pedro Gondim sensibilizava o povo, não falava em partido, de boa técnica eleitoral, isso quando os partidos andam vazios de programas e pobres de confiança popular. A melhor legenda quememista era: “Pedro é irmão do povo, Janduhy é irmão de Ruy”. Verdade fica só na última frase. Mas que a primeira deu voto a Pedro, deu.

Dentro desse critério de cata ao eleitor, foi desenrolada a campanha. O candidato oposicionista, mais moço, afeito a uma atividade intensa, falou em todas as cidades, visitou tudo que era rua, desdobrou-se. O candidato pessedista seguiu as pegadas sem alcançá-lo. Era muito mais velho. Pedro Gondim, alinhado, de tropical inglês brilhante, foi um candidato simpático. Janduhy, com uma quantíssima e opaco tropical azul-marinho, dava a impressão de um comerciante saindo do estabelecimento, às carreiras, para pegar o trem da Central. No fim da campanha, apareceu com uma roupa amarelinha, de brim. Em política, deve-se ter sempre um candidato simpático. Quem, mesmo se mordendo de raiva dos EEUU, podia odiar ao casal Kennedy, olhando uma fotografia de John e Jacqueline?!!! Com o mano Janduhy não foi assim.

Além de tudo, os áulicos do pessedismo irritavam pela burrice. Levantavam, a toda hora, teses mais disparatadas para justificar a vitória

pessedista, já sobretida como inviável. E, em vez de trabalhar, andar pelos bairros, ficavam em redor do “compadre Ruy”, rastejando na sombra. Raimundo Onofre não sabe quantos cocos verdes descascou para o padrinho de todos seus filhos. E, quando Janduhy se deslocava para o interior, as menos simpáticas figuras do partido o acompanhavam. Era o fim: ia por Pedro fazer a propaganda dele. Já com Pedro, não acontecia o mesmo, e prova disso é que, em seus comícios, Waldir S. Lima e Domício Gondim não tinham permissão de comparecer. Só por não serem simpatizados pelo povo.

– Pedro ganhou na capital, e Janduhy perdeu no interior!... E não podia ser de outro modo: as faixas, o encaminhamento da campanha, tudo, enfim, foi de tal modo engendrado que o resultado tinha de ser esse mesmo.

E houve ainda a última pá de terra. Foi quando o Partido Comunista apoiou Janduhy. E isso logo após a campanha de 1958, em que os comunistas atacavam os Carneiros de vendidos aos trustes, testas de ferro do “Lar Brasileiro”, prepostos dos Larragoittis.

Os Carneiros pensavam que teriam, pelo próprio valor, uma vitória, quando apenas à custa de uma dissidência e de motivos menores.

Não viram pela frente o surgimento de novos fatores que mudaram as parcelas da equação política paraibana. Prova assim a política ser dinâmica, nunca estática, e todo aquele que jogue em seu tabuleiro deve, dia a dia, hora a hora até, como os jogadores da Bolsa, olhar para o *placard* que é a vontade popular, unida sempre aos meios convencionais de conquista eleitoral.

Pela primeira vez, o PSD se cindiu e caiu do Poder. Pedro Gondim até então um deputado estadual, eleito sempre com votação mínima, político de uma comuna do brejo, Serraria, chegou quase que intempesivamente às culminâncias em que hoje se encontra. E ele passará quase oito anos, façanha única na Paraíba, num estado onde, para a subida aos degraus do Palácio, na honrosa função de inquilino, é necessário um longo aprendizado de equilibrismo. Pedro foi o mais rápido, excetuando, é claro, governos revolucionários, após 30, colocados a bel prazer de Juarez Távora, vice-rei do Norte.

João Agripino, renunciando a sua candidatura, passou a engendrar política de aproximação a uma facção do PSD. O seu trabalho coroado de feliz êxito, no comando político.

O deputado José Joffily minimizou-se no decorrer da luta. Uns foram para Pedro, outros ficaram com Janduhy. Joffily veio à Paraíba apoiar Janduhy (que nunca o tolerou) pensando decidir à força dos seus argumentos a campanha. Mas não conseguiu mudar posições de ninguém. Foi uma veleidade apenas, como logo depois se repetiu na campanha joffilista ao Senado. Duas derrotas de uma só vez. Políticos menores ficam onde vivem. A tempestade só derruba as grandes árvores

• • •

ERA GONDISTA

O governador Pedro Gondim, em seu novo período administrativo, iniciou com o que antes vinha fazendo: nada.

Dizem que tem o nosso atual governador a habilidade de um grande político. Cercou o governo na sua quase totalidade de parentes. Diga-se que o governador tem ternura pelos seus consanguíneos. Já é alguma coisa... Excetuando um ou dois auxiliares, entre estes o professor catedrático Sílvio Pélico Porto, o restante da equipe governista é de ínfima qualidade. Secretários permanecem até hoje em lugares de início. Secretários outros entram e saem sem deixar saudades, sem trazer fato novo. É uma lástima. Nunca se viu tanto nada junto...

Certo é que a oposição antes ocupada pela família Carneiro foi paulatinamente preenchida pelos Gondins.⁴ Após toda campanha de 60 que se revestia de uma intensa vibração cívica, os métodos não variaram, como ninguém de bom senso podia esperar. Mudou a dinastia.

4 Em cada um dos cinco andares da Secretaria das Finanças vivem Gondins com muitas quotas...

Na mesmice de sempre, o governo trouxe pouco colorido próprio. A originalidade maior é o governador virar poeta depois de velho. Quando o natural é ser-se poeta ao tempo de estudante.

Secretarias antes políticas foram preenchidas por “técnicos”... Na sua grande maioria, esses rapazes não são técnicos de coisa alguma, *habitués* do Ponto de Cem Réis, bacharéis sem causa, e às vezes nem bacharéis, donos da leitura de um livro só. Apareceram de súbito, portadores de diplomas arranjados pela Sudene, em cursos de três meses. Tudo neles é bitolado a uma conferência só, sobre determinado assunto. Sabem de cor e salteado, como anteriormente soletravam a carta do ABC. Procuram impressionar, citando (às vezes até errado) dois ou três autores estrangeiros. Desses técnicos, um conseguiu renome citando Ortega Gasset, até quando uma aluna da Faculdade de Filosofia descobriu o livro citado. Então ele mal enunciava a frase, a aluna corrigia.

Para impressionar melhor, tomaram ares de intelectuais – (passaram a usar óculos de grossas lentes) posições de esquerda. Não só desalojaram os políticos, também criaram novas siglas, tais como: Ced, para cuidar do desenvolvimento; Fagrín, destinado ao financiamento; Datm, para o desenvolvimento dos municípios; Ceplar, educação popular na base de Fidel Castro... e outras mais. Órgãos esses, fartamente dotados de consignações orçamentárias. Compraram aparelhos de ar-condicionado, máquinas de escrever, mimeógrafos e tudo o mais necessário. Até hoje não realizaram nada, e pouco que produziram foi pior ainda.

O Fagrín e o Ced planejaram e passaram a executar uma política desenvolvimentista. Deram execução a três planos, ou pouca coisa mais. De início, criaram uma companhia para explorar a pesca. Todo mundo sabe que o peixe está aí mesmo; é só ir buscar; somente com jangada a vela pode-se trazer peixe, mas se traz pouco. A Pindá, cujos diretores foram os mesmos que a planejaram no Ced e receberam o dinheiro do Fagrín, até o momento já absorveu mais de 1 bilhão de cruzeiros. A primeira coisa imaginada pelos seus inventores, os “técnicos”, foi transformar os pescadores em funcionários públicos. Não é preciso aqui dizer mais sobre o desastre. O certo é que se alguém comprar a Pindá, por metade do que o estado já gastou com ela, ainda faz mau negócio. Parece que o governo a arrematou, no que andou certo. Livrou-se de uma carga.

Outro plano, a Conasa, um galpão construído às custas do erário às margens do Rio Paraíba (Jacaré). Recusavam construir navios. O estado deu todo o dinheiro, dinheiro para valer, e a empresa que tem sede no Rio, até o momento, ainda não entrou com nada. Nenhuma canoa foi montada. Pior ainda: quando se esgotou a contribuição do estado (após o golpe de 31 de março), os empresários tiraram o corpo de banda, negaram-se a tudo que antes era tido como certo, dizendo que planejaram não fazer navios e sim tacos... Brevemente eles dirão que meteram a mão em tanto dinheiro público foi para fazer tamancos, vassouras e cabides. Vão concorrer com o Instituto dos Cegos, que há muito se dedica a esse artesanato.

O Distrito Industrial, outra obra suntuária sem objetividade. A capital da Paraíba, uma cidade de 150 mil habitantes, oferece terrenos ainda baratos, servidos de água, luz, esgoto e estradas. Pois bem: o estado sem dinheiro para nada, para nada mesmo, está construindo um Distrito Industrial, nos mesmos moldes do de Belo Horizonte, onde as condições eram bem diferentes. Vai gastando mais de dois bilhões. Para quê? Como no poema de Ascenso Ferreira, para nada! Nem os particulares têm febre empresarial nem o estado dinheiro para construir fábricas. No fim, é bem possível que como a obra da Conasa, idealizada para fazer navios, vá fazer tacos, e o Distrito Industrial, à falta de melhor utilidade, vá ser um campo de pouso para teco-teco, ou seja, então alienada para uma companhia imobiliária. É bem possível. Se assim acontece com o Distrito Industrial de João Pessoa, que sorte aguarda o de Campina Grande?

Todas essas “realizações” não foram frutos de nenhum político, só dos “técnicos” mais vorazes que os políticos. Os técnicos também tiveram a sua arte de chegar ao Poder, e uma delas foi denegrir os políticos graças à divisão constante da mesma homogeneidade deles. Pintaram com os traços de Satanás o político. Hoje entre um “técnico” e um político não há quem vacile: fica-se com o pior, o técnico...

Argemiro de Figueiredo encheu o Palácio da Redenção de “coronéis”, uns até de barbas longas como Cunha Lima, e outros de alpargatas de rabicho, como Zabilo Gadelha; Ruy chamou para junto de si a classe média à função pública, Pedro Gondim chamou os “técnicos”. E nisso pensa ser original.

Os parentes do governador são a sua primeira força. Os “técnicos”, a segunda. Completando o tripé, vem o “intelectual”. Sim, porque, caindo no delírio de grandeza, Pedro pensa que é intelectual. O intelectual até então era seara de Zé Américo, e Pedro pensou herdá-la. Chamou para o governo alguns deles, sem mairés motivos de ordem política, mas só por admiração à inteligência, prêmio de talento e daí por diante. Acontece que o Pedro Moreno, o orador para as mais diferentes ocasiões, de imagem solta, escolhe sempre o pior, ou seja: o pseudointelectual. O seu senso crítico não é dos mais elogiáveis. Ainda é o tempo que chega às lágrimas quando uma criança em festa de orfanato declama poesia assim:

“...a filha morta
a mãe como louca...”

Basta dizer que se comove com poesia de Jansen Filho! José Américo cercou-se de intelectuais e deles teve a admiração por um detalhe que foge às limitadas possibilidades do governador Moreno. O intelectual é um vaidoso nato, não rende culto a ninguém que esteja no mesmo teto seu. Zé Américo estava muito acima, mas muito acima mesmo da média geral dos intelectuais locais. Já Pedro, não. Não é burro. O orador urbano está no mesmo nível dos homens de letras da Província. Neles, Pedro não terá admiradores entusiastas, pelo contrário, concorrentes.

Até como poeta, ultimamente aparece fecundado: há quem cante seus “sambinhas” de inspiração sociais...

CAPÍTULO III

OS SUBSIDIÁRIOS

- Epitacinho
- Osvaldo, o sereno
- Osvaldo *versus* Argemiro
 - Pereira Lima
- Flávio Ribeiro e a “Banda de Música”
 - José Joffily, o agitador
- Severino Cabral e a clientela eleitoral

FENÔMENOS TRANSITÓRIOS

Observador menos avisado somará a posse do Palácio da Redenção ao alcance do Poder. Parece válido até certo ponto. Fácil gozado ao topo quando se chega ao primeiro, de pau de escada do Palácio da Redenção, difícil mesmo é construir sua própria escada. Em verdade até agora governadores do estado da Paraíba, antes de ocuparem a cadeira curial, experimentaram os tambores de cargos públicos menores; alguns foram além: ficaram de cócoras nas antessalas do Palácio.

Os quatro grandes analisados por nós, dentro de nossas modestas possibilidades de elucidamento, foram bem a afirmação do Poder total, ao alcance de quem já tem em parte. Sem a secretaria do governo, José Américo não seria ministro, sem o ministério não seria governador. Ruy, sem ser oficial de gabinete de José Américo, não iria nem ao Rio, nem à Câmara dos Deputados. De lá não voltaria feito interventor. E Pedro?

Bem, Pedro, como vice, beneficiou-se da trombose – sem ela – nem interinidade, nem reeleição.

Há, porém, mérito em José Américo, Argemiro, Ruy e Pedro. Sabendo-se, ainda, que políticos outros tiveram oportunidades idênticas, melhores ainda – para consolidarem a liderança política. De 1930 aos nossos dias, passados trinta e cinco anos, de intensa mutação na política brasileira, nada menos de 12 políticos e um desembargador ocuparam a chefia do Executivo. Só quatro entre esses fincaram os pés no terreno movediço da política.

Os restantes dentro de um quadro político são fenômenos transitórios e serão por nós citados em capítulos seguintes. Por breve espaço de tempo no firmamento político, acenderam luz de estrela de primeira grandeza. Tornaram-se divisores de águas. Nada se fazia no estado, sem antes saber a posição de Epitacinho, se estava pró ou contra, ou a de Lira, se era amigo, ou antes, pelo contrário.

Havendo uma contradição entre os que se capitalizaram para sempre nas posições que assumiram, e os transitórios, esses em posições idênticas foram líderes políticos enquanto mantinham os cargos; há naturalmente de se reconhecer nos últimos métodos que devem ser contornados na vida pública. A presença deles e analisá-los representa apenas, dentro do critério por nós definido neste livro, a negação do gênio político.

Foram menores, senão pela inteligência, mas em sua liderança. E tanto é verdade, que em casos não raros, preferiram outro campo de atividades, no que andaram bem avisados.

Causa maior de sua efemeridade deve-se a serem péssimos observadores dos homens e de seu caráter. Argemiro, o gênio político maior dos nossos dias, sabia escolher; por exemplo, quando em Areia, procurou para representá-lo o coronel Cunha Lima; estava certo, era este e não outro, o que devia ser prestigiado; mas Epitacinho, já pelo contrário, era em tudo a improvisação, mandou e desmandou no estado, fez até interventor. Tinha-os quando muito na prosperidade, ninguém quase o acompanhava na adversidade.

Vejamos, agora, detalhadamente todos eles.

• • •

EPITACINHO

Sobrinho do ex-presidente da República, filho de João Pessoa, pertencia à dinastia que tomou a Paraíba com o advento do regime republicano. Carioca, estranho ao estado, veio à terra de seu pai recolher uma herança política. José Américo já o tinha substituído e restou a ele a presença confortável e cotidiana no Catete.

Epitacinho nunca se conformou com que tenha havido um 15 de novembro, e todos os que chegavam ao governo eram na sua concepção usurpadores. Não era só o sobrinho relegado, era também o filho deserddado. Comportou-se assim com relação a todos os governadores e interventores. Especialmente com Argemiro e Ruy Carneiro. O primeiro, eleito pela Constituinte, esqueceu lépido a sua filiação na Aliança Liberal, não representou o papel de carpideira do presidente morto, não foi uma ostra que se agarra à estaca da dinastia. Pelo contrário, carpideira era o tribuno Bôtto de Menezes, chefe opositor leal à legenda do mártir do “Café Glória”.

Argemiro, mais do que outro qualquer, teve o lombo retalhado pelas farpas do gênio odiento de Epitacinho. Intensificando-se a campanha demolidora, após a instauração do Estado Novo, a imprensa do Rio, folhetos, panfletos, tudo mais possível e imaginável era arremessado contra o interventor. Epitacinho publicou nessa data um livro: “Desmascarando um Mistificador”, o caluniador era Argemiro, na sua opinião.

Derrubado Argemiro, por endosso de Epitacinho, veio Ruy à interventoria. De atrito em atrito, terminou por romper definitivamente com o novo interventor.

• • •

Com a redemocratização, retornou à Paraíba. Naqueles idos, falava-se de Epitacinho como de uma tempestade. “Epitacinho vem aí”, e todos

tremiam. Não se adivinhava contra quem iria agora investir, qual seria o moinho de vento a ser atacado por esse D. Quixote, presença viva de Cervantes em nossos pagos. Certo é que sempre era o governo, o usurpador, contra quem investia de preferência.

Em 45, trouxe, nas malas, a legenda do PTB e um jornal, *O Estado da Paraíba*, instalando os dois, no mesmo sobrado à rua Direita, dentro do quarteirão do Ponto de Cem Réis, único lugar no Brasil, onde se fala mais de política do que de futebol.

A linguagem usada pelo *O Estado da Paraíba* era de vitoriá-lo. Desfigurava os inimigos.

“Batendo palmas ao Estado Novo, incentivando o ‘Querelismo Getuliano’, não sentia pejo em apontar como fascistas os governistas estaduais, na Paraíba, representantes da diretriz do Presidente Vargas. Alvo predileto de suas investidas foi o dr. Samuel Duarte, – Chico Campos da interventoria. Gozando o nome semita do secretário, o jornal epítacista trazia manchete – ‘Nome de judeu, em alma de nazista’”.

Registrando chapa própria, Epitacinho não se elegeu deputado, arromou as malas e partiu para o Rio, fazendo circular um matutino trabalhista, na capital federal.

A eleição de 47 marcou o regresso do guerreiro. Veio à terrinha e se recompôs com Argemiro, visitando o chefe udenista na própria toca, Itararé. O ódio de Epitacinho era funcional, nada pessoal, odiava a quem estava com o poder na Paraíba e não a pessoa “a ou b”. Sempre foi assim. Formou aliança com o udenismo, na base da suplência do senador Adalberto Cruz Ribeiro, já eleito no pleito anterior, em troca da presença e apoio de Getúlio à candidatura Osvaldo Trigueiro.

A visita de Getúlio foi marcada de provocações. Até o último momento, não acreditavam os pessedistas na aliança, para alguns espúria, de Epitacinho com os perrepistas da Paraíba e de Getúlio com brinqueiro-americanismo.

Em política, como na vida, de tudo há. Epitacinho foi, desta vez, homenageado com um jantar na casa do dr. Flávio Ribeiro, selando uma aliança que valeu até quando a UDN era oposição, ao mesmo tempo em que examinaria uma inimizade de dezesseis anos.

Eleito Osvaldo Trigueiro, o PTR fez-se presente na formação do secretariado por meio do dr. Aluísio Régis e do médico campinense, Antônio de Almeida, na Assembleia Constituinte.

Em 1950, na sucessão estadual, sem consultar o seu representante na Assembleia Legislativa e no secretariado estadual, o PTB, ou seja, Epitacinho, se desaveio com Osvaldo, passou a hostilizá-lo e firmou aliança com Ruy.

Surpreende alguns, não àqueles que atentamente viram em sua conduta, constante de pretensioso sebastianista.

Candidato à Câmara Federal, novamente malsucedido, e seu partido continua com um único representante da Assembleia.

• • •

De volta à Presidência, Getúlio modifica a posição de Epitacinho no cenário político paraibano. Não era amizade que unia Getúlio a Epitacinho, era amor de pai a filho.

O assassinato de João Pessoa reacendeu o rastilho da Revolução, que por longos quinze anos colocou-o na chefia da nação.

Getúlio, crente nisso, via no sacrifício do seu companheiro de chapa, e sua fortuna política. João Pessoa morreu para ele chegar ao Poder. Há quem diga até que a notícia do assassinato acendeu nos seus lábios um riso de “Gioconda”. Certo que na noite de 27 de julho, nas passeatas de Porto Alegre, o presidente não disse nada, reservou-se como sempre, imutável e esfinge. Recolheu o legado de sangue.

Epitacinho chegou ao Catete de luto fechado, criança quase, no menino de rosto triste Getúlio via a face do pai, sentia-se culpado de ter tirado ao órfão a presença, a proteção e o amor do genitor. Epitacinho foi daí por diante o filho mais velho e mais mimado. Getúlio a Epitacinho deixava fazer tudo. Era o *enfant terrible* do Estado Novo. Morreu assim.

O que fez na Paraíba contra Argemiro fez mais ainda em São Paulo, contra Ademar de Barros, também publicando um livro, “O Rato”, em que mostrava a semelhança que há entre um e outro. A nosso ver, o físico do atual governador paulista é mais semelhante ao de um gato. É tudo

questão de ponto de vista. Não sabemos qualquer aparência encontrada pelo dr. Epitácio Pessoa Sobrinho.

Epitacinho era o esgrimista do Estado Novo. O PTB, em 1951, engrossou as fileiras, tornou-se o oásis de todos os frustrados nas eleições passadas. Registrou candidato próprio em várias cidades, iniciando um conflito com José Américo, então no governo estadual. Especialmente na capital, com a candidatura do ex-udenista Luiz de Oliveira Lima, em oposição à de Bôtto de Menezes, candidato do PSD e do PL. A UDN, estranha à briga, lançou o nome do ex-governador José Targino.

• • •

Getúlio nomeou o sexagenário senador Adalberto Cruz Ribeiro para um alto cargo do funcionalismo federal, dando a Epitacinho quatro anos de mandato senatorial. O trabalhista paraibano era presença em todas as Casas Legislativas. Um salto geométrico.

A vitória de Oliveira Lima à Prefeitura de João Pessoa não contou com a presença de Epitacinho. Sem saber ao certo o mal que o vitimou, faleceu quinze dias antes das eleições de 1951.

Hoje tem uma herma no Parque Solon de Lucena, único marco que assinala sua passagem pela vida republicana na Paraíba.

• • •

OSVALDO, O SERENO

Oswaldo Trigueiro de Albuquerque e Melo, primeiro governador da Paraíba, na III República, primeiro a ser eleito por sufrágio secreto e universal, era moço, solteiro, advogado e morava no Rio de Janeiro. Nasceu no município de Alagoa Grande. O dr. Oswaldo Trigueiro, filho de fazendeiro, precisamente do coronel Francisco Luiz de Albuquerque e Melo, que morava até bem pouco, octogenário, em sobrado antigo da Praça da Matriz na cidade de Alagoa Grande. Do coronel Francis-

co Luiz conta-se uma história muito interessante: perrepista que era, nunca chamou a capital do estado “João Pessoa”. Para ele era Paraíba do Norte sempre. Emperrou tanto com esse nome que fez consigo mesmo o propósito de jamais vir à capital, enquanto tivesse esse nome. Nem na posse do filho, 17 anos após a Revolução, botou os pés em Palácio, só porque ficava na cidade de João Pessoa. Fez cruz com o nome novo de sua antiga capital. Morreu e não voltou a pisar na capital. Era o que se pode chamar, no Nordeste, um homem de opinião.

Filho de proprietário rural, educando-se no Rio, ainda fez curso e estudos na América do Norte. O dr. Osvaldo Trigueiro assemelha-se àqueles filhos de proprietários como Nabuco e Afonso Arinos que partiam para a Europa esmeravam a educação e voltavam, tomando conta de seus bens e herdando as cadeiras do Parlamento. Não foi tanto assim, com Osvaldo, mesmo porque, abastado que era o seu pai, só veio a ocupar cargo público após a ascensão do filho. Mas que há uma semelhança, há.

Elegante no trajar, educado nas palavras, correto até no andar, em frente de Osvaldo Trigueiro se descobre logo a vocação para a carreira diplomática. Realmente anos depois deixa o governo. Embaixador na Indonésia. Hoje é procurador-geral da República.

Ainda que intelectual, dono de um vasto cabedal da humanidade, Osvaldo Trigueiro, como governador, não traiu as suas origens: continuou governando com os homens de sua classe. Até mesmo de seu município. Nisso há entre ele e Argemiro traços comuns. Ambos filhos de criadores de gado e plantadores de algodão, criaram-se na lama dos currais catingueiros, não perderam o aroma do estrume de gado que penetrou nas narinas em épocas passadas. Como bezerro que é marcado com ferro em brasa, o caatingueiro permanece caatingueiro sempre. É como o torcedor do Flamengo: uma vez Flamengo, sempre Flamengo. Ambos de origens perrepistas, exploram o mesmo veio na política.

Havia quem esperasse Osvaldo Trigueiro tomar o mando político de Argemiro. Tinha, por si, a idade.

• • •

OSVALDO *VERSUS* ARGEMIRO

Argemiro era ousado, sabia o que queria. Só Deus desconfiava o que ele pretendia... Argemiro não é homem para se contentar com pouco, Osvaldo Trigueiro, não; foi quase tudo neste País: prefeito da capital, governador do estado, deputado federal, embaixador do Brasil na Indonésia, chanceler na Conferência de Caracas, procurador-geral da República. Osvaldo não fez planos para nada disso. Tudo veio quase por acaso. Renunciar, isso nunca: não é de sua índole, uma vez com o cargo na mão, vai até o fim, esgota os prazos, chega ao último dia, mas não pede nada, não faz força. Sua grande virtude, sua arma está nisso. É tão calmo o ex-governador, que outros pensam ele não querer nada, quando muito quer acalmar os ânimos, aconselhar os amigos, ler sua literatura francesa e só. E no tabuleiro do xadrez político, vão “bolando”, enchendo e esvaziando as candidaturas. O jogo do empurra quando a pelota cai nas mãos de Osvaldo, para e termina o jogo, é como no *golf* quando a bola entra no buraco. E vem mais: há políticos que têm muitos inimigos angariados, é forçoso dizer, pela maneira agressiva de fazer política. Dizem isso de Amaral Neto, divide até os amigos. Há outros que são suspeitos de jogo duplo. Agradam aos amigos e tratam bem demais os inimigos. E daí por diante. Um é violento, outro despreparado para o cargo. O terceiro é vivo demais com os dinheiros públicos. E há um rosário de virtudes e defeitos a se apontar em qualquer pessoa humana, especialmente no homem público. Mas Osvaldo foi escolhido para tudo como já foi citado: prefeito, governador, chanceler, etc. Porque não se podia apontar nada disso, não tendo grandes virtudes, também não tinha grandes defeitos. Não era dado a vícios: não bebia por beber, mas não era abstêmio. Tomava três doses de uísque e duas taças de *champagne*, e parava aí. A sua razão alcoólica colocava-o bem perante todos. Os que bebiam tinham nele um razoável companheiro, os que não bebiam não podiam taxá-lo de alcoólatra. Na bebida, como de resto em tudo o mais, nunca perdia a razão. Para ele a virtude está no centro, sem os exageros dos extremos. Não tomava defesa violenta de uma causa, nem o combate sistemático de outra. Tem, é bom que se proclame isso, o senso exato do equilíbrio. A UDN, antes de se fixar no seu nome, debatidos outros,

todos foram queimados. Alguns por falsa modéstia disseram as palavras convencionais dos pretensos virtuosos:

“Não quero disputar nada, estou na política só para ajudar os amigos; sou um soldado do Partido”. Daí por diante. Com ele, não: escolhido, aceitou, aceitando, não renunciou nunca. Há uma carta sua a José Américo, que confirma o que está dito aqui. Isso é de sua índole. Também não vai a mais do que isso. Para ele um pássaro nas mãos vale mais do que dois voando, mas o pássaro na sua mão está preso mesmo, não voa mais.

Argemiro quer tudo. Pede, exige, teima. Quando já tem para si, quer para o irmão, para o filho, para o cunhado. É, porém, um arrojado, e por isso suplantou Osvaldo.

Também se registre o conceito da gratidão. Nomeado prefeito da capital por Argemiro, jamais esqueceu isso. O político campinense teve mérito, os beneficiados por ele o acompanhavam para o resto da vida. A exceção da regra foi Abelardo Jurema.

Telúrico, como poucos, Osvaldo no governo fez tudo pela cidade natal: Alagoa Grande – canalizou para lá as verbas estaduais e os convênios com o governo Federal, construiu o abastecimento d’água, pontes, estrada até Campina Grande, o melhor hospital da região, mercado público no distrito de Água Doce, iniciou um colégio. Quase mudava era a capital para lá. Se não fez isso, teve muita vontade. Argemiro também um telúrico já tinha feito mais ainda por Campina Grande.

Encheu o governo de alagoagrandenses: Ivaldo Falconi foi para a Secretaria de Educação e Saúde. Aluízio Régis para ocupar a Secretaria do Interior. E sua terra não contava um só representante na Assembleia, demonstrando isso a debilidade eleitoral dela. Mas os doutores de Alagoa Grande foram aproveitados em todos os cargos possíveis. Quem era doutor recebeu uma Secretaria.

Além da ousadia do político campinense, tudo que Osvaldo fez no governo, Argemiro já tinha feito, com originalidade e intensidade maior. Se Osvaldo atendia alguns matutos, Argemiro já tinha atendido antes e atendido um número muito maior ainda. Se Osvaldo fazia por Alagoa Grande, Argemiro já tinha feito por Campina. Se Osvaldo não pedia nada mas aceitava o que era oferecido, Argemiro tomava o que aparecia

em sua frente e não abria mão de nada, nem da presidência do “Treze Futebol Clube”...

Oswaldo deixou o governo passando-o a José Targino.

Eleito à Câmara dos Deputados, foi indicado pela UDN a integrar a representação do Brasil na Conferência de Caracas. Tornou-se chanceler.

Getúlio, num dos seus costumeiros passes, deu-lhe a Embaixada da Indonésia, ausentando-o da Câmara durante a votação do seu *impeachment*. Além do que, na sua vaga, aproveitava o dr. Fernando Nóbrega, cristão novo do trabalhismo.

Após deixar a embaixada, circulou pela Europa e voltou ao Brasil e à Paraíba, seu nome cogitado para senatória ficou apenas nisso.

Calou-se e voltou à advocacia até o governo Jânio Quadros foi chamado a integrar o Tribunal de Contas da prefeitura de Brasília.

Castelo Branco o fez procurador-geral da República.

É possível que ainda pense galgar outros degraus do Poder.

• • •

PEREIRA LIRA

O professor Pereira Lira, filho de médios proprietários, nasceu na fazenda Caxitu, cercanias de João Pessoa. Teve infância cheia de sacrifício. Formou-se em Direito, quando o seu sonho era ser engenheiro e pensava em construir Paulo Afonso. Isso está no livro de José Caó, um perfeito compêndio de puxasaquismo. O volume em boa encadernação foi distribuído gratuitamente entre os correligionários de sua terra na campanha de 50. Aliás, o professor não só distribuía a sua biografia, mas também cachimbos e lenços amarelos.

Dentro do PSD, o professor Pereira Lira representava como Ruy o homem da cidade, dos salões palacianos do Rio de Janeiro, com a diferença de Pereira Lira ser letrado, professor catedrático de uma escola superior. E o outro... bem, o outro sabe abraçar!

Ex-deputado federal na Constituinte de 34, concunhado do interventor Ruy Carneiro, pleiteou em 45 o Senado. Derrotado pelos candidatos udenistas, foi aproveitado pelo presidente Dutra, na chefia de polícia no Distrito Federal. Durante sua presença naquela função, é que se deu o conflito do Largo Carioca, em que numa repressão a um comício do Partido Comunista, algumas pessoas perderam a vida e várias outras saíram feridas. É possível que jeitoso como é o professor tenha convencido o presidente que os comunistas do Largo Carioca marchariam até o Catete. Tudo estava preparado, a ação da polícia tinha prevenido o *putsch*, tinha salvo a Pátria, a família, a liberdade, especialmente mais ainda, a vida do presidente. É bem possível. O certo é que da chefia de polícia, Lira passou à chefe da Casa Civil, a ser dos mais prestigiados auxiliares do marechal-presidente. Chegou diretamente ao Poder. Foi dentro das limitações naturais o Pinheiro Machado de Eurico Dutra.

Para completar a sua auréola, Lira quis o Senado. Mas Ruy também queria. Lira dizia os serviços que tinha prestado ao concunhado, já por sua vez Ruy dizia que tinha prestado mais favores ainda a ele. O certo é que o desentendimento entre os dois só veio nos últimos tempos do governo, quando não era mais possível uma reformulação capaz de influir nas eleições. Ruy sempre foi um político que dependeu muito da máquina governamental para sua sobrevivência. De 39 a 45, soube fazer o governo do estado produzir para si, em termos políticos.

De janeiro de 46 até o rompimento com Lira, teve todo o sistema federal à mão, nomeando protegidos, conseguindo os múltiplos favores, que iam desde passagens pelo Lloyd, até as vultosas guias de importação na Cacex, altos empréstimos para os amigos ao Banco do Brasil. Havia 10 anos de longo domínio, Dutra despediu quase todos os amigos de Ruy, que ocupavam cargos de comissão e chefia nas repartições federais na Paraíba. A máquina federal passou a trabalhar, em termos de Pereira Lira, mas o governo já estava no crepúsculo. Tinha poucos meses de vida. E, mais ainda, o candidato do Catete, o sr. Cristiano Machado, era falado a ser “cristianizado”. Ninguém de bom senso acreditava na vitória do candidato oficial. Talvez só os mais íntimos ao círculo dutrista ou nem isso.

O método do professor José Pereira Lira se assemelhou em tudo ao do sr. Ruy Carneiro. E com a característica do professor ser letrado, colocando-se, portanto, em pior posição. Falhou, porque em política, na luta pelo Poder, deve-se sempre usar uma estratégia desconhecida. Coisa nova, uma arma de ataque que ainda não tenha sido inventada. O gás teve sucesso até que inventaram a máscara para ele.

Reside nisso o primeiro erro da política do professor. O segundo se aponta no desconhecimento por parte dos homens da Paraíba, afastado que estava há quase vinte anos. Tinha poucos contatos com a terra e com seus conterrâneos. Os favores, empregos, etc., que conseguiu com Dutra para paraibanos, fez por intermédio de Ruy; esses beneficiados ficavam gratos a Ruy, não a Lira, para eles um desconhecido. Rompendo com este, articulou um partido próprio. Só conseguiu levar do governo um deputado estadual, Severino Ismael. Mas o seu gabinete encheu-se de arrivista de todos os partidos, pessoas conhecidas em todos os gabinetes, sem tradição política, sem votos, sem eleitores e pior ainda – sem caráter. Fiéis somente aos poderosos, bateram palmas a Epitacinho, tinham acompanhado Ruy, agora se grudavam a Lira, esta apreciação é tão certa que o PR, partido lirista, elegeu três deputados estaduais. Perdendo Cristiano e eleito Getúlio, toda a bancada do PR tomou posse já no PTB, chefiado por Epitacinho.

Dois erros, em pouco espaço de tempo, jogaram Lira fora do Poder. Do Poder e da política.

A primeira intentona contra a orientação de Ruy, dentro do pessedismo, caiu, nem chegou abalar os alicerces da liderança do então senador.

• • •

FLÁVIO RIBEIRO E “BANDA DE MÚSICA”

O dr. Flávio Ribeiro Coutinho, usineiro, político rural, “coronel, foi na concepção dada ao termo, foi, porém, um governador que agiu com a UDN. Como “Banda de Música”. Como no plano federal, no estado tam-

bém existiu essa divisão de alas; ainda que nunca elas tenham cegado a desuniões que implicassem em hostilidades maiores. A classificação citada não é nossa, tomamos emprestado do comentarista político à revista *O Cruzeiro*.

No plano nacional, Aliomar Baleeiro, Adauto Lúcio e outros formam a “Banda de Música”; João Cleofas, Petrônio Portela integravam a “ala Pé de Boi”.

No estado da Paraíba, José Mário Porto, Normando Guedes Pereira, Braz Baracuh, Antônio Brayner, Osvaldo Trigueiro formam a “Banda de Música”. Renato Ribeiro, Clóvis Bezerra, Silveira Dantas, quase toda a bancada na Assembleia, a começar de Álvaro Gaudêncio até Inácio Bento, são os “Pés de Boi”, que, em suas terras, aguentam o duro de uma chefia municipal. Dão duro mesmo.

Pela sua condição de usineiro, era de se esperar que Flávio fosse um “Pé de Boi”, mas não. Era da “Banda de Música”, talvez o dono da orquestra, mas era. A “Banda de Música” já antes ocupara as melhores posições no governo de Osvaldo Trigueiro. Os mesmos homens foram requisitados para compor o secretariado. José Mário Porto, para a Secretaria do Interior, maestro da “Banda de Música”, Braz Baracuh, como coordenador de tudo que se passava no governo e, mais tarde, secretário da fazenda, já conhecido nas rodas palacianas do governo Osvaldo Trigueiro.

Nisso estava o êxito de Flávio Ribeiro, homem rural liderando políticos rurais seria, quando muito, chefe de dois ou três municípios, mas político abastado, reduzido pelo Poder e admirador da inteligência, entrou para a “Banda de Música”. Íntimo de todos os melhores advogados, João Lélis, Mário Porto e Jácome, Francisco Porto, Eugênio Carneiro; dos médicos João Medeiros, Osório Abath, Ávila Lins, etc., de tudo que parecesse a talento. Fez uma aliança poderosa, enquanto estes o tinham como aliado em transes difíceis da vida.

Flávio tinha-os como ponta de lança em várias jogadas da política. Se à “Banda de Música” faltava os colégios eleitorais, dinheiro para as campanhas completava-o Flávio. Juntos governaram, presentes nos dois governos udenistas. União das letras e das letras do banco. Reside nisso grande arte e engenho.

O Renato Ribeiro, candidato a vice-governador na chapa de Argemiro, com mais eleitorado do que Flávio, seu tio, nunca teve dentro do partido, e do estado, o Poder do primeiro. “Coronel”, mesmo, dono de oito municípios, elegendo um deputado federal com facilidade, é sem dúvida o proprietário de maior eleitorado que o segue para aonde for. Mais dificilmente assumirá o Poder, já que não é fácil conquistar palmo a palmo o restante do estado. Só controla oito municípios não 145.

Se o leitor quer ser político e é abastado, o caminho mais certo é este: use a fórmula Flávio Ribeiro. Procure a cúpula de um partido poderoso e se aboiete nela. Mesmo assim, resta alguma dificuldade.



Troca de amabilidades: Flávio abre o cofre para Argemiro...



Amabilidade trocada: Argemiro abre a porta do carro...

O dr. Flávio assumiu o Poder por demais idoso e só esteve à frente do estado por 18 meses. No curto espaço de tempo, deixou uma obra de largo alcance socioeconômico, a CODEBRO, companhia de economia mista encarregada de distribuir energia da CHESF, em todo o brejo. Empreendimento que sofreu continuidade e hoje estende sua rede a todas as cidades da região do maior consumo de energia. Fundou e instalou ainda o Ginásio Estadual de Sapé. É preciso saber conviver com gente assim, se não fica como Zabilo, cai e, no anedotário, Flávio já pelo contrário sabia contar e criar anedotas.

Como mostra do que dizemos, e apenas para lembrar o acervo de anedotas se diz originais de Flávio Ribeiro, citamos essa, que se contava entre a varanda da casa grande da Usina Santa Rita ao escritório do dr. Zé Mário. Na campanha de 1945, dr. Flávio pediu a um compadre para votar no Brigadeiro. O compadre replicou:

“– Mas dr. Flávio, ouvi dizer que esse homem é capado.”

E, numa improvisação própria ao seu gênio, respondeu o prócer da várzea:

“– Quer dizer nada não meu compadre, você vota no Brigadeiro e vai para a cama com Dutra.”

O primeiro ano de governo passou dentro do protocolo da pacificação. Entretanto, o Poder era escasso para tanta gente. Aos poucos os partidos foram-se ressentindo, especialmente certas áreas pessedistas. O PL chegou a dar pela imprensa nota de rompimento ainda que os seus representantes na administração continuassem a integrá-la. Daí por diante, e surgiu o costume de certas pessoas dizerem-se técnicos, a fim de se perpetuarem nos cargos políticos que ocupam. O dr. Durmeval Trigueiro, então secretário de educação, se dizia um técnico, ainda que representasse o PL. Milton Paiva no Departamento de Educação, também. O primeiro nem paraibano é.

Após incidentes quase diários na Assembleia, o governo não contando mais com cobertura pessedista rompeu o protocolo, passando a agir sozinho. A UDN ficou mandando brasa como dona da bola. Por pouco tempo, porém.

A esse tempo, o senador Argemiro de Figueiredo tinha-se compenetrado da posição de político com gabarito nacional, fazendo boa figura, namorava um ministério. UDN, em oposição à política presidencial, a mosca azul rondando o senador Figueiredo, levou-o até aproximar-se do PTB. Eram trocas de gentilezas e insinuações. Os lugares nos IAPs, em tudo que era instituto de previdência de João Goulart, seguindo as pegadas de Getúlio, sempre tentou e conseguiu. Jogava um osso e, às vezes, mais de um corria atrás... Na Paraíba, o dr. Fernando Nóbrega já disputava o tutano com o sr. Hermano Sá.

Oito anos antes, em 51, toda a UDN teria acompanhado de armas e bagagens a arribada do senador à nau do petebista. Naquela época, após

a expulsão de José Américo, a liderança de Argemiro era ainda ilimitada. Ele podia levar a UDN para onde quisesse. Mas agora, após o crescimento do agripinismo, era difícil. A UDN da capital não lhe obedecia como antes. O espírito udenista do vereador de Pirpirituba, do chefe de Salgado de São Félix ao udenismo de profissão liberal, abominava essa troca de siglas. Nada feito.

Alguns diziam que a UDN é um estado de espírito. Nada mais certo. E, os ódios transmitidos, em alguns casos de geração a geração, não permitiam uma mudança de cores assim tão fácil. Por exemplo, os Gaudências não podem nunca se unir aos Britos, que representam o PSD, na mesma área o Cariri. Dizem mesmo que em Serra Branca, numa calçada, os udenistas fazem o *footing*, e a outra pertence ao PSD.

Por isso, pode-se mesmo afirmar quando o senador Argemiro de Figueiredo norteou sua nau para o porto trabalhista, devia saber de antemão que não seria acompanhado pela maioria dos amigos. E não foi mesmo. Os udenistas ficaram onde estavam.

Na verdade, não houve motivos maiores para cisão. Argemiro fabricou um caso para servir de motivo; nos últimos dias que Flávio Ribeiro passou no governo, houve uma substituição de secretário: deixou a Secretaria do Interior e Justiça José Mário Porto, assumindo-a o deputado estadual Luiz Bronzeado. O senador de Itararé chamou a isso hostilidade, disse que era uma valorização à ala agripinista. Nada mais inverídico, ambos, José Mário Porto e Luiz Bronzeado, no momento de definição – pouco tempo esse fato –, permaneceram no partido. Mas disso Argemiro fez cavalo de batalha. Trocou telegramas, ameaças até. O próprio José Mário Porto não queria ser mais secretário, se sentia prejudicado no escritório de advogado. Desautorizou Argemiro de servir-se de seu nome e motivar o rompimento.

Argemiro rompeu pensando ser ministro. E, tudo indica, soprado por Raul de Góis, elemento de ligação entre ele e o vice-presidente da República. Logo após, Raul de Góis ganhou uma cadeira na Câmara dos Deputados; como judas, recebeu também as trinta moedas.

Os setores mais ponderáveis do udenismo se inclinavam à liderança do deputado de Catolé do Rocha. Tinha sido vencido o mandonismo do

senador de Campina. Agripino afinava mais ao espírito partidário e de luta da agremiação.

O esfacelamento da unidade udenista foi politicamente o fato culminante do governo Flávio Ribeiro, em tudo repetindo os mesmos motivos que antes cindira a agremiação durante a gestão Osvaldo Trigueiro.

Disso partimos à conclusão de que o governismo não é o *habitat* udenista. Nem os salões e os palácios se dão bem com Argemiro.

Uma trombose coronária levou o governador Flávio Ribeiro – em busca da saúde – ao Rio de Janeiro, onde guardou por longos anos um leito de dores.

Quando em 1963, um avião especial aterrissou no aeroporto de Santa Rita, o esquife do ex-governador Flávio Ribeiro baixou à terra onde sempre viveu, com ele encerrou-se no túmulo uma geração que não só cumpriu o seu ciclo político, mas o próprio ciclo biológico.

• • •

JOSÉ JOFFILY, O AGITADOR

José Joffily Bezerra de Melo apareceu na primeira fornada de políticos após a Revolução de 30.

Adolescente, no fragor da luta revolucionária, participou de todos os movimentos estudantis e se bacharelou no Rio, pela Faculdade Nacional de Direito, concluiu sua formação a bordo do navio Pedro I, ancorado na Baía da Guanabara, servindo de prisão aos comunistas de 35. Embora que educado por padres, chegou a ser baleado pela causa vermelha.

Bacharel como milhões de outros espalhados por este Brasil, ocupou a direção da Penitenciária de Itamaracá (Pernambuco), onde vigiava os presos e prendia as próprias ideias.

Ruy Carneiro deu-lhe a primeira oportunidade na vida pública: nomeou-o Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Publicou uma ou duas conferências sobre os problemas agrícolas da Paraíba, dando a eles mais o brilho de sua linguagem que a observação segura de um estudioso do assunto.

Com a redemocratização, participou da estruturação do Partido Social Democrático no qual permaneceu até quase os nossos dias.

Eleito à Câmara dos Deputados, na primeira Legislatura, foi reconduzido até a quarta, sempre membro da facção ruysta. A devoção joffilista ao Chefe era tanta que na campanha de 53, adotou o *slogan* “José Joffily, o amigo nº 1 de Ruy Carneiro”.

Durante a permanência no pessedismo, formou sempre na vanguarda, destacando-se em todos os momentos pela veemência de linguagem empregada em suas lides parlamentares.

Como todo bom pessedista nomeou, transferiu, prometeu, deu emprego, em suma, procurou atender a clientela eleitoral, enquanto assim fez, não só se reelegeu consecutivamente, como ainda comprou um curtume na Bahia.

Ao seu ver, lealdade e trabalhos prestados o credenciavam a candidato na sucessão do governador José Américo, entretanto os correligionários opinavam pelo irmão do chefe, deputado Janduhy Carneiro.

A Pacificação, rótulo da ascensão de Flávio Ribeiro à governança, não trouxe a solução ao *affaire* criado: adiou-o.

Em 1958 as relações entre Joffily e Ruy eram frias, estavam praticamente rompidas.

Joffily pacífico pessedista, por estas épocas, passou a fazer vida de nacionalista, tudo começando na conferência da Faculdade de Direito, defendendo a tese da troca de Fernando Noronha, por um vasto plano de auxílio às novas inversões econômicas, qualquer coisa semelhante ao plano Marshall.

Marca daí a sua preocupação de criar na Paraíba, um movimento ideológico capaz de influir na balança política – eleitoral.

Reunindo participantes de vários partidos, surgiu o Movimento Nacionalista Brasileiro, girando em torno de Joffily, ligava-se ainda a Jacob Frantz e a José Américo, primeiro a lançar sua candidatura ao Senado Federal.

Fortalecendo suas raízes no MNB, agregado político sem maior tradição em nossa vida pública, enfraqueceu-se dentro do PSD.

• • •

Com o advento de Pedro ao governo, Joffily pensou influir na formação do secretariado crendo mesmo que era hora de o governo interino recompensá-lo dos seus esforços para levá-lo ao cargo.

Sua esperança malogrou-se, esbarrando na independência de Pedro, sempre presente quando se trata de seus interesses pessoais.

Mesmo assim, acompanhou Ruy e o PSD na campanha senatorial de 58, que dando esmagadora vitória pessedista, anunciava ao udenismo muitos anos de ostracismo pela frente.

Por essa época, todas as esperanças udenistas eram Joffily e, logo na eleição seguinte, em 59, fez aliança com o brigadeirismo na capital, em torno da candidatura João Santa Cruz. Em Campina Grande, teve seu nome aceito pelo deputado João Agripino. Recuando da luta, terminou com Severino Cabral, integrando uma frente única, capaz de obstaculizar a condução do banqueiro Newton Rique, candidato argemirista à prefeitura campinense.

Bem apessoado, Joffily é o político que argumenta melhor. Trajando impecavelmente, de grossos cílios e bigodes negros, impõe a sua presença em qualquer reunião. Soma a isso uma forte disposição de luta incansável no embate, tudo nele deixava antever uma rápida carreira política. Nunca a Paraíba viu um político com máximas e *slogans* mais movimentados. Renovava esperanças. O próprio timbre forte e seguro da fala de Joffily pode defini-lo até no escuro.

Só a má sorte, a adversidade, pode ser apontada como motivo maior de seu infortúnio político. Joffily é jogador que perde no pôquer e é azarado no *bacarat*.

Batendo-se por Pedro e por Cabral, deles recebeu indiferença. Quando não, hostilidades.

Por fim, em 60, se recompõe com Ruy e se joga no naufrágio da candidatura Janduhy. Entrou em uma canoa que fazia água por todos os lados. Pior ainda, fez isso contra orientação unânime de todos os

seus amigos, exceção do jornalista Severino de Oliveira, então de olho na Delegacia Fiscal, nem isso pegou.

Joffily tinha em Agripino sua emulação ou por outra, Agripino era o Joffily da UDN. Representavam o mesmo estilo de luta, era de crer, cedo ou tarde, assumiriam a chefia de seus respectivos partidos – Agripino sim, Joffily não.

O erro de Joffily é, ainda que digam o contrário, ser o udenismo e visceralmente diverso do pessedismo.

Em 1962, exigiu do PSD o que não tinha prometido – a candidatura ao Senado.

Ruy vendo com quem tratava preferia perder com Drault a vencer com Joffily. Drault perdeu o Senado e Ruy continuou comandante. Não quis brigar em 60 e teve que romper em 62, saindo dois anos antes, ganhava senatória; em 62, perdeu até a honra. Rompendo por ter sido preterida sua candidatura. Ruy não repetiu no pessedismo os erros que Argemiro cometeu na UDN.

Egresso do pessedismo, entrou de corpo e alma na esquerda. De nome no Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em 62, todo o país era abalado na luta pelas reformas. A começar dos mais altos escalões da República, do ex-presidente Goulart.

• • •

A luta camponesa ensanguentou a Paraíba, fazendo tombar 39 vítimas. Motivos próprios e locais explicam melhor o caso.

O incêndio de uma crise social trouxe durante dois anos o Nordeste em pé de guerra. Joffily tentou a liderança da subversão camponesa. Em parte, conseguiu ainda que já nos últimos dias de março de 64 a chefia tenha passado das mãos de Joffily para as de Assis Lemos. Uma seara de sangue disputada pela ambição sem freios.

A campanha dos candidatos socialistas foi feita dentro de um clima de ortodoxia. Sem meios termos. Tudo na base da retaliação pessoal e ideológica. Com mortes nos entre-atos.

Se a candidatura senatorial de Joffily não dava para fazer, ele contava com a recondução certa à Câmara.



Joffily: O fermento na massa...

A apuração trouxe uma surpresa: o PSB somou uma legenda inexpressiva, Joffily perdeu até na zona da mata, em Sapé, nacionalmente conhecida pelo aparecimento de Ligas Camponesas.

Nas esquerdas, divididas em diferentes alas – Julião, PC, Ação Popular –, só se salvou Assis Lemos, eleito à Assembleia Legislativa, isso mesmo não representando a expressão de um novo movimento ideológico, mas, sim, reformulação de uma técnica de clientela eleitoral, que valeria a pena analisar.

Os cargos públicos, especialmente os do SANDU, abrindo novos postos às vésperas das eleições, foram na quase unanimidade preenchidos por indicação do chefe das Ligas, Assis Lemos, agrônomo do asfalto e do gabinete refrigerado de Goulart. O médico Jacinto Medeiros, entre outros – só para comprovar o que dizemos – sem se vincular ao esquerdismo, à custa de uma nomeação sandusista, se fez cabo eleitoral de Assis. Casos idênticos são apontados às dúzias.

Pedida pelo deputado Joacil Pereira, uma Comissão Administrativa de Inquérito, para o SAMDU, terminou por apurar um desvio de mais de cem milhões de cruzeiros, malbaratados na campanha de 3 de outubro de 1962.

Certo é que, sem a cadeira de deputado, por nomeação de Jango, Joffily sentou-se no Conselho Nacional de Economia, de onde o tirou a Revolução.

Situando-se o joffilismo como tentativa de introdução de política populista, falhou. Políticos menores que o acompanhavam tiveram também destino menores: Assis de Almeida, Langstein de Almeida, Antônio Augusto, Figueiredo Agra faziam muito barulho e pouco somavam, mesmo antes do 1º de abril, para o quadro eleitoral do estado. É difícil medir o alcance dos males sociais e políticos trazidos à Paraíba por José Joffily e seus assemelhados.

• • •

SEVERINO CABRAL E A CLIENTELA ELEITORAL

Existe ainda político como Cabral, porque existe pauperismo. Estão em relação direta.

Campina é a maior cidade do interior paraibano, com edifícios, bancos e indústrias, mas, como não podia deixar de ser, o povo de seus bairros sofre as necessidades primárias e urgentes. A miséria em Campina justifica Cabral. Como mais adiante, veremos que o surto de progresso criou Newton. O leite do filho, o aluguel da casa, atrasado o pagamento da prestação da máquina de costura, o enxoval do batizado e o vestido do casamento. A isso, ou em parte, Cabral atende. Pode atender com um riso nos lábios e com o coração fechado, mas atende.

Cabral concede esses pedidos e os cataloga. Tem fichário, como uma casa de comércio que vende à prestação, Cabral comprou voto no crediário.



Cabral: O primarismo político: Deu certo em Campina Grande...

O cliente enche um cartão, no qual não só coloca endereço, mas as fontes de referências e um lugar vago para as observações. O fichário de Cabral é o maior e o mais perfeito da Paraíba. Cabral na Prefeitura de Campina, ou fora dela, é quem mais gasta.

Deputado estadual mais votado em duas eleições consecutivas, trocou o PL pelo PSD – ganhou na troca. Num e noutro tentou a prefeitura de Campina. Derrotado na primeira vez pelo médico Elpídio de Almeida, suplantou Newton Rique, na segunda investida.

Cabral é o coronel estilizado. Depois de 45, das garantias constitucionais do *habeas corpus*, da vitaliciedade da justiça. Ao menos no sentido, em que o coronel era tido, não sobrevive em uma cidade como Campina.

Também é o caso de Renato Ribeiro: um coronel estilizado, embora que apenas um coronel da várzea...

Deixa como um herdeiro chamado como queiram – coronel, assistência social, ou cabo eleitoral, porém opina e decide.

Coronel e seu herdeiro não sabem ler, mas entendem a linguagem das necessidades do povo e as urnas que falam por ele.

Aos pobres, eles podem não parecer bons, mas parecem úteis. São fortes no mercantilismo eleitoral.



Renato: Apenas um "coronel"...

CAPÍTULO IV

OS HERDEIROS

- João Agripino, o industrial da honestidade
 - Humberto Lucena, o burocrata
- Domingos Mendonça Neto ou o Absurdo na Política

Constituídos, em 1930, novos quadros dirigentes da política estadual, com a desintegração dos padrões até então convencionais. Formados outros, só um trabalho de pinça pode precisar até quando há uma continuidade de liderança.

Após a redemocratização, voltamos aos partidos nacionais, hábito interrompido após a primeira Constituinte Republicana responsável pelo mito da Federação.

Nos últimos 35 anos, políticos em maioria – vindos ainda da Primeira República, envelheceram. Cumprindo sua missão na política e no mundo.

Outros apareceram no caldo revolucionário e ainda hoje atuam à tona dos acontecimentos e das lideranças carismáticas.

Porém só a continuidade partidária foi impondo a si mesma a formação de novos comandos capazes, quer pela condição de jovens de seus filiados quer pelo melhor discernimento de novas situações. Assumiram estes as rédeas do comando partidário.

A própria juventude, idade em que há ímpeto e vigor, e o cansaço não tomou posse ainda do corpo e do espírito, empurra-os aos embates mais violentos.

A cada campanha, corresponde uma gradual ascensão de novos valores dentro das agremiações partidárias.

Logo após as derrotas argemiristas, a UDN depositou em João Agripino as esperanças revanchistas. Agripino é o herdeiro já de posse do espólio. A posição de herdeiro do cetro de Ruy Carneiro é disputada por três pretendentes: Domingos Mendonça Neto, Humberto Lucena e Teotônio Neto.

Já o senador Argemiro de Figueiredo e o trabalhismo têm como sucessor universal o dr. Newton Rique. Mas...

Há, porém, em cada um desses casos, particularidades que necessitam um mais apurado exame. Detalhes e miudezas essas, que não cabem dentro de uma observação ampla, sem que se perca na generalização um ensinamento que só a história nos pode legar.

Começemos.

• • •

JOÃO AGRIPINO, INDUSTRIAL DA HONESTIDADE

João Agripino Maia Filho não é mais herdeiro, já tem a posse do patrimônio do *de cuius*. Diferenciando-se nisso dos demais, que apenas são herdeiros presuntivos.

De João Agripino já nos ocupamos muito, como não podia deixar de ser, uma vez que, as pessoas até então focalizadas são contemporâneas. As lutas que relatamos também nelas participou o político sertanejo. Resta encarar o homem e nisso está o que há de mais precioso.

Nasceu no sertão paraibano, no município de Brejo do Cruz, fronteira com o Rio Grande do Norte. É, porém, mais conhecido como político de Catolé do Rocha.

Filho do deputado João Agripino Maia, cresceu dentro de um ambiente onde se respirava política. E política daquele tempo era na base da violência, conflitando os Maias com os Suassunas e Saldanhas, que disputavam a liderança política do município.

O primeiro registro da vida pública de João Agripino é como deputado federal. Em 1945 assumiu então a chefia do clã pelo direito de primogenitura, pulando de sua banca de advogado do sertão para a da Câmara.

Criou legenda de não dizer coisas erradas. A verdade é que não diz nem as certas. Enclausura-se dentro de si mesmo. Ganha com isso.

Excetuando-se uma breve presença no Ministério das Minas e Energias, no governo Jânio Quadros, só tem ocupado cargos legislativos, o que não dá margem a desgaste maior.

Por vários anos amigo de Argemiro de Figueiredo, então chefe udenista, hoje, é seu ferrenho adversário.

Em 1958, no governo Flávio Ribeiro, consolidou sua posição na liderança udenista.

A UDN dá mais aos seus chefes do que pede. Cansou-se de Argemiro; queria amores novos e foi com Agripino para a alcova.

A UDN é como coronel que paga e quer experimentar as pensionistas verdes de anos, das pensões da Maciel Pinheiro.

Já o PSD, na ética do cabaré, seria o gigolô que recebe. Às jovens inexperientes prefere as mulheres ricas de... idade e experiência.

A observação pode ferir, mas é verdadeira. Desde sua fundação, a UDN teve como chefe José Américo. O PSD foi, é e será sempre fiel a Ruy.

Como um grêmio que é dos menos fisiológicos, a herança que coube a João Agripino não veio das mãos de Argemiro, o líder a quem sucedeu. Veio mesmo de todo o partido.⁵

5 Fisiológicos são os líderes udenistas. Como fisiológicos são os filiados do pesse-dismo. Coronéis são os eleitores udenistas, e gigolôs os seus líderes. No PSD, o inverso é verdadeiro.

Intempestiva, até histórica, em 1958 a UDN assassinou sua chefia, degolou-se, quando expurgou Argemiro, isso é visível, se relacionarmos a expulsão de Argemiro ao resultado do pleito senatorial, quando o udenismo perdeu de ponta a ponta.

Se há um político que deixou em Agripino virtudes, atitudes, vícios e defeitos, que são comuns, esse é José Américo.

Um e outro industrializaram a honestidade e vivem folgados dos dividendos dessa indústria, a juros de onzeneiros.

Quando José Américo baixou as armas, lança o elmo da liça. Perto de si estava João Agripino, tomou-as e honrou-as nos combates travados desde então.

Ambos ainda com raízes familiares no meio rural – mais do que qualquer outro –, ontem e hoje, transportaram para a tribuna os anseios da classe média das cidades.

Em 1954, João Agripino chegou a ser homologado pelo PR à disputa do governo. Às vésperas da UDN ratificar a indicação, efetuou-se a pacificação que escolheu Flávio Ribeiro.

Continuou para os udenistas, candidato natural. O insucesso de 58 e a dissidência de Pedro afastaram-no do pleito.

Fecundou e legitimou o quererismo. Amamentou no berço udenista o filho adúltero do pessedismo.

A atuação parlamentar, a presença na Secretaria-Geral da UDN, a liderança da Minoria o tornaram nome nacional.

Foi lembrado para companheiro de chapa de Jânio Quadros e por esse escolhido para compor o Ministério.

Como atuação partidária à frente do Ministério, serviu-se da porta do gabinete para batê-la bruscamente à cara de um deputado e um jornalista udenista. Mesmo assim, ambos votam ainda nele. Não foi essa a exceção, um outro deputado sofreu piores desconsiderações em visitar a sua residência. E ninguém mais dócil às palavras do senador do que ele.

Cronistas relatam que D. João V, de Portugal, com seus ministros, usava bengala; estes ainda ficavam contentes às “pampas”, sabendo que Isabel, da Inglaterra, e seu ilustre pai, Henrique VIII, não usavam bengala, sim machado e cepo.

E se João Agripino bate a porta, José Américo, seu mestre, aos trompaços e muxicões, enxotava os indesejáveis do Palácio da Redenção.

Candidato do partido em 1960 à senatória, ganhou disparado, mais de 35.000 votos de maioria. Elegeu-se ainda deputado federal e quase leva às costas o economista Aluizio Campos, seu companheiro de chapa. Cento e oito quilos de banha e empáfia.

Como particularidade do pleito, os dois concorrentes derrotados, Aluizio e Drault Ernani, foram os coronéis da campanha. Gastaram boa bolada, perderam e ainda viram eleitos Agripino e Argemiro que não despenderam de seu um real.

Andou bem Domício Gondim abrigando-se na suplência agripinista, não precisou vir à Paraíba, mandou apenas o avião particular para a campanha. Recebeu-o de volta, com diploma e suplência.

Não é só João Agripino o candidato mais forte da UDN, mas o é, entre todos candidatos, nas próximas eleições de outubro.

Corre como favorito. O páreo de 1965 dirá se temos razão.

• • •

NEWTON RIQUE, O DELFIM

Argemiro foi dito por nós, - era o coronelismo, agora podemos ir além: como um soberano medieval, Argemiro fez barões, condes, duques, uma nobreza enfim.

Os Rique, cuja importância econômica data de menos de três lustros, são integrantes desta nobreza. O velho João Rique, partindo do modesto comércio de algodão, passou ao beneficiamento da fibra, criou por fim um grupo econômico. Como todo homem de dinheiro, não se fez insensível aos apelos argemiristas.

Partindo a empreendimentos maiores, fundaram os Riques o Banco Industrial de Campina Grande. Realizados economicamente, Argemiro deu-lhe carta de nobreza, como antigamente se armava cavaleiro nas

capelas dos castelos medievais; Newton Rique foi armado no *guichet* do Banco Industrial. As instituições não morrem, mudam com os tempos.

Quando implantaram a República, acabaram-se as aquisições de títulos nobiliárquicos, mas ainda restou a Guarda Nacional, e se fez muito major e coronel pelo interior.

Agora, só resta mesmo a política, distribuindo títulos, que vão de vereador a senador.

Escrupuloso e preciso, alquebrado pelos anos, pelos enfados das lutas, Argemiro em sua corte escolheu o Delfim, e este é Newton Rique.

Tem com Argemiro, em comum, quase todos os pontos característicos.

É verdade que Newton Rique é progressista em comparação ao velho cacique. Também pudera, os tempos são outros. E tome-se isso como um esforço de sobrevivência e de atualização do argemirismo.

Hoje a facção argemirista não pode mais subsistir amparada apenas no meio rural, precisa da indústria e da alta finança, e esta aí está com Newton como seu mais legítimo representante.



O "delfim" Rique: Subiu no banco...

O newtismo seria o argemirismo de gravata, como o argemirismo seria o newtismo de bota e espora.

Vez que outra, o Delfim se enrosca e toma posições de rebeldia, tudo isso coisas da idade. Ninguém melhor do que o velho senhor de Itararé para compreender e perdoar.

Em 1959, rendendo-se ao convite de Argemiro, Newton Rique se viu candidato do PTB à prefeitura de Campina Grande.

Enfrentou Severino Cabral, que havia quatro anos perseguia a presa. Cabral venceu sem criar sucessor. Concluindo o mandato, aceitou em acordo o ex-competidor.

• • •

Campina Grande é uma cidade com características peculiares.

Ponto terminal de estrada de ferro durante muitos anos, avolumou-se como entreposto mercantil. Hoje é também parque industrial, tem ruas inteiras de oficinas mecânicas, onde se “fabrica” até revolver Smith & Wesson, uísque escossês e perfume francês: é Campina dos sete instrumentos. Lá quem não é rico está em vias disso, ou, ainda, tem esperança. E será.

Um banco local que abriu filial em todas as praças comerciais do Nordeste tinha de trazer preso a si o comércio. Newton emprestava o dinheiro e ainda ganhava os votos, como sobras de juros.

Cidade bairrista, Campina via com orgulho subir para os céus os edifícios e o maior deles era o do Banco Industrial.

Mesmo assim a campanha que se anunciava como um passeio preocupou nas últimas semanas os seus promotores.

Registrado pelo PRP, o deputado Langstein Almeida lançou-se à disputa pela prefeitura.

Carregou para seu lado os descontentes de tudo e de todos. Diziam os newtistas: “a canalha das ruas, a lama dos bairros”. Mesmo, ainda somou mais de cinco mil votos, em um pleito em que se aliou o comércio de Newton à clientela de Cabral. A Revolução de 1º de abril encontrou Newton como prefeito; lançou proclamação pró-Goulart, pró-Brizola e armou a Guarda Municipal. Era o fim político. Uma campinada autêntica.

Entrou na última lista de cassação, mas entrou. Apela para uma revisão de processo ou anistia, mesmo assim continua como o herdeiro natural de Argemiro.

• • •

HUMBERTO LUCENA, O BUROCRATA

O deputado Humberto Lucena é político por atavismo. O seu avô – Solon de Lucena – foi presidente do estado na Primeira República. Seu pai – Severino Lucena – faz política 25 horas por dia. O PSD passa por ser o partido mais organizado sob sua batuta. É, assim, como uma repartição militar, em sua sede se tem as menores e mais detalhadas informações, tudo preciso e eficiente. Tudo é trabalho de Severino Lucena.

Até certo ponto Humberto também é assim – organizado. Sabidamente é quem mais telegrafa, parabeniza pelo aniversário e comunica a nomeação, que às vezes foi conseguida por outro; já era assim desde quando era deputado estadual. Grande sucessor – nisso – do finado Apolônio Sales de Miranda.

Caracterizadamente pessedista, é um forte candidato à herança que um dia caberia a ele ou a outro pessedista qualquer.

Sua devoção a Ruy data não de 45, quando frequentava de farda caqui o Liceu Paraibano, mas de 1940, por meio de seu pai, devoção essa que vem esmorecendo nos últimos tempos. Jovem e aguerrido, pensa e age como se tardasse muito a substituição na chefia pessedista. Representa o papel de um sobrinho endividado à cabeceira de uma tia enferma e milionária.

Colocando-se entre os agressivos do PSD, “raspou” de ser cassado pela Revolução. Mesmo assim é um forte concorrente às próximas eleições. Isso se o Exército permitir...

Consta que nos cinco anos próximos passados foi quem mais nomeou, o que constitui ao seu partido excelente prova de capacidade política.

Antes de 1º de abril, o seu conflito era com Abelardo, este sim, Ruy já instituíra herdeiro universal. No Clube Cabo Branco, confortável oficina do ócio, ponto de reunião de aposentados, sede oficiosa de comentários da vida alheia, comum entre se ouvir esse diálogo:

“– Tou danado com Abelardo, não promoveu minha mulher: político é Humberto que já fez minha cunhada pular do nível 8 para o 17 e o marido para o nível 29, esse sim!” Nessa conversa, Humberto subia os amigos de nível e se promovia no eleitorado pessedista.

Afastado Abelardo, Humberto venceu o primeiro *round*.

Corria hoje só na pista, se não fora surgir como competidor o prefeito Domingos Mendonça Neto e o outro neto dos Teotônios.

Há quem veja, porém, entre os dois, aparecer o industrial Teotônio Neto, sertanejo de Piancó, deputado federal do PSD, eleitor de Castelo na Câmara, dono de moinho de trigo em Cabedelo e pretendente ao Poder acima de tudo.⁶

• • •

DOMINGOS MENDONÇA NETO, OU O ABSURDO NA POLÍTICA

Seis meses antes da eleição de 11 de agosto de 1963, não havia quem, de bom senso, acreditasse na vitória do vereador Domingos Mendonça à prefeitura da capital. Nem seu partido. Só ele mesmo.

É certo que João Pessoa tem tradição de péssimos prefeitos, mas ninguém previa esse exagero.

O prefeito Domingos Mendonça, havia duas legislaturas, ocupava uma cadeira na Câmara de Vereadores, com 10 em comportamento. Por pura sorte, na base do bilhete premiado, foi escolhido presidente

6 Já estava pronto este livro, quando a UDN homologou J. A., e o PSD Ruy, como seus candidatos ao governo do estado.

da Casa. Aproveitando uma licença do prefeito de então, Miranda Freire, chegou a exercer interinamente – por 30 dias – a edilidade. Gostou do posto, saiu já candidato. E candidato permaneceu durante mais de um ano.

Enfrentou como concorrente o Secretário de Viação e Obras Públicas do governo estadual, Robson Duarte Espínola, primo afim do governador Moreno Gondim. Pelo parentesco Robson galgou a secretaria, ainda pelo parentesco perdeu a Prefeitura.

Como secretário de viação, Robson foi um atuante prefeito da capital, inclusive, fez calçamento nos bairros, estendeu aos subúrbios rede d'água e energia elétrica, fez doações a clubes de futebol, a escola de samba, a gafieiras, a terreiros de macumba, etc.

Era o favorito, tido como dono do eleitorado da “poeira”, facilmente chegaria à Prefeitura.

Às vésperas do pleito, o quadro mudou. No dia da apuração as urnas dispararam para Domingos.

O fato constituiu o maior fenômeno político da Paraíba nos últimos 20 anos, o que nos obriga a alinhar lado a lado os trunfos de um e outro.

Robson, candidato da UDN, do governador (PDC) e do prefeito Miranda Freire (PTB), *versus* Domingos, candidato do PSD e PSB.

Robson, secretário de governo, antes, durante e após o pleito, Domingos, vereador.

Ao nosso ver, entre as “mancadas” de Robson, podemos citar: não ser doutor. A classe média ainda dá valor ao título, tanto isso é válido que Jorge Amado, no seu delicioso livro *Os Velhos Marinheiros*, põe essa amarga queixa – não ser doutor – na boca de dois personagens.

Robson representava o governo em uma cidade onde todo mundo vive esperando um emprego público para si ou para os seus. Aqui o candidato governista leva desvantagem. Claro, não há quem tenha condições de atender a todas as solicitações. Mas quem não é atendido vira opositor. Além disso, é bom lembrar o que dizia Napoleão: “um emprego cria um ingrato e 99 descontentes”. Se Napoleão não disso isso, dizemos nós.

Robson nomeou 3 mil funcionários e deixou ao léu 27 mil eleitores.



A babá Domingos: Embalava menino de Varjão a Mandacaru...

Robson, imaginando uma campanha fácil, permitiu ao DSEC⁷ um aumento nas taxas de luz (realmente irrisória), esquecendo-se de que todo aumento é odioso, por uma taxinha assim (do chá) foi que a Inglaterra perdeu as colônias americanas.

Carente de sensibilidade, Robson derrubou árvores que davam beleza e sombra nas avenidas, ferindo o bom gosto das classes mais refinadas.

Domingos, em posição outra, fez uma campanha de casa em casa: entrava nas casas mais humildes. Embalou rede de menino novo de Oitizeiro a Mandacaru. Fez mingau, descascou batata, bebia água numa cuia e café num pires. Lavava fraldas e estendia panos.

Usou a humildade pela primeira vez e com sucesso presente em nossa política. Dizia-se o último dos homens, “desamparado de todos,

7 DSEC – Departamento de Serviços Elétricos da Capital.

até de seu partido, do compadre Ruy e compadre Janduhy que ficavam lá no bom Rio, e ele só nos bairros, sozinho lutando contra Pedro. Ele, sim, conhecia a dor do povo, nada podia dar, porque nada tinha de seu, mas quando tivesse a Prefeitura a coisa seria outra, podiam ir, não precisavam nem anunciar, era meter os pés na porta do gabinete e pronto, com ele era assim”. Mirabolantes promessas, usou o absurdo, por isso mesmo venceu.

O candidato ia além; materializava logo o que o povo teria – “lápiz, régua, canetas, livros, vestidos de noiva, telha, palha e emprego; para quem fosse noivo podia até marcar o casamento que a Prefeitura dava o enxoval à noiva e emprego ao noivo, padrinho (ele) os dois. Até padre Eurivaldo faria o casamento.” Em seus comícios e, melhor ainda, em suas conversas na porta das vendas de bairro, Domingos ia desfiando “papo”. Prometia o que era bom, prometia muito e tudo. Não negava mais nada. Já Robson, secretário na época da campanha, ou dava logo ou ninguém acreditava, não pôde usar a melhor arma política – a promessa.

E mais: dando o ar de abandono, Domingos fez a campanha sem a presença dos chefes do seu partido. Com isso penetrou até no eleitorado udenista, abespinhado com a política doméstica de Moreno Gondim.

Há uma semelhança entre José Américo e Domingos Mendonça. O primeiro, sem nunca transpor a soleira de uma residência, o povo o seguia por estar muito acima da média geral da população. Com Domingos o povo também o seguiu por estar muito abaixo da média geral da população.

O povo não perde, é o nivelamento, olha para o alto com admiração, e para baixo estende a mão, e ampara. Às vezes o homem que pede é o mesmo que dá.

No mando, Domingos Mendonça nomeou mais gente ainda, fez decoração da Lagoa para as quatro festas do ano, desfílou com os clubes de carnaval, deu pão e peixe na semana santa aos pobres, dizendo que era Cristo e pegou um IPM nas costas, não por subversão, mas por corrupção.

Esse negócio de IPM é como ponto de macumba: lasca qualquer um.

Mas para esbarrar Domingos Mendonça, em sua vertiginosa carreira política, só mesmo duas coisas, ou queda de avião ou IPM. Prevenido que é, só anda de automóvel.

Como herdeiro, Domingos é o Newton Rique do pessedismo – sagrado em Reims.

Os pontos em comum, com Ruy, são inúmeros. Um e outro não tiveram pai aracaide, fizeram-se por conta própria.

Um dos filhos de Domingos foi batizado assim – José Janduhy Ruy Abelardo Humberto Mendonça.

Domingos é tratável, bem-educado com todos, até com os adversários, nunca perde a calma ou a tolerância. Por ele, não teria inimigos, o que não deixa de ser tranquilizante para certos tipos. Tudo leva na base da brincadeira.

Não cria resistência, nem guarda rancores.

Salvando-se do IPM: – o que lhe é mais difícil do que ele lotear a Lua, pode chegar a tudo neste estado.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

Houve quem sugerisse como fecho do insente livro a previsão dos destinos políticos deste pedaço do Nordeste.

Com os IPMs soltos por aí, torna-se difícil antecipar o que pode acontecer à nossa terra e, especialmente, aos nossos políticos, notadamente em um país como o nosso, em que se criam novos quadros e, dentro desses, novas realidades e pessoas. Querem ver. Pois não: quem podia supor que o quinquênio para o qual foi eleito o sr. Jânio Quadros seria concluído por um general chamado Castelo Branco? O próprio autor só ouviu falar no dito general no dia 1º de abril. Já em menos de um mês se tratava de um marechal e mais, presidente. Não podemos nem saber se haverá eleição nos próximos anos. E a lista de incompatibilidade que dizem existir?

Entretanto, caso os quadros permaneçam os mesmos, podemos aventurar algumas previsões; o senador João Agripino Filho é possível que chegue – por fim – a se desentender com o brigadeirismo, em que só permanece – a nosso ver – para guardar as aparências. Por sua vez, é ainda um ponto escuro quem o substituirá. É certo que o deputado Joacil de Brito Pereira ainda é a reserva que a UDN pode jogar em campo, à falta de um titular. Há ainda quem jogue no deputado Ernani Sátiro. O imprevisto, e por imprevisto mesmo provável, é que o senador Argemiro de Figueiredo volte ao lar materno depois de um longo e tenebroso inverno.

Quanto ao PSD, o certo é que, tendo alguns de seus líderes na mira dos IPMs, reserve o deputado Teotônio Neto como seu candidato ao governo do estado.

O governador Pedro Moreno Gondim, terminando seu mandato, retornará a um destino menor, condigno de sua própria dimensão humana. Não acreditamos na sua sobrevivência política como expressão capaz de levá-lo ao Senado, mesmo porque, sujeitando-se até hoje a ser a fatalidade do acaso, subirá enquanto tiver a sorte por si. E, se Argemiro, com ele traz o mundo rural, se Agripino é a expressão política da classe média, se Ruy é a clientela e o empreguismo, qual a área de Gondim? Tentou fazer-se pioneiro da industrialização do estado, pensou construir um estaleiro naval, e a Paraíba conheceu a CONASA, fábrica de tamanhos. A SUMOCEX foi uma filipeta entre o príncipe João de Orleans e Bragança e o FAGRIN, no qual o primeiro entrou com a experiência e o último com o dinheiro. Hoje, o príncipe está com o dinheiro e o FAGRIN com a experiência. Há ainda aquela história das máquinas compradas pelo escritório da Paraíba no Rio, e que se destinavam a plantar trigo no Cariri: até hoje apenas semearam – no *pátio* da Secretaria da Agricultura, onde se encontram – o destino político de Pedro. A área que a si estava reservada continua desocupada.

Tudo que foi dito pode, porém, tomar um rumo estranho às nossas vistas.

Como os árabes, podemos dizer: tudo está escrito no livro do destino.

É bom esperar para ver o que com a Paraíba quer fazer Deus!

O cônego possedista Gonzaga Oliveira acha que o destino da Paraíba é imprevisivelmente grande. Que Deus assim a trate, pois com Sodoma e Gomorra fez coisa pior.

FIM

Julho – 1965

Filipéia de Nossa Senhora das Neves

FOTOS



Marcus Odilon: acervo familiar.



Marcus Odilon e Ariano Suassuna: acervo familiar.



Marcus Odilon: acervo familiar.



Antônio Ribeiro Pessoa, Carlos Lacerda, Batista Brandão, Sindulfo Santiago e Marcus Odilon: acervo familiar



Marcus Odilon em atividades diversas: acervo familiar



Marcus Odilon com populares em Santa Rita: acervo familiar.



Max dos Santos, Marcus Odilon e o Tenente na abertura da campanha contra as drogas: acervo familiar.



Marcus Odilon: acervo familiar.



Francisco Aguiar, Marcus Odilon, Ana Lucia e Flaviano Quinto:
acervo familiar.



Marcus Odilon, Ana Lucia, Flaviano Quinto e Luciana de Lurdes:
acervo familiar.



Marcus Odilon e Ana Lucia: acervo familiar.



Marcus Odilon, Anildo Limeira e Oildo Soares: acervo familiar.



No alto, Marcus Odilon e Flaviano Quinto em caminhada no centro de Santa Rita: acervo Familiar.



Marcus Odilon em atividades diversas: acervo familiar.



Prefeito Marcus Odilon ao lado do filho à época deputado
Flaviano Quinto.



Prefeito Marcus Odilon à época prefeito do município de Juarez Távora-PB.



Marcus Odilon, deputado estadual na Assembleia Legislativa da Paraíba.



Marcus Odilon, prefeito do município de Santa Rita-PB, ao lado do cantor Reginaldo Rossi, de sua esposa, empresária Ana Lúcia Ribeiro Coutinho, e do seu filho, deputado estadual, Flaviano Quinto.



Marcus Odilon, prefeito do município de Santa Rita-PB,
ao lado do cantor Reginaldo Rossi.



Deputado Marcus Odilon ao lado do ex-governador Antônio Mariz e outras lideranças políticas.



Primeira Comunhão de Marcus Odilon Filho no Colégio Marista PIO X.



Prefeito Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, em seu gabinete de trabalho, recebendo populares, tendo ao seu lado a secretária-geral da Prefeitura, professora Edith Medeiros de Melo. Foto do ano de 1960, dos arquivos da Prefeitura Municipal de Santa Rita-PB.

Para ter o Poder é preciso querê-lo sobre todas as coisas. Obsessão pelo mando. Sensualizar-se com o governo, isto sim. Lacerda, por exemplo, realiza-se no Poder, persegue-o e o terá, mais dia, menos dia. Getúlio era assim. Para ele, na Presidência, só ele mesmo.

Um lembrete para se chegar ao Poder é ter como vício a política. Não outro. Sobre isso uma anedota muito boa. O Marquês do Herval, General Osório, palestrava com o Imperador Pedro II e fumava um grosso charuto. O Imperador interpelou-o:

– General, o senhor tem dois vícios, o fumo e a política. Por que não fica com um só! Fique com o charuto!

– Fico com a política, Majestade, e deixo o fumo!

Jânio Quadros, a mais prodigiosa carreira política em todo o século, ficou com a “pinga” e largou o Palácio da Alvorada. É uma questão de opção. O Duque de Windsor ficou com o amor e partiu para longe da velha Albion.

Donde se chega à conclusão que o Poder é um estado de espírito. É preciso senti-lo. Já um Imperador romano, Diocleciano, preferiu plantar repolho ao trono.

Era uma bela vocação para verdureiro!



Encontre este livro gratuitamente em formato digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

